



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 205

SÁBADO, 23 DE NOVEMBRO DE 1968

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso III, da Constituição Federal, e eu, Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 50, DE 1968

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País.

Art. 1.º — É o Vice-Presidente da República autorizado a ausentar-se do País, a fim de representar o Brasil nas cerimônias de posse do novo Presidente dos Estados Unidos da América, Senhor Richard M. Nixon.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de novembro de 1968. — Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal.

SESSÕES CONJUNTAS

Em 26 de novembro de 1968, às 21 horas

(TERÇA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Vetos Presidenciais:

- 1.º — ao Projeto de Lei n.º 1.394/68, na Câmara, e n.º 109/68, no Senado, que modifica dispositivo da Lei n.º 4.908, de 17 de novembro de 1965 e transfere ações da União para a ELETROBRÁS;
- 2.º — ao Projeto de Lei n.º 23, de 1968 (CN), que dá nova redação ao inciso IV do parágrafo único do art. 174 do Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966;
- 3.º — ao Projeto de Lei n.º 496/67, na Câmara, e n.º 125/68, no Senado, que altera os arts. 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a ven-

da de terrenos para pagamento em prestações, e dá outras providências.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1	Art. 4.º e seu parágrafo único
2	2	Totalidade do Projeto
3	3	Totalidade do Projeto

Em 27 de novembro de 1968, às 21 horas

(QUARTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Vetos Presidenciais:

- 1.º — ao Projeto de Lei n.º 3.283/65, na Câmara, e n.º 79/66, no Senado, que concede isenção de tributos a equipamentos importados para instalação, ampliação e manutenção de estações e aparelhos de radioamador;
- 2.º — ao Projeto de Lei n.º 214/67, na Câmara, e n.º 122/68, no Senado, que estabelece norma para o cálculo do salário dos trabalhadores mensalistas, diaristas e horistas, e dá outras providências;
- 3.º — ao Projeto de Lei n.º 28, de 1968 (CN), que institui adicional sobre o Imposto de Renda devido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no estrangeiro, a ser utilizado no financiamento de pesquisas relevantes para a tecnologia nacional, e dá outras providências;
- 4.º — Projeto de Lei n.º 46/61, no Senado, e n.º 2.089, de 1964, na Câmara, que regula a revenda de material pecuário.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1	Totalidade do Projeto
2	2	Totalidade do Projeto
3	3	Totalidade do Projeto
4	4	Totalidade do Projeto

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA

SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA

Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO

Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO

Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Assinatura Via Superfície

Semestre	NCr\$ 20,00
Ano	NCr\$ 40,00

Assinatura Via Aérea

Semestre	NCr\$ 40,00
Ano	NCr\$ 80,00

Número avulso NCr\$ 0,20

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0,02.

Tiragem: 16.000 exemplares

SENADO FEDERAL

ATA DA 285.^a SESSÃO
EM 22 DE NOVEMBRO DE 19682.^a Sessão Legislativa Ordinária
da 6.^a LegislaturaPRESIDÊNCIA DOS SRS. GILBERTO
MARINHO E CATTETE PINHEIROAs 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Flávio Brito — Edmundo Levi — Desiré Guarani — Cattete Pinheiro — Clodomir Millet — Victorino Freire — Sigefredo Pacheco — Menezes Pimentel — Waldemar Alcântara — Duarte Filho — Dinarte Mariz — Manoel Villaza — Arnaldo Paiva — Arnon de Mello — Aloysio de Carvalho — Josaphat Marinho — Paulo Torres — Aarão Steinbruch — Gilberto Marinho — Nogueira da Gama — Lino de Mattos — José Feliciano — Pedro Ludovico — Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.^o-Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1.^o-Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE
MENSAGENSDO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Restituição de autógrafos de Projeto de Lei sancionado:

N.^o 401/68 (n.^o 772/68, na origem), de 21 do corrente mês — autógrafos do Projeto de Lei número 33/68 (CN), que dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei n.^o 5.536, de 21-11-68);

N.^o 402/68 (n.^o 773/68, na origem), de 21 do corrente mês — autógra-

fos do Projeto de Lei n.^o 27/68 (CN), que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências (Projeto que se transformou na Lei n.^o 5.537, de 21-11-68).

OFÍCIO

Do Sr. 1.^o-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.^o 127, DE 1968(n.^o 1.939-A/68, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí —, o crédito especial de NCr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros novos), para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.^o — É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário

— Justiça Eleitoral — Tribunal Regional do Piauí — o crédito especial de NCr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros novos), destinados a atender às despesas decorrentes da aquisição da sede própria do Tribunal Regional do Piauí, em Teresina.

Art. 2.º — Nos termos do art. 36, item I, do Decreto-Lei n.º 199, de 25 de fevereiro de 1967, o Tribunal de Contas da União tomará conhecimento da abertura do crédito especial de que trata esta Lei, à vista de sua publicação no *Diário Oficial da União* e adotará, automaticamente, as medidas legais atinentes ao assunto.

Art. 3.º — Com fundamento no parágrafo único do art. 70 da Constituição do Brasil, o Ministério da Fazenda, pelos seus setores competentes, e o Tribunal Superior Eleitoral ficam, desde logo, habilitados a tomar as providências cabíveis para que o crédito especial, objeto da presente Lei, possa ser utilizado no atendimento da despesa acima referida, obedecidos os limites constantes do art. 1.º

Art. 4.º — A despesa decorrente da Lei será atendida com a anulação de igual quantia do elemento de despesa 3.1.4.0 — Encargos Diversos — 13.00 — Outros Encargos — 1) Despesas especiais com as eleições gerais, relativas a 1968, consignada ao Tribunal Superior Eleitoral, na atual Lei de Meios, de cujo saldo existente no Banco do Brasil será deduzida a importância de NCr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros novos).

Art. 5.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 199 DE 25-2-67

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.

Art. 36 — Para o exercício da auditoria financeira e orçamentária o Tribunal de Contas:

I — Tomará conhecimento, pela sua publicação no órgão oficial, da lei orçamentária anual, dos orçamentos plu-

rianuais de investimentos, da abertura dos créditos adicionais e correspondentes atos complementares.

(A Comissão de Finanças.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 49, DE 1968

(N.º 94-A/68, na Câmara)

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Vice-Presidente da República autorizado a ausentar-se do País, a fim de representar o Brasil nas cerimônias de posse do novo Presidente dos Estados da América: Senhor Richard M. Nixon.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.)

PARECERES

PARECER

N.º 1.071, DE 1968

da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 168, de 1968, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de NCr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros novos), destinado à execução dos projetos a serem financiados com o produto das Taxas Aeronáuticas.

Relator: Sr. Manoel Villça

Na forma do artigo 54, parágrafos 1.º e 2.º da Constituição, o Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, o presente Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de NCr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros novos), destinado à execução dos projetos a serem financiados com o produto das Taxas Aeronáuticas.

2. A Exposição de Motivos esclarece que o Ministério da Aeronáutica solicitara ao Ministério da Fazenda, "providências no sentido de que lhe fosse atribuído, rotineiramente, o pro-

duto da receita proveniente da arrecadação das Taxas Aeronáuticas, cuja cobrança se iniciou a 1.º de abril do ano em curso." Explica, ainda, que:

a) a receita proveniente da referida arrecadação constou somente da Proposta Orçamentária de 1968, no Quadro de "Consolidação da Receita", a título de "Recursos próprios da Administração Direta" — Ministério da Aeronáutica;

b) em face disso, deixou o produto dessa arrecadação de ser consignado na Receita Orçamentária da União, quer na referida Proposta, quer na Lei n.º 5.373, de 6 de dezembro de 1967;

c) iniciada a cobrança, com a classificação contábil à conta "Receita da União", de acordo com Decreto n.º 62.105/68, pronunciou-se a respeito a Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, cujo Parecer com base no Regulamento Geral de Contabilidade Pública, originou a Circular GB n.º 2/68, do Ministro da Fazenda, recomendando que o produto da arrecadação das Taxas Aeroportuárias criadas pelo Decreto-Lei n.º 270, de 23 de fevereiro de 1967, seja classificado com Receita Tributária da União.

d) o resultado dessa nova situação foi o condicionamento das despesas que correriam à conta dos recursos oriundos da arrecadação das Taxas Aeroportuárias — à autorização do Congresso, para sua efetivação.

3. O Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1968/70 inclui os projetos constantes da programação do Ministério da Aeronáutica, que devem ser executados com os recursos das Taxas Aeroportuárias, e para o que falta, apenas, autorização legislativa.

4. Resta salientar que o Ministério da Fazenda manifestou-se favorável-

mente à abertura do crédito especial de dezoito milhões de cruzeiros novos, sobre o qual versa a proposição em exame. Esta, na Câmara, foi aprovada sem emendas, após o pronunciamento favorável das Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e de Orçamento.

5. O projeto é de grande significação para o Plano Aeroviário Nacional, porquanto visa à construção do Aeroporto Internacional (NCR\$ 155.000,00), ao prosseguimento das obras do Aeroporto de Manaus (NCR\$ 100.000,00), ao aprimoramento técnico dos aeroportos de maior densidade de tráfego (NCR\$ 4.186.000,00), ao aprimoramento de outros aeroportos do Plano Aeroviário Nacional (NCR\$ 2.716.000,00), ao suprimento e ao equipamento de proteção ao voo para as zonas de aeródromos e zonas terminais (NCR\$ 3.284.000,00), a aprimoramento técnico do Serviço de Proteção ao Voo (NCR\$ 6.694.000,00) e a sondagem aerológica para melhoria da previsão meteorológica do Sistema de Proteção ao Voo (NCR\$ 865.000,00). Representa, portanto, a ampliação da infra-estrutura aérea tão necessária a um País de dimensões continentais como o nosso.

6. O ilustre Senador José Leite apresentou emenda ao projeto, destacando um milhão de cruzeiros novos "para asfaltagem da pista do Aeroporto do Cariri, em Juazeiro do Norte e melhoramentos de suas instalações". O Aeroporto do Cariri é de especial importância, pois é o único existente na região, encravado numa zona que abrange cerca de 26 Municípios, na faixa fronteira do Ceará com a Paraíba, Pernambuco e Piauí. Entretanto, conforme ficou assinalado, o programa do Ministério da Aeronáutica, para cujo atendimento está sendo solicitado o crédito especial de que trata o presente projeto, se acha incluído no Orçamento Plurianual de Investimentos. Não pode, conseqüentemente, ser prejudicado com o desvio de recursos para empreendimento sobre o qual é imprescindível a audiência do Ministério da Aeronáutica. Tal audiência representaria de longa de tempo, o que não pode ocorrer com o presente projeto, oriundo do Executivo, cujo prazo é constitucionalmente previsto.

7. Em face do exposto, somos pela aprovação do projeto e rejeição da emenda em aprêço.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente — Manoel Villaga, Relator — João Cleofas — Sígfredo Pacheco — Leandro Maciel — Lobão da Silveira — Clodomir Millet — José Leite — Mem de Sá — Mello Braga — Paulo Torres — Júlio Leite.

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO

Ao artigo 2.º

Onde se lê:

375.1.2004 — Aprimoramento de outros aeroportos do Plano Aeroviário Nacional NCR\$ 2.716.000,00

Leia-se:

375.1.2004 — Aprimoramento de outros aeroportos do Plano Aeroviário Nacional, sendo NCR\$ 1.000.000,00 em convênio com o Governo do Estado do Ceará para asfaltagem da pista do Aeroporto do Cariri, em Juazeiro do Norte e melhoramentos de suas instalações.

Justificação

O Aeroporto do Cariri, em Juazeiro do Norte, único existente na região e pertencente ao Ministério da Aeronáutica no interior do Ceará, encravado numa zona que abrange cerca de 26 cidades, nas proximidades das fronteiras com a Paraíba, Pernambuco e Piauí, aeroporto este, gerador de expressivo tráfego aéreo.

Aviões como "Avros", que normalmente escalam em cidades como Rio, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza pousam em Juazeiro do Norte — isto somente para citar capitais.

Com a chegada da estação chuvosa, a pista daquele aeroporto é normalmente interditada por 3 a 4 meses, em virtude de não contar com o asfaltamento exigido, o que acarreta ponderáveis prejuízos à região.

A pavimentação da pista do campo de pouso do Aeroporto do Cariri importará em fator de aceleração do desenvolvimento da região.

A pavimentação da pista do campo de pouso do Aeroporto do Cariri

importará em fator de aceleração do desenvolvimento da região, daí a oportunidade desta emenda e a certeza de sua acolhida pelo Senado Federal.

PARECERES

N.ºs 1.072, 1.073 E 1.074, DE 1968

sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 121-DF, de 1968, que autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir o crédito especial de NCR\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros novos), para o fim que especifica, e dá outras providências.

PARECER N.º 1.072

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Sr. Carlos Lindenberg

Nos termos do art. 54, caput, combinado com o artigo 45, inciso III, da Constituição, o Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal, acompanhado de exposição de motivos do Ministro do Planejamento, o presente projeto de lei, autorizando o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir o crédito especial de NCR\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros novos), para pagamento das parcelas vencidas (exercício de 1967), relativas ao financiamento externo autorizado pela Resolução n.º 34/67, desta Casa do Congresso.

2. O Titular do Planejamento, em sua exposição de motivos, salienta que:

a) o crédito especial solicitado se destina a atender à regularização e à liquidação de despesas oriundas da importação de material hospitalar adquirido com empréstimo externo;

b) os recursos para a abertura do crédito especial serão retirados do "superavit" financeiro apurado no balanço patrimonial da Prefeitura do Distrito Federal.

3. A Resolução n.º 34, de 1967, autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a adquirir, através da Secretaria de Saúde e mediante financiamento, pelo Governo da Alemanha Ocidental, equipamento hospitalar no valor de novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito marcos ale-

5. Constatamos, porém, que a Resolução do Senado que autorizou:

contratação do empréstimo — “onde já consta o montante da despesa” — é de abril do ano passado, publicada no **Diário Oficial** de 7 do mesmo mês. Ora, se em abril já era conhecido o montante da despesa, por que não incluí-la no Orçamento que só foi aprovado pelo Senado em meados de outubro? Mesmo que o montante a ser amortizado só fosse conhecido naquela época, então por que só um ano depois se solicita ao Senado a regularização da despesa? Assim, se o pagamento está sendo feito com atraso, depois de vencido o prazo da prestação, é lamentável que o seja, pois fica patenteado que não havia necessidade de proceder a Prefeitura como pagadora impontual.

6. No último parecer que prolatamos, na Comissão de Economia referente a um Decreto-Lei sobre matéria financeira, baixado pelo Poder Executivo, chamávamos a atenção para o fato de que não havia qualquer fundamentação quanto à urgência ou a necessidade da medida. A exposição de motivos que acompanhava a mensagem presidencial era aversa em informações, constando apenas de seis linhas, fato que igualmente foi observado pelo eminente Relator na Comissão de Justiça da Câmara. O mesmo se pode dizer desta mensagem. Daí concluímos que esse procedimento vem se transformando em norma, no que diz respeito a assuntos financeiros.

7. Nem a exposição de motivos do ilustre titular do Planejamento, nem a própria Resolução do Senado — n.º 34/67 — esclarecem em quantos pagamentos será feita a amortização do empréstimo, nem os respectivos montantes e vencimentos. Mais do que isso, no entanto, o presente projeto deixa de atender integralmente ao que determina a Lei n.º 4.320, de 17/3/64, uma vez que a Mensagem nem a exposição de motivos fazem acompanhar o pedido da exposição justificativa a que se refere o art. 43 daquele diploma legal, in verbis:

“A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.”

O que existe apenas é a informação de que o crédito se destina a atender à amortização do compromisso financeiro assumido pela Prefeitura.

8. De acordo com o § 1.º do art. 43 da lei acima invocada,

Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I — o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II — os provenientes do excesso de arrecadação.

Segundo a exposição de motivos que acompanha a mensagem “os recursos para a abertura do crédito especial serão retirados do superavit financeiro apurado no balanço patrimonial da Prefeitura do Distrito Federal, em 1967”. Entretanto, nenhum documento dá o montante desse superavit, uma vez que o pedido original do Prefeito não foi anexado ao processo enviado ao Senado. Tentamos verificar através da prestação de contas relativa ao exercício passado. Esta, no entanto, não foi ainda enviada ao Senado, segundo informação da Diretoria de Comissões, nem foi publicada, de acordo com informações da própria Secretaria de Finanças.

9. Louvamos aqui na afirmação do Ministério do Planejamento. Mas não podemos constatar qual o valor desse superavit. Não conhecendo os termos do contrato de empréstimo firmado pela Prefeitura para a importação desse material, desconhecemos mesmo se os bens adquiridos já foram recebidos. O projeto pede um crédito de NCr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros novos), mas não diz qual o valor da amortização. Destina-se somente à parcela contratual, ou inclui juros e outros encargos, pela falta de pagamento em dia? Nada disso se pode esclarecer através dos documentos enviados ao Senado. E estes fatos nos levam a pedir a atenção desta douta Comissão para a regularidade com que isto vem ocorrendo.

10. Resta, porém, que esteja ou não vencido o prazo de pagamento da parcela a ser amortizada em 1968; incluía ou não o crédito, juros e ou-

tros encargos; esteja ou não comprometido o superavit financeiro com que se pretende atender ao pagamento convencionado, este terá que ser feito. Por isso, somos forçados a concluir pela aprovação da mensagem. Mas não sem deixar consignada nossa estranheza pela maneira como vêm sendo encaminhados ao Congresso, em geral, e ao Senado, em particular, os pedidos relativos à matéria financeira. E, no que respeita à Prefeitura do Distrito Federal esta observação é tanto mais procedente, quando a Proposta Orçamentária de 1968 veio a esta Casa com discrepâncias visíveis, que já tivemos a oportunidade de assinalar em outro trabalho.

11. Concluindo, portanto, pela aprovação do presente projeto, formulamos votos de que o Poder Executivo se empenhe em melhorar — como é indispensável — os serviços de assessoramento de suas repartições fazendárias.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1968. — **Argemiro de Figueiredo**, Presidente — **Júlio Leite**, Relator — **João Cleofas**, com restrições — **Sigefredo Pacheco** — **Leandro Maciel** — **Lobão da Silveira** — **José Leite** — **Clodomir Millet** — **Mello Braga** — **Paulo Torres** — **Manoel Villaga** — **Mem de Sá**, vencido, voto contra o projeto pelas abundantes e convincentes razões constantes do parecer.

PARECERES

N.ºs 1.075 E 1.076, DE 1968

Sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 116, de 1968, que submete à aprovação do Senado Federal a intervenção na Diretoria do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), e dá outras providências.

PARECER N.º 1.075

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O ilustre Senador Bezerra Neto, com o presente projeto, pretende que “os atos de destituição de membros da Diretoria do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), bem como os consequentes de nomeação de interventores, na mesma Diretoria, praticados pelo Presidente da República, serão submetidos à aprovação do Se-

nado Federal, dentro de 5 (cinco) dias de sua publicação" — artigo 7.º

2. O autor, em sua justificação esclarece:

"Nos termos do art. 38 e seu parágrafo único da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será dirigido por uma Diretoria composta de cinco membros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros de notável saber e idoneidade, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal. O Presidente do IBRA, também nomeado com prévia aprovação do Senado, será escolhido dentre os membros da Diretoria.

Ocorre que o Presidente da República pode destituir um ou mais membros da Diretoria, inclusive o Presidente do IBRA, e decretar a intervenção federal, nomeando Presidente e diretores interventores. Como faz presentemente a destituição tem aspecto definitivo, e já houve substituição de presidente e interventores. O Senado não é ouvido nem a posteriori, sobre tais medidas intervencionistas na direção. Seria um meio, a decretação da intervenção, para dispensar a prévia audiência do Senado sobre os nomes indicados para dirigir o órgão responsável pela reforma agrária. O projeto quer corrigir a contradição. Poder-se-ia objetar? Mas a intervenção às vezes é provisória? Seja como for, é mais coerente ao sistema ser o Senado ouvido nas mudanças de direção do IBRA. Se assim não for, o justo será revogar o art. 38 do Estatuto da Terra."

3. Dispõe a Constituição do Brasil, em seu artigo 45, competir privativamente ao Senado:

"I — aprovar, previamente, por voto secreto, a escolha de magistrados, quando exigidos pela Constituição; do Procurador-Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas, do Prefeito do Distrito Federal, dos Governadores dos Territórios, dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente e, quando de-

terminado em lei, a de outros servidores."

E a Lei n.º 4.504, de 1964 (Estatuto da Terra), nos termos do artigo 38 e seu parágrafo único, submete à prévia aprovação do Senado a escolha dos membros da Diretoria do IBRA, dentre os quais será escolhido o Presidente, mediante prévia aprovação do Senado, tudo de acordo com o preceito constitucional.

4. Não há, no entanto, em qualquer parte da Constituição, preceito dispondo que a destituição dos ocupantes de qualquer dos cargos, cuja nomeação exige a aprovação do Senado, seja, também, submetida à aprovação do Senado.

5. Cabe, evidentemente, ao Senado, nos casos citados, julgar se o nome indicado preenche ou não os requisitos para o exercício do cargo respectivo, muitos dos quais são de confiança do Presidente da República. Se o ocupante perde essa confiança, ou não exerce o cargo com a capacidade desejável, compete ao Presidente da República destitui-lo de seu cargo ou função.

6. Um princípio que venha submeter essa destituição à aprovação do Senado parece-nos retirar uma das competências do Presidente da República, qual a de destituir de cargos e funções, nos termos da lei, os seus ocupantes, pois, se o Senado não aprovasse a destituição, o funcionário continuaria em exercício, sem a confiança do Governo, sem seguir a sua orientação, o que contraria, em última análise, o princípio da harmonia dos Poderes.

7. Por outro lado, se admitíssemos que a nomeação de interventor fôsse submetida ao Senado, dentro de cinco dias, e este não a aprovasse, como ficariam os atos praticados, nesse intervalo, pelo interventor? Seriam nulos, anuláveis? Teriam qualquer valor?

8. Não há, por parte do Governo, qualquer intenção de burlar o disposto no citado artigo 38 e seu parágrafo único do Estatuto da Terra.

A forma adotada na lei em vigor é a normalmente usada, sendo de se notar que a preconizada pelo projeto, além da eiva de inconstitucionalidade acima apontada, como se vê, criaria

situações injurídicas, de difícil solução.

9. Diante do exposto, opinamos pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 1968. — Milton Campos, Presidente — Eurico Rezende, Relator — Aloysio de Carvalho — Edmundo Levi — Wilson Gonçalves — Clodomir Millet — Nogueira da Gama — Carlos Lindenberg.

PARECER N.º 1.076

Da Comissão de Agricultura

Relator: Sr. Leandro Maciel

O projeto que vem ao exame desta Comissão deseja submeter à aprovação do Senado Federal:

- a) os atos de destituição de membros da Diretoria do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e
- b) os consequentes atos de nomeação de interventores na mesma Diretoria.

2. Estabelece, ainda, a proposição, que a audiência do Senado será solicitada dentro de cinco dias da publicação dos atos de destituição em apêço e que, não sendo aprovada a intervenção, "o Presidente da República submeterá à prévia aprovação do Senado Federal, a nomeação de nova Diretoria para aquele Instituto, na forma do art. 38, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964".

3. A matéria foi considerada inconstitucional e injurídica pela Comissão de Constituição e Justiça, cujo Relator deixou claro os seguintes pontos:

1. compete privativamente ao Senado (art. 45, I, da Constituição, combinado com o art. 38, § único, da Lei n.º 4.504/64), aprovar previamente, a escolha dos membros da Diretoria do IBRA.
2. não há obrigação constitucional, no sentido de que o Presidente da República encaminhe, também ao Senado, a destituição dos ocupantes de qualquer dos cargos, cuja nomeação exige a aprovação do Senado.
3. compete ao Presidente da República destituir ocupantes de cargos e funções públicas federais.

4. Lembra, ainda, o Relator da Comissão de Constituição e Justiça que, no caso de o presente Projeto transformar-se em lei o Senado viesse a rejeitar a nomeação de interventor, poderiam surgir dúvidas quanto aos atos praticados pelo interventor: seriam nulos? Anuláveis? Teriam qualquer valor?

5. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, pelo Decreto n.º 60.900, de 26 de junho de 1967, (art. 1.º, IV), foi vinculado — como órgão da administração indireta, que é — ao Ministério da Agricultura, em face do que estabelece o Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 (art. 39). Sua Diretoria é constituída de cinco membros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros de notável saber e idoneidade depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal (art. 38, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964). O Presidente do IBRA, nomeado com prévia aprovação do Senado, dentre os membros da Diretoria, é demissível *ad nutum*, porquanto não exerce cargo de carreira, mas desempenha tão-somente funções transitórias, pósto de confiança.

6. Se o Presidente do IBRA, juntamente com os demais integrantes da Diretoria, decaem da confiança do Ministro da Agricultura ou deixa de cumprir a política traçada pelo Presidente da República, *ipso facto* não podem continuar à frente dos destinos do Instituto, cuja ação não deve ser discrepante da orientação do Governo.

7. A administração pública poderia sofrer sério desgaste se os dirigentes do IBRA, na certeza de que não seriam substituídos, decidissem conflitar com as diretrizes do Ministério da Agricultura e do Governo Central. As consequências poderiam chegar aos câos administrativos, num setor da mais alta significação para o País.

8. Diante do exposto, não encontramos razões que favoreçam ao Projeto. Somos, assim, pela sua rejeição.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 1968. — João Cleofas, Presidente — Leandro Maciel, Relator — José Feliciano — Argemiro de Figueiredo — Adolpho Franco.

PARECERES

N.ºs 1.077, 1.078 e 1.079, DE 1968

Sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 66, de 1968 (número 1.190-B/63 na Câmara), que disciplina a extração de calcário e estabelece normas para a produção de corretivo cálcico para uso agrícola.

PARECER N.º 1.077

Da Comissão de Minas e Energia

Relator: Sr. José Leite.

O presente projeto, que disciplina a extração de calcário e estabelece normas para a produção de corretivo cálcico para uso agrícola, retorna ao exame desta Comissão após o atendimento da audiência solicitada em nosso primeiro pronunciamento, do Ministério das Minas e Energia.

2. O Ministério das Minas e Energia, em o Ofício GM 477/68, afirma que a redação do caput do artigo 1.º “implica a só permitir o aproveitamento das jazidas de calcário àqueles que destinarem parte de sua produção para fins agrícolas”, entendendo, ainda, que:

“Se tal acontecesse, desestimularíamos forçosamente as inúmeras caieiras e fábricas de cimento do País, que estariam obrigadas a reformular suas linhas de produção para atender aos imperativos da nova norma legal, quando existe notadíssima escassez de cimento no mercado nacional.

Parece-me, ainda, que essa imposição, sem oferecer nenhuma contrapartida ao produtor nacional, reveste-se de inconstitucionalidade, por ferir o preceito da Lei Maior, no seu Título II, da Ordem Econômica e Social, Artigo 157, inciso I — Liberdade — de iniciativa”.

Logo a seguir, o Ministro, comentando o § 2.º do artigo 2.º do projeto, diz que o mesmo, no seu entender, poderia criar, “condições difíceis para o Ministério da Agricultura que terá, em consequência, de levantar os custos de produção de todos os produtores nacionais, trabalho que acarretará para aquele Ministério grandes dificuldades na procura do denominador comum para a fixação do preço de produto”.

Concluindo, afirma:

“Julgo que o objetivo visado no Projeto de Lei em aprêço seria atingido se, respeitando o princípio da livre iniciativa, fossem resguardados os estímulos financeiros contidos no artigo 2.º”.

3. Confrontando-se essas informações com as prestadas pelo Ministério da Agricultura à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, verifica-se que a idéia central do projeto é louvável. É necessário, no entanto, sejam introduzidas algumas alterações, a fim de se tornar viável a proposição.

4. Diante do exposto, e atendendo às sugestões dos dois referidos Ministérios, opinamos pela aprovação do projeto nos termos da seguinte:

EMENDA N.º 1 — CME

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

PROJETO DE LEI N.º

Dispõe sobre o financiamento da produção, aquisição e transporte de pó calcário para fins agrícolas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Os estabelecimentos oficiais de crédito financiarão pelo prazo mínimo de um ano a produção, aquisição e transporte de pó de calcário para fins agrícolas, de acordo com as especificações fornecidas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 2.º — Os estabelecimentos de crédito, de natureza privada, que operarem no financiamento de corretivos, fertilizantes agrícolas bem como de sais minerais para a agricultura ou pecuária, terão assegurado, pelo Banco Central, o refinanciamento dos títulos referentes a estas operações.

Art. 3.º — O Ministério da Agricultura encarregar-se-á da divulgação e uso dos corretivos e fertilizantes, inclusive promovendo convênios com os órgãos específicos dos Estados e Municípios.

Art. 4.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1968 — Josaphat Marinho, Presidente — José Leite, Relator — Carlos Lindenberg — José Ermirio de Mello Br...

PARECER N.º 1.078

Da Comissão de Constituição e Justiça
Relator: Sr. Nogueira da Gama

Originário da Câmara dos Deputados, o presente projeto disciplina a exploração das jazidas calcárias, dispõe sobre o financiamento, pelos estabelecimentos oficiais de crédito, às cooperativas agrícolas e pecuárias, sindicatos e associações de classe, bem como os agricultores e pecuaristas para a aquisição e transporte de calcário, e dá outras providências.

2. A Comissão de Minas e Energia desta Casa, ouvida a respeito, solicitou, inicialmente, a audiência do Ministro das Minas e Energia. Prestadas as informações por aquele Ministério, e após confrontá-las com as já prestadas perante a Câmara dos Deputados pelo Ministro da Agricultura, o relator da matéria, o ilustre Senador José Leite, resolveu apresentar emenda substitutiva escolhendo do projeto as imperfeições técnicas então existentes.

3. O substitutivo dispõe, em seu artigo 1.º, que "os estabelecimentos oficiais de crédito financiarão, pelo prazo mínimo de um ano, a produção, aquisição e transporte de pó calcário para fins agrícolas, de acordo com as especificações fornecidas pelo Ministério da Agricultura". Estabelece, em seu artigo 2.º, que os estabelecimentos de crédito de natureza privada, que operarem no financiamento de corretivos, fertilizantes agrícolas, bem como de sais minerais para a agricultura ou pecuária, terão assegurado, pelo Banco Central, o refinanciamento dos títulos referentes a estas operações", ficando, pelo artigo 3.º, o Ministério da Agricultura encarregado da divulgação e uso dos corretivos e fertilizantes, inclusive promovendo convênios com os órgãos específicos dos Estados e Municípios.

4. Nada encontramos, no que compete a esta Comissão examinar, que possa ser argüido contra o projeto — já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara — ou contra a emenda substitutiva da Comissão de Minas e Energia.

Trata-se, tão-somente, de proposição que estabelece determinados estímulos, inclusive creditícios, à pro-

dução, aquisição e transporte de pó calcário, para fins agrícolas, sem qualquer eiva de injuridicidade ou inconstitucionalidade, razão por que opinamos favoravelmente ao projeto, na forma sugerida pela emenda substitutiva da Comissão de Minas e Energia.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 1968. — **Milton Campos**, Presidente — **Nogueira da Gama**, Relator — **Aloysio de Carvalho** — **Edmundo Levi** — **Eurico Rezende** — **Wilson Gonçalves** — **Carlos Lindenberg** — **Bezer-ra Neto**.

PARECER N.º 1.079

Da Comissão de Agricultura

Relator: Sr. José Feliciano

O presente projeto, originário da Câmara dos Deputados, "disciplina a extração de calcário e estabelece normas para a produção de corretivo cálcico para uso agrícola".

2. O projeto, tal como veio da Câmara, condiciona a concessão da "exploração de jazidas calcárias à produção de calcário pulverizado para fins agrícolas, na proporção a ser fixada, anualmente, pelo Ministério das Minas e Energia, ouvido o Ministério da Agricultura".

Em dois parágrafos, ao art. 1.º do projeto, são estabelecidas as condições de preço, em razão da composição química e grau de finura, e a margem de lucro líquido, nunca inferior a 10% (dez por cento).

3. O Ministério das Minas e Energia assim se pronunciou, após audiência solicitada pela Comissão de Minas e Energia desta Casa:

"Se tal acontecesse, desestimularíamos forçosamente as inúmeras caieiras e fábricas de cimento do País, que estariam obrigadas a reformular suas linhas de produção para atender aos imperativos da nova norma legal, quando existe notada escassez de cimento no mercado nacional. Parece-me, ainda, que essa imposição, sem oferecer nenhuma contrapartida ao produtor nacional, reveste-se de inconstitucionalidade, por ferir o preceito da Lei Maior, no seu Título II, da Ordem Econômica e Social, Artigo 157, inciso I — Liberdade de Iniciativa."

O Sr. Ministro, ao analisar o § 2.º do artigo 1.º do projeto, diz que o mesmo "criará condições difíceis para o Ministério da Agricultura que terá, em consequência, de levantar os custos de produção de todos os produtores nacionais, trabalho que acarretará, para aquele Ministério, grandes dificuldades na procura do denominador comum para a fixação do preço do produto".

E conclui:

"Julgo que o objetivo visado no projeto de lei em aprêço seria atingido se, respeitando o princípio da livre iniciativa, fossem resguardados os estímulos financeiros contidos no artigo 2.º"

4. O Ministério da Agricultura, ouvido por solicitação da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, assim se pronunciou:

"Este Ministério tem estudado não poucas vezes, providências visando ao estímulo da produção desse corretivo, não logrando, porém, o êxito desejado, sobretudo pela falta de recursos para fazer estoques (para revenda) e financiar proprietários de jazidas, carentes de numerário para extração, moagem, transporte e venda financiada.

De fato, a solução do problema é o auxílio financeiro. Se não houver este dificilmente se implantará a indústria de calcário moído, entre nós.

A regulamentação da lei em questão comporta diversos aspectos técnicos do problema, inclusive a composição química, grau de finura, etc.

Quanto à limitação do lucro em dez por cento (10%), pensa esta Secretaria de Estado que será forte desestimulante, principalmente para as novas indústrias, quando mil outras atividades rendem muito mais, sem os aspectos pioneiros que uma exploração de calcário comporta.

Com relação às fábricas de cimento elas apenas atenderiam a pequenas regiões onde estão localizadas, uma vez que o transporte do produto a longas distâncias

muito o encareceria e tornaria, então, seu emprego antieconômico.

O importante, portanto, é fracionar a produção, disseminando-a com ensinamento das necessidades e vantagens de seu emprego e, sobretudo, financiando sua aquisição e produção."

5. A Comissão de Minas e Energia desta Casa, após ouvir os órgãos consultados e por entender que a solução do problema estaria mais no financiamento da produção, aquisição e transporte do pó calcário (art. 2.º do projeto da Câmara) do que no condicionamento obrigatório da exploração de jazidas à produção de calcário para fins agrícolas, resolveu apresentar Substitutivo, consubstanciando parte do projeto original, eliminadas algumas imperfeições, e as sugestões apresentadas pelos referidos órgãos.

6. Pela Emenda Substitutiva "os estabelecimentos oficiais de crédito financiarão, pelo prazo mínimo de um ano, a produção, aquisição e transporte do pó calcário" ficando assegurado aos estabelecimentos de natureza privada, que operarem no financiamento de fertilizantes e corretivos de solos, o redesconto dos títulos referentes a estas operações.

8. Como se vê, não obstante os elevados propósitos do autor do projeto original, a emenda elimina óbices de toda a natureza, quer aos órgãos encarregados da fiscalização, produção e controle da qualidade do pó calcário, quer aos investidores industriais que se sentiriam desestimulados e desinteressados pela limitação e predeterminação da sua produção, para fins de outro produto, sem dúvida de grande interesse nacional, mas sem a necessária contrapartida de incentivar ao referido setor industrial.

9. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva n.º 1, da Comissão de Minas e Energia.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1968. — João Cleofas, Presidente — José Feliciano, Relator — Leandro Maciel — Argemiro de Figueiredo — Adolpho Franco.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Sen. Lino de Mattos

N.º 1.538/68, ao Ministério do Trabalho;

N.º 1.539/68, ao Ministério da Agricultura;

N.º 1.540/68, ao Ministério da Justiça;

N.º 1.541/68, ao Ministério Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República;

N.º 1.542/68, ao Ministério da Aeronáutica;

N.º 1.543/68, ao Ministério da Marinha;

N.º 1.544/68, ao Ministério do Interior;

N.º 1.545/68, ao Ministério dos Transportes;

N.º 1.546/68, ao Ministério das Minas e Energia;

N.º 1.547/68, ao Ministério da Fazenda;

N.º 1.548/68, ao Ministério da Indústria e do Comércio;

N.º 1.549/68, ao Ministério das Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Sen. Lino de Mattos

N.º 196/68, enviada pelo Ministro do Interior (Aviso n.º BSB/466, de 20-11-68);

N.º 932/68, enviada pelo Ministro do Planejamento e Coordenação-Geral (Aviso n.º B-54, de 20-11-68);

N.º 978/68, enviada pelo Ministro do Planejamento e Coordenação-Geral (Aviso n.º B-53, de 20-11-68);

N.º 1.116/68, enviada pelo Ministro dos Transportes (Aviso número 1.331/GM, de 20-11-68);

N.º 1.298/68, enviada pelo Ministro do Planejamento e Coordenação-Geral (Aviso n.º 658, de 13-11-68).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, requerimentos de informações, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que vão ser lidos pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N.º 1.554, DE 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja solicitado ao Exm.º Sr. Ministro dos Transportes o seguinte pedido de informações:

- 1.º) Quais as medidas que estão sendo tomadas por esse Ministério para ajudar as empresas armadoras e transportadoras do Alto do Paraná em grave crise financeira decorrente "das exorbitantes taxas que são obrigadas a cobrar pelos serviços prestados?"
- 2.º) Qual a taxa de previdência cobrada dos armadores particulares?
- 3.º) A natureza dos serviços dos referidos armadores está vinculada a um sistema concessionário?
- 4.º) Em caso negativo, qual a taxa cobrada de "Renovação da Marinha Mercante" dos fretes executados?
- 5.º) Por que o Governo, a exemplo do que faz com outras empresas de transporte, não isenta os referidos armadores daquele tipo de tributo, para incentivar as suas atividades?
- 6.º) Existe alguma empresa estatal de transporte, concorrendo com as empresas privadas no Alto Paraná, na mesma busca de fretes?
- 7.º) O Governo já solucionou, como pretendeu há 6 anos, o problema que enfrentam os armadores, transportadores e agricultores da região do Alto Paraná, para o transporte de produtos da lavoura?
- 8.º) Por que até agora a CAGESP não construiu os silos e os armazéns, conforme compromisso assumido quando da

construção do cais de Porto Epitácio?

9.º) Por que o Governo não adota para os armadores fluviais do Alto Paraná a mesma política de financiamento e privilégios alfandegários que adota para os armadores da orla marítima?

10.º) Que providências tomou ou vai tomar o Governo para o reaparelhamento da frota fluvial do Alto Paraná?

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1968. — Lino de Mattos.

REQUERIMENTO
N.º 1.555, DE 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Ex.º Sr. Ministro Extraordinário Para os Assuntos da Casa Civil da Presidência da República, o seguinte pedido de informações:

CONSIDERANDO, que o sorteio instituído pela Prefeitura do Distrito Federal, chamado **Talão da Sorte**, tem por finalidade fazer com que o maior número de consumidores participem da fiscalização de rendas;

CONSIDERANDO, que foi plenamente alcançado esse objetivo, com a participação cada vez maior de consumidores no sorteio;

CONSIDERANDO, que segundo denúncias, diversos comerciantes, vêm, também, participando desses sorteios, utilizando-se de notas que deveriam ser entregues ao consumidor, e relativas a notas de vendas extraídas ao fim de cada dia, semana ou quinzena (valores globais para acerto de caixa);

CONSIDERANDO, ser essa prática, prejudicial ao interesse do público consumidor, que passa, assim, a ter, nos comerciantes, sérios competidores, que esgotam, rapidamente, as séries dos **Talões**, não operando com o produto de suas próprias compras, mas, sim, com o produto das compras feitas por consumidores em suas casas comerciais;

CONSIDERANDO, ainda, que tal prática, constitui injustificável privilégio, anulando a finalidade do "Sorteio" em causa, uma vez que, muitos consumidores não conseguem fazer a "Troca do Talão";

REQUEIRO, na forma regimental, seja encaminhado ao Ex.º Sr. Ministro Extraordinário Para os Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, o seguinte requerimento de informações:

1.º) Permite a Prefeitura do Distrito Federal, que comerciantes, diretamente, ou através de terceiros, participem dos sorteios do **Talão da Sorte**, com notas que somam valores de vendas feitas a clientes diversos, e não com o produto de seu próprio consumo?

2.º) Tem a Prefeitura do Distrito Federal, examinado esse aspecto, na defesa do interesse do consumidor, e na defesa dos objetivos que recomendaram a instituição do sorteio **Talão da Sorte**?

3.º) Qual a razão de não ter a Prefeitura do Distrito Federal, até a presente data, adotado a prática de publicação, pela imprensa local, dos nomes dos concorrentes, e respectivos valores com que participam desses sorteios?

4.º) Tendo em vista essas irregularidades, ou deformações, a Delegacia do Imposto de Renda de Brasília, já solicitou da Prefeitura do Distrito Federal, relação nominal dos concorrentes a esses sorteios, e respectivos valores, tornando fácil a verificação ou apuração daqueles que concorrem com somas acima do razoavelmente admitido para um consumidor comum?

5.º) Quais os nomes e endereços dos participantes do atual sorteio do **Talão da Sorte**,

que se apresentaram com comprovante de valor igual ou superior a
NCR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos)?

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1968. — Lino de Mattos.

REQUERIMENTO
N.º 1.556, DE 1968

Sr. Presidente,

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Ex.º Sr. Ministro da Aeronáutica, o seguinte pedido de informações:

1.º) Diante das inúmeras deficiências que vem apresentando, ultimamente, o Aeroporto Internacional do Galeão, agravadas com a falta de bancos para os passageiros, a cobrança de taxa de embarque e pesagem de bagagem, que providências tomou ou vai tomar esse Ministério para eliminar as falhas mencionadas?

2.º) Possuindo pista diminuta onde pousam cinco ou seis aparelhos quase ao mesmo tempo, forçando paradas bem distantes da Polícia Marítima e da Alfândega, obrigando os passageiros a caminhar sob sol ou chuva, longas distâncias a pé, que medidas pretende tomar esse Ministério para pôr fim a esses inconvenientes apresentados pelo referido aeroporto?

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1968. — Lino de Mattos.

REQUERIMENTO
N.º 1.557, DE 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Ex.º Sr. Ministro da Agricultura o seguinte pedido de informações:

1.º) Que providências tomou ou pretende tomar esse Ministério para coibir a exportação clandestina de peixes ornamentais?

2.º) A SUDEPE tem condições suficientes para fiscalizar o comércio ilegal nas regiões

onde existem peixes ornamentais?

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1968. — Lino de Mattos.

REQUERIMENTO

N.º 1.558, DE 1968

Sr. Presidente:

Requeiro, na forma regimental, seja encaminhado ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Agricultura o seguinte pedido de informações:

- 1.º) O constante aumento da safra de vinho produzido no Brasil, nos quatro últimos anos, afetou a qualidade do produto com prejuízo para a sua entrada, em outras nações, na troca de bens através da ALALC?
- 2.º) Existem planos para eliminar os gravames que incidem sobre as exportações do vinho nacional para os países-membros da ALALC?
- 3.º) Que providências está tomando o Governo para melhorar a qualidade do vinho brasileiro, de sorte a melhor corresponder às exigências do mercado importador?

Brasília, 22 de novembro de 1968.
— Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Os requerimentos lidos vão à publicação e, em seguida, serão despachados pela Presidência.

O primeiro orador inscrito é o Sr. Senador Flávio Brito, a quem dou a palavra.

O SR. FLAVIO BRITO (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, desejo trazer ao conhecimento desta Casa, atividades do Ministério dos Transportes, e em particular, sua ação dinamizadora com relação à Amazônia.

Dentre outras considerações que integram este discurso, desejo primeiramente pôr em destaque o contrato de construção naval feito em 19 de setembro deste ano, no salão nobre do Ministério dos Transportes, para dar setenta e três embarcações novas à economia amazônica, cujo significativo fato passa a integrar este pronunciamento, como um sentimento de confiança na ação ministerial.

São treze rebocadores-empurradores e sessenta chatas, no valor de vinte e quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros novos.

As chatas, em número de trinta e seis, foram encomendadas ao novo estaleiro de Manaus, "ESTRANAVE", financiado pela Comissão de Marinha Mercante e vinte e quatro outras ao estaleiro "ENAC" no Estado do Rio.

Quanto aos rebocadores-empurradores, obedeceu aos critérios de encomendas seguintes:

Estaleiro —	Aratu —	Bahia —	2
" —	Mac-Laren —	Rio —	5
" —	EBIM —	Rio —	2
" —	CACREM —	Rio —	1
" —	ESTRANAVE —	Manaus —	1
" —	ENAC —	Rio —	2

Todas as encomendas acima obedeceram a rigorosos projetos técnicos, executados por firmas especializadas, os quais contêm todos os requisitos indispensáveis à região, dentro das características recomendáveis.

Determinou, outrossim, a Comissão de Marinha Mercante, um estudo completo para o aproveitamento do material flutuante do antigo SNAPP, hoje denominado ENASA S/A, para atendimento da linha Belém—Manaus.

Nesses estudos estão compreendidos os seguintes pontos:

- a) análise individual de cada embarcação, considerando-se idade, condições de conservação, tipo de máquina, adequação ao serviço e fator de aproveitamento;
- b) cálculo de custos operacionais parciais como critério para decisão de aproveitamento ou baixa imediata;
- c) redistribuição das embarcações nas novas linhas;
- d) linha de passageiros Belém—Manaus;
- e) análise de demanda e frequência mínima.

O Brasil e a Amazônia são irmãos em problemas fundamentais — e o transporte é um dos maiores e dos mais ligados entre si: a região e a nação clamam por uma dinâmica in-

terior porque suas extensões a condenaram até aqui ao isolamento interno.

A Amazônia brasileira é mais da metade do território nacional.

Em oito e meio milhões de quilômetros quadrados de superfície, a nossa pátria é Amazônica em quatro milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e dezessete quilômetros quadrados.

Mas diferem, em alguns pontos — a região e a nação — pontos que precisam ser mostrados até que fiquem bem claros e gravados na compreensão do público e da Administração Federal.

O Brasil não amazônico limita-se com três países, mas a Amazônia brasileira tem limites com sete países; em quinze mil e setecentos quilômetros de linhas de fronteiras, quase onze mil são amazônicos; o Brasil é acessível por sete mil e quatrocentos quilômetros de costa, mas os brasileiros não conseguem chegar nem à quarta parte de sua extensão fronteiriça, setenta por cento da qual fica na Amazônia — a mesma Amazônia que também pertence geofisicamente à nações onde se forçam os esquemas políticos a uma árdua prova de defesa democrática.

Deus guarde o homem de fronteira, porque ele é um patriota particularmente solicitado pela bipolaridade da sua terra e da pátria próxima, na qual também há alma de fronteira; o poderoso contingente militar reunido no sul do Brasil tem seu contraste na desproteção do Norte apesar de certos cuidados das nossas autoridades militares.

São apenas exemplos de identidade e de contraste entre a região e a nação.

Mas a urgência visível e digna de atenção, é maior no âmbito social e econômico onde as diferenças entre a região e a nação clamam por justiça se é que a bondade é atributo apenas individual e não administrativo.

Enquanto economia for o melhor emprêgo dos recursos disponíveis, a Amazônia é um semicontinente estancado dentro da própria grandeza, sem poder realizar nem emprêgo, nem desfrute dos recursos nominais que

tem. É como um gigante tão gigante que se vê longe do seu próprio corpo.

Setenta e três embarcações novas a ligarem a si mesmo esse corpo vivo, é vida para mais de vinte mil quilômetros de vias navegáveis, em uma nação que, fora da Amazônia tem pouco mais do que isso. Somadas, as bacias do Paraná, do São Francisco, do Paraguai, do Uruguai e as agrupadas do nordeste, do leste e do sudeste, têm vinte e dois mil quilômetros de vias navegáveis. Sôzinha, a Amazônia tem vinte mil.

Dai ser fácil ver a importância que tem, para a Amazônia, portos, navios, estaleiros e tudo o que com isso tenha relação.

Dai, também ser fácil aceitar a euforia e a confiança da Amazônia e seus representantes, quando o Poder Executivo federal inclui em seu programa a assistência básica aos problemas da sua metade mais longínqua e até agora apenas conservada, sem trocadilho, em estágio vegetal.

Senhor Presidente e nobres pares:

Em uma conferência objetiva e documentada feita na Escola de Comando do Estado Maior do Exército, onde por vários anos foi instrutor, o atual Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andreazza, enquadrou expressa e implicitamente o problema dos transportes na Amazônia.

Eles estão implícitos, mas nitidamente presentes, em conceitos gerais claros como estes, que peço vênha para repetir e recomendar à atenção nacional e regional — recomendar ao público para que se lembre deles, e os cobre, e recomendar aos poderes públicos para que se lembrem deles e os cumpram, quando lhes estejam na circunscrição:

"Nenhum brasileiro deve desconhecer as nossas realidades estratégicas permanentes, derivadas na expansão de nossa base física e de sua consolidação — de um lado; e da ambição interna — de outro, na participação efetiva em nosso potencial natural. Tais pressões, por vezes atenuadas, por vezes intensificadas, são funções do PROGRAMA ESTRATÉGICO MUNDIAL DAS GRANDES POTÊNCIAS.

"Como exemplo, podemos citar a AMAZÔNIA, nas reivindicações para a sua INTERNACIONALIZAÇÃO, e as disputas nos traçados de nossas fronteiras, ainda contestadas por alguns vizinhos.

Adverte o Senhor Ministro, a seguir:

"Há outros imperativos óbvios para o lançamento de uma rede viária eficiente no País, como seja o papel dos transportes no fortalecimento da integração nacional como instrumento de ação governamental, promovendo sua presença efetiva em todo o território nacional, em particular nos mais distantes rincões.

E prossegue:

"Nenhum povo é realmente dono de todo o seu território, se não estiver em condições de se fazer presente, através do seu governo, a qualquer momento, para qualquer fim, em qualquer ponto da área geográfica que lhe é atribuída. Isso vale tanto para a estratégia político-administrativa quanto militar, permitindo a eventual manifestação, em força, do Poder Nacional nas áreas de maior sensibilidade estratégica, mediante a concentração de recursos humanos e materiais, por meio de ligações permanentes de alto rendimento entre aquelas áreas e os Centros de Poder."

Ainda são palavras de Sua Excelência:

"Governos conscientes não podem permitir a existência, em suas respectivas jurisdições, de verdadeiros quistos de "Economia Fechada". Do contrário, tais núcleos subsistirão em condições precárias, de uma forma pseudo-auto-suficiente, desvinculada de mercados, ou de fontes de abastecimento, circunscritos à estagnação, ou condenados ao desaparecimento por asfixia econômica. É necessário que se lhes abram novos horizontes, condizentes com a vida moderna e digna, dando-lhes oportunidade, promovendo-se sua integração na comunidade que, na certa, receberá deles a contra-partida da dinamização de

seu potencial humano e material. É preciso que se lhes leve a assistência e a segurança, os benefícios das demais atividades do Estado, a ação do Poder público, ainda que, muitas vezes, os resultados sejam meramente de ordem social, isto é, sem que possam exprimir-se direta e explicitamente em números, lucros e ganhos econômicos ou financeiros. "Só o vínculo concreto dos transportes pode incitar esse tipo de desenvolvimento, estabelecendo e possibilitando um sistema de trocas e de especialização de produção, proporcionando melhoria de nível geral de vida."

Continua a transcrever palavras de Sua Excelência:

"A eficácia administrativa de um Governo é função das vias de transporte com que ele possa contar. Dai serem os transportes, coordenados e bem sistematizados, os constituintes básicos da infra-estrutura sócio-econômica de uma nação e sobretudo de sua segurança. Os conceitos de mobilidade e rapidez, característicos da vida moderna, são válidos tanto na paz quanto na guerra; são funções diretas dos recursos de transportes projetados com base em velocidades diretrizes altas, e dotados de capacidade de carga e de escoamento de tráfego elevados."

Agora, as ponderações são minhas. E são as seguintes:

A mais permanente das necessidades estratégicas é o fortalecimento humano pela saúde, pela mente e pela alma, porque daí procedem o vigor social, econômico e político de um lugar, de uma região, de uma nação, de todo o mundo, para melhor dizer.

Dar trânsito é encurtar o caminho para que a iniciativa pessoal faça o quanto pode para chegar a esse vigor, a que todos aspiram, a que todos têm direito, e que a todos serve, num sistema democrático de vida. A estrutura viária é o arcabouço da cooperação e da competição sadias, em um povo, por seu poder harmonizador imediato e remoto.

A qualquer programa estratégico mundial pode e deve sobrepor-se um

programa nacional que preserve a nação e a habilite a conviver com dignidade e fruição justas no âmbito internacional.

Internacionalizaremos a Amazônia a nosso modo: inserindo-a no contexto brasileiro e através deste, no mundo futuro, que verá por certo cumprido o vaticínio de Humboldt: "A beira do Amazonas florescerá a maior civilização do globo". Fazermos com que seja brasileira essa civilização é um ato coerente de brasilidade.

A integração nacional é um processo cujas fases deverão estar por direito e conveniência em mãos do produtor, do comerciante, do especialista particular ou empresarial, mas a engrenagem inter-regional e inter-setorial só mesmo os recursos e fins governamentais podem empreender — e, felizmente se está fazendo, inclusive nos rincões mais distantes, como estamos vendo, nesta hora a vez da Amazônia brasileira.

Temos sido uma "antieconomia fechada", desde que a queda da borraça tirou ao amazônide a condição de maior contribuinte para o erário nacional — que o fomos — mas nos ficou a aspiração de voltarmos a ser fator de grandeza nova nesta era do mundo, em que aproximar pessoas, povos e áreas é ao mesmo tempo uma religião, uma filosofia, uma técnica e uma conveniência prática. Abrir almas, economias e métodos é o imperativo de hoje e do futuro e queremos integrar-nos nele, quanto antes e quanto nos seja possibilitado.

Repito, por sua oportunidade, esta convicção do Ministro Andreazza:

"Só o vínculo concreto dos transportes pode incitar esse tipo de desenvolvimento, estabelecendo e possibilitando um sistema de trocas e de especialização de produção, proporcionando melhoria de nível geral de vida".

Destaque de alguns pontos:

Dentre os principais objetivos do Plano Nacional de Viação, desejo destacar este, pertinente à infra-estrutura:

— o tronco longitudinal marítimo
Porto Alegre—Rio Grande—Belém—

Manaus—Tabatinga, interligando os centros sócio-econômicos litorâneos e da caudal amazônica, e, em especial, com os terminais de Paranaguá— Santos—Rio—Salvador—Recife.

Destaco, pelo seguinte.

Parece-me que cabe, por lógica e técnica, o prosseguimento da linha geral sul-norte pelo Rio Negro acima, levando os benefícios desse tronco às fronteiras nacionais, tão produtivas e isoladas, que se estendem do vale do Rio Negro ao do Rio Branco, este mantido em situação de Território Federal, por sua importância estratégica; não é menor no entanto, sua importância econômica e é igualmente importante a capacidade econômica do Rio Negro, rio de leito estável, que tanto tem contribuído para a vida amazônica. Um porto à boca do Rio Branco dinamizará também o Rio Negro e esta reivindicação quero deixá-la, neste momento, em mãos do Governo Costa e Silva e, em seus respectivos setores, dos seus ministros, cujo trabalho vejo não isolado, mas integrativo, também, pois um porto é mais do que um entreposto náutico, é um núcleo humano querendo produzir em condições humanas de saúde, educação, economia, comunicações etc.

Quero, também, destacar, por sua significação geral e específica, as diretrizes governamentais referentes aos portos, no atual programa de transportes do País; e, no que se aplica à Amazônia, pedir a efetivação prioritária dos itens setoriais referentes aos portos da região, adequando os que existem e criando os que faltam para o quadro de produtos dominantes no vale, ou aqueles que a evolução previsível venha a trazer logo mais, pois neste passo da história brasileira se pode, sem literatura, falar em duas amazonias — a anterior e a que se segue ao esforço atual de desenvolvimento daquela área, em face do Governo da Revolução de 31 de março de 1964.

A esse propósito, é oportuno e grato ouvir-se o que informou em agosto deste ano o almirante José Celso de Macedo Soares Guimarães perante a Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados.

Disse naquela oportunidade o ilustre Presidente da Comissão de Marinha Mercante:

"A Comissão de Marinha Mercante levou um ano estudando o problema da navegação na Amazônia. Compareceu várias e várias vezes ao interior da Amazônia. Visitou os rios todos, de canoa, de tudo, verificando todas as necessidades."

E prosseguiu S. Ex.^a, aqui se referindo ao porto de Belém:

"Acho que o porto está mais difícil do que a navegação. Depois de um ano de estudos quanto à viabilidade técnica e econômica, produzimos um trabalho, que levei a Manaus, para a reformulação de todas as linhas da Empresa de Navegação da Amazônia e a construção de 125 embarcações. São embarcações, não navios, porque, dessas 125, 60 e tantas são chatas. Então, todo o sistema de transporte de cargas na Amazônia foi concebido nos moldes do reboque integrado — o rebocador-empurrador — com três ou quatro tipos de rebocadores para servirem os afluentes do Amazonas, tudo estudado de acordo com o calado de cada região. As chatas são de diferentes calados, mas de tamanho igual. Então, a espinha dorsal deixava os rebocadores na confluência dos rios. Deixavam as chatas, que seriam puxadas por rebocadores menores para os locais mais distantes."

Informou, a seguir:

"Houve a reformulação de todas as linhas, e todo o planejamento de navegação da Amazônia vai provocar, a partir do ano que vem, uma completa mudança. Há, também, navios mistos e navios de passageiros, de vários tipos. Esse problema foi debatido na Associação Comercial de Belém e na Associação Comercial de Manaus, e a idéia recebeu aplauso geral."

Continua o Almirante Macedo Soares Guimarães:

"Pela primeira vez, fez-se um plano absolutamente consciente do aproveitamento dos rios da Amazônia. São trinta bilhões de cru-

zeiros, já estando quinze bilhões no orçamento do ano que vem. Portanto, posso dizer que é um dos poucos planos práticos em relação à Amazônia, porque, a meu ver, durante muitos anos o transporte fluvial vai dominando aquela região, e estamos procurando modernizar."

São, ainda, declarações de Sua Excelência, que reproduzo por sua oportunidade:

"A nossa política é incrementar a construção na região. Todo o reboque integrado, por exemplo, da Companhia de Navegação do São Francisco foi construído em Juazeiro. Foi totalmente construído ali. Já estão funcionando o rebocador e a chata. Isso é para desenvolver empregos no local, e não trazer tudo para o Rio de Janeiro. Estamos tentando fazer isso. Estamos incentivando a instalação de um estaleiro em Manaus, na Zona Franca. Está sendo instalado. Três desses rebocadores são encomendas de incentivo ao estaleiro de uma companhia particular que se está instalando em Manaus. É preciso, realmente, haver uma organização de reparo em Manaus, porque muitas das linhas da ENASA vão partir só de Manaus e voltar a Manaus, não vão chegar a Belém do Pará. São dois grandes centros. Temos, inclusive, linhas circulares que giram em torno de determinados portos.

"Não vão nem a Belém, nem a Manaus, a não ser em ocasiões de reparos", informa o Presidente da Comissão."

Deseja, ainda, que fiquem registradas, por sua importância e sua procedência, estas informações do Almirante Macedo Soares Guimarães, naquela ocasião:

"Foi um belo estudo realizado pela Divisão de Navegação Interior da Marinha Mercante — Divisão que não existia. O levantamento de carga de toda a bacia Amazônica está ali, porto por porto. Tenho a impressão de que a ENASA, dentro de uns três anos — consumiremos 10 meses para construir esses rebocadores — se encontra-

rá em ótima situação. A ENASA está sendo bem administrada. Foi entregue a homens da empresa privada, tendo apresentado uma rentabilidade operacional muito boa do ponto de vista econômico — o índice de liquidez dela está muito bom, e recebemos de 15 em 15 dias a observação. Agora, é preciso um pouco de paciência. Até para a formação do pessoal habilitado para manobrar essas embarcações modernas é preciso tempo."

Navegação interior:

São as seguintes as diretrizes enunciadas pelo Sr. Ministro dos Transportes:

"Apesar da pequena expressão econômica atual, a navegação interior terá, seguramente, um papel relevante no futuro, particularmente nas Bacias Amazônica, do Prata e do São Francisco. Com o objetivo de dinamizar o transporte fluvial, deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- 1 — levantamento imediato do potencial de carga para o transporte fluvial.
- 2 — Formulação de um plano nacional de navegação fluvial.
- 3 — Financiamento para embarcações adequadas aos serviços atuais, como medida incentivadora do desenvolvimento da navegação interior.
- 4 — Estimulos à racionalização dos serviços nas empresas que exploram o transporte fluvial."

Agora a observação é minha:

Quanto à Empresa de Navegação da Amazônia, Sociedade Anônima — ENASA — o estudo concluiu, entre outras medidas, pela construção das embarcações a que me referi no início, orçada em vinte e quatro milhões e meio de cruzeiros novos.

É com satisfação que faço o registro seguinte: uma parte do contrato de construção será entregue aos próprios estaleiros de Manaus.

É o justo e indispensável amparo e estímulo às empresas locais do gênero. Até onde comporte a capacidade de absorção daquela área, convém animar-se e auxiliar-se, na Amazônia, a construção, ali, de embarcações dos tipos e tonelagens adequadas às suas características bem como de toda a infra-estrutura indispensável a reparos, reposições e assistência técnica.

O Brasil nasceu sob a mais intensa e ampla tecnologia naval da época. Ainda hoje é corrente se ouvirem expressões como "madeira de lei" e extensões semânticas aplicadas a uma variedade singular de casos: "campos de lei", "cavalos de lei", etc. Pois bem, todos sabem que a expressão se originou da legislação específica que mandava reservar para a construção naval as madeiras necessárias e mais próprias, sem o que a extração indiscriminada logo as extinguiria ou deixaria tão longe seus remanescentes que seria praticamente impossível trazê-los aos estaleiros navais.

A indústria naval brasileira chegou a ser a mais adiantada, em seu tempo, e decaiu, chegando, até bem pouco, a ser deficitária.

Compreendendo sua importância, no entanto, o poder público tomou medidas que tendem a reanimar o setor, e quero me servir desta oportunidade para expressar minha convicção e meu desejo de que a bandeira brasileira possa, no menor prazo, estar hasteada nas mais importantes rotas internacionais, graças à tecnologia e ao trabalho nacionais, bem como que nosso País se baste na produção de embarcações apropriadas aos seus quarenta e dois mil quilômetros de vias líquidas e, em especial, desculpem a brasa para o assado, dos vinte mil quilômetros de aquávias amazônicas.

Dai a consolidar nossas exportações de barcos é um passo natural, e fácil, pois o que já temos vendido a países diversos parece ter correspondido às expectativas.

Dizer apropriadas às condições da Amazônia é vago, para quem não conheça seus rios encachoeirados, de curso instável, de vazão irregular, que de hora a hora podem fazer um prático mudar caminho, à cata do canal mais curto e ainda transitável. Um

encalhe, uma alagação, um naufrágio, seriam o preço duro do menor engano ou inocente distração.

O Senhor Ministro dos Transportes teve em sua conferência a que me reporto as seguintes palavras com relação à indústria naval, no plano administrativo da República:

"A Indústria Naval é setor subsidiário dos Transportes, merecendo do Governo a maior atenção. A Comissão de Marinha Mercante, atuando como agente financeiro, possibilitou a colocação de vultosas encomendas, garantindo aos estaleiros nacionais a continuidade do trabalho.

A indústria Naval constituía um setor crítico do nosso parque industrial. Para solucionar essa crise, resolveu o Governo restaurar os recursos do Fundo da Marinha Mercante, através das verbas que destinou ao Fundo de Refinanciamento da Marinha Mercante, e, ao mesmo tempo, desenvolveu uma nova Política de Fretes baseada na maior participação dos armadores brasileiros, oficiais e privados, nas linhas de Longo Curso. Dentro desse binômio, o Governo ampliou esse mercado e criou para os armadores maiores oportunidades, encorajando-os a encomendar navios em nossos estaleiros para fazer frente ao aumento da demanda de preço (a concessão de linhas ficaria condicionada à encomenda de navios em estaleiros nacionais). Paralelamente, o incentivo à navegação interior e à cabotagem assegurou grandes encomendas aos estaleiros, acrescidas, ainda, pela necessidade de renovar nossa frota e de dispensar, progressivamente, os afretamentos de navios estrangeiros."

Rodovias — Obras rodoviárias na Amazônia

A orientação geral do planejamento nacional é de interesse também e, transcendente, para a Amazônia. Por isso quero deixá-la nos registros desta Casa, nos termos em que o Senhor Ministro Mário Andreazza as apresentou. São suas palavras:

"O objetivo governamental é, dentro de uma concepção unifi-

cada do sistema rodoviário nacional, desenvolvê-lo em condições e custos mais baixos de manutenção e implantação de sua infra-estrutura.

Menciona o plano, entre outras, a implantação dos trechos Pôrto Velho—Manaus e Manaus—Boa Vista.

É uma longitudinal, ou melhor, uma grande longitudinal, para usar sua designação administrativa."

Há também as grandes diagonais, que assim constam no documento:

"Ainda em 1968, o Acre deverá ser atingido pela ligação Cuiabá—Pôrto Velho—Rio Branco, em demanda das fronteiras do Peru e Bolívia, pela rodovia em fase final de construção ligando Xapuri—Brasília—Assis Brasil."

Quanto à longitudinal Manaus—Boa Vista, estudiosos do assunto advogam a conveniência prática e econômica de ser substituída por uma rodovia ao longo da margem direita do Rio Branco, já aberta de Boa Vista até Caracará, e que fosse ao pôrto que o Rio Negro pede, na foz do Rio Branco. O acesso a esse pôrto é franco por água, a qualquer tempo a partir de Manaus.

Seria mais rápido e econômico, mormente na conservação, a rodovia Boa Vista—Pôrto do Rio Negro, do que a custosa de fazer e custosa de conservar Rodovia Manaus—Boa Vista, alegam os que defendem essa tese. Dou-lhe curso aqui, para exame dos responsáveis pela política viária do País e, dentro dela, da amazônica, mas me abstenho de julgar quanto à substituição de uma pela outra. Deixo bem claro: quanto à substituição. Mas deixo também muito claro que, independentemente de se substituir, ou não, uma pela outra, considero tão indispensável o Pôrto do Rio Negro, na margem direita do seu afluente, o Rio Branco, portanto, na própria confluência, como considero então, inevitável, a ligação rodoviária de Boa Vista com esse pôrto.

Sabe-se que o Rio Branco serve poucos meses por ano à navegação — não fosse isso, Boa Vista seria seu

pôrto natural de ligação com a rede fluvial amazônica.

Planejamento de Transporte para a Amazônia

Globalizando esse tema, transcrevo mais uma vez palavras do Senhor Ministro dos Transportes, por sua sucinta objetividade. São expressões de Sua Excelência:

"O desafio nacional da nossa época é a ocupação, em termos populacionais, da Região Norte brasileira. Esta vasta zona de superfície equivalente ao dobro dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, que têm juntos, 2.035.841 km², representa, com seus 4.196.280 km², 49,47% da superfície do Brasil; sua população de 2.681.782 habitantes (3,83% da população nacional, que é de 70.967.185 habitantes), e acha-se concentrada em cerca de 25 cidades com mais de 25.000 habitantes."

Aceitando o desafio, o Governo Federal pretende superar o problema. A contribuição do Ministério dos Transportes far-se-á por três formas:

- a) estradas de colonização;
- b) navegabilidade permanente em um sistema fluvial; e
- c) incentivo ao uso de embarcações adequadas ao meio.

Os incentivos à navegação seriam dirigidos à montagem de estaleiros para construção de chatas de calados convenientes e introdução de empuradores de uso adequado ao Rio Amazonas e seus afluentes.

Quero concluir inserindo nos destaques que venho fazendo a atuação excelente do Capitão-de-Mar-e-Guerra Aristides Gonçalves Leite, Administrador do Porto de Manaus.

Dentre as diretrizes traçadas pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, aquele meu ilustre coestadano vem-se conduzindo à altura de suas funções e responsabilidades. Vem empreendendo e executando obras de recuperação, ampliação, modernização do aparelhamento portuário dentro dos recursos de que dispõe, visando a que aquele

pôrto seja colocado de acôrdo com a evolução crescente da capital amazônica.

Com esta mensagem de confiança no trabalho que o Ministério dos Transportes vem realizando, e em particular na Amazônia, levamos o apoio que nunca lhes faltou do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e o entusiasmo com que o Ministro Mário Andreazza planeja, e com objetividade executa empreendimentos da mais alta importância para o futuro desta grande Nação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a responsabilidade de dirigente do setor da Agricultura, por diversas vezes ocupei a tribuna desta Casa não para fazer críticas ao Governo, e sim para colaborar e, com o conhecimento que temos, dizer às autoridades a situação de descapitalização em que se encontra a agricultura.

Nestes dois últimos dias, Sr. Presidente e Srs. Senadores, como Presidente da Comissão Mista de Agropecuária, tivemos a grande satisfação de ouvir os depoimentos de dois Ministros. Um, do Ministro da Agricultura, que prestou esclarecimento àquela Comissão sobre o que o Governo atual, no seu programa, deseja fazer pela Agricultura.

Srs. Senadores, o Presidente atual, quando candidato, repetidamente afirmou que sua meta principal seria a agricultura. E nós temos confiança e temos certeza de que o Sr. Presidente da República e seus ministros cumprirão a promessa.

O que mais também — repito como responsável — veio nos encorajar, foi a exposição que o grande Ministro da Pasta dos Transportes, o Coronel Mário Andreazza, fez àquela Comissão. S. Ex.^a nos afirmou que o Governo já está recebendo 60 vagões de uma encomenda de 600, para transporte de cereais a granel.

Sabem V. Ex.^{as} que hoje não mais se exporta o produto em grão ensacado. Ele é todo transportado em vagões próprios, e os portos têm que estar equipados com sugadores que transportam os grãos para os porões dos navios.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite-me, V. Ex.^a um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITO — Com satisfação.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Ex.^a tem sentido, nesta Casa, que a oposição que mantemos não é sistemática, é uma oposição construtiva, e não temos constrangimento em elogiar a ação do Governo, sempre que ela merece elogios de toda a Nação. À parte a modéstia, temos espírito público, não somos homens de agitação, de subversão. Desejamos, sim, restaurar em toda amplitude a ordem constitucional no País, e neste sentido a nossa luta continuará. No aspecto administrativo, V. Ex.^a tem razão em salientar a ação do Governo, em vários aspectos. Com relação a Brasília, sabe V. Ex.^a que, dentro daquela simplicidade, da modéstia do atual Presidente da República, é ele, sem dúvida, o consolidador de Brasília. A ação de S. Ex.^a, nesta Capital, tem sido admirável, merecedora de todos os elogios dos homens que não são dominados pelas paixões políticas, ou pessoais. Com relação ao Ministro a quem V. Ex.^a se refere, neste instante, tenho motivos também, de elogiá-lo, pelo testemunho de toda a sua ação no meu Estado. Fez S. Ex.^a, perante Comissão do Congresso, da qual eu fazia parte, exposição notável, pela qual o elogiei, a despeito de comentários pouco satisfatórios de elementos outros, mas, até aqui, desprovidos de provas. O Ministro Andreazza, sem dúvida, vem honrando a administração atual. As suas obras são espetaculares. No meu Estado está-se concluindo uma rodovia pavimentada que, naquela região, nunca tivemos coisa igual, talvez em todo o Nordeste brasileiro, e as melhores do Sul não fazem inveja à rodovia que se está construindo, da Capital do Estado a Cajazeiras, já nos limites do Ceará. Na exposição de S. Ex.^a perante a comissão a que me refiro, também foi notável o volume de obras, por ele apresentado com a simplicidade natural. Homem sem vaidades; compareceu à comissão sem assessoria, sem fotógrafos, demonstrando, assim, ausência de vaidade, vaidade aliás tão comum a outros Ministros. V. Ex.^a há de sentir que o setor de agricultura é o mais deficiente da administração. V. Ex.^a preside a Confederação Nacional de

Agricultura e tem prestado, sem dúvida, com a sua vivência dos problemas agropecuários do País, e com a sua experiência, inestimáveis serviços ao País. O setor a que V. Ex.^a se refere é o mais importante, o mais necessário e indispensável a uma política de desenvolvimento bem orientada, no País. Temos repetido, aqui, que não há país rico com agricultura pobre. Se o setor agropecuário não tem desenvolvimento satisfatório, não se amplia, não enriquece; se o País não tem uma produção fecunda, sem dúvida, sabe V. Ex.^a que a Nação não pode realizar plano de desenvolvimento eficaz, no sentido de um aproveitamento melhor de seus recursos materiais. Congratulome com V. Ex.^a, e espero que o Governo, pelas informações prestadas por V. Ex.^a neste discurso que, infelizmente, não ouvi todo, uma parte apenas, aproveite as sugestões de V. Ex.^a e de todos os técnicos do País, dos homens do Ministério da Agricultura, que não pode trabalhar por falta de verbas, e, afinal, aproveite também algumas sugestões apresentadas pela própria Oposição, na sua orientação de cooperar com o Governo naquilo que disser respeito ao interesse público. Felicito V. Ex.^a pelo discurso que pronuncia, e espero que o Governo compreenda a necessidade de desenvolver o setor agropecuário do País através de uma política de desenvolvimento sólida e eficaz. Espero que o Governo tome conhecimento de todas as sugestões partidas de técnicos, de homens práticos e com vivência do problema, e execute a política mais necessária à grandeza material do Brasil.

O SR. FLÁVIO BRITO — Nobre Senador Argemiro de Figueiredo, muito agradeço a V. Ex.^a que, sendo homem rural, todas as vezes em que ocupa a tribuna desta Casa, tem trazido a sua cooperação e experiência, através de apartes, aos meus discursos.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO BRITO — Sr. Presidente e Srs. Senadores, tenho dito aos Sindicatos, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, que, nesta Casa, a agricultura não tem dois partidos. Todos os eminentes Senadores, quer

da ARENA quer, do MDB, tratam dos problemas da agricultura com a única preocupação de servir ao Brasil e procurar ajudar aos lavradores.

Não foi só a notícia sobre vagões, em número de setecentos, que o Sr. Ministro Mário Andreazza nos comunicou. O que mais nos impressionou foi a notícia sobre o reaparelhamento dos portos.

O Sr. Ministro dos Transportes está procurando reaparelhar quase todos os portos do Brasil, para que se tenha melhores condições de exportação.

Dizia-nos mais o Sr. Ministro Mário Andreazza que a Estrada Belém-Brasília aumentou a intensidade de tráfego porque os homens da agricultura estão produzindo. S. Ex.^a está preocupado com o Porto de Belém do Pará que já está pequeno, sem condições para absorver toda a produção que lhe é encaminhada.

Por isso, com a responsabilidade de dirigente da agricultura, tratamos de seus problemas específicos, reconhecendo embora que temos crédito — mas um crédito caro; e a agricultura não pode produzir com um crédito que vai de 18% a 20%, juros estes acrescidos de impostos, principalmente, do ICM.

É precisamente com referência a esse imposto, ou seja, o ICM, que temos ouvido, nesta Casa, tanto de parte do Partido do Governo como da Oposição, apelos no sentido de que as autoridades baixem este imposto, que é pago pelo agricultor antes da comercialização do seu produto.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITO — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — A situação da agricultura brasileira — como se sabe — é de um abandono tão cruel que há uma frase que se ouve freqüentemente — “Só se lembram da gente quando é para pagar impostos.”

O SR. FLÁVIO BRITO — É verdade.

Convém notar ainda que imposto cobrado pelo IBRA nas terras de São Paulo e nas do Sul do País é feito

pelos mesmos módulos com que são taxadas as terras amazônicas.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não são críticas que faço ao Governo e sim uma colaboração, porque participo do Governo, pertencendo ao Partido do Governo.

O Sr. Carlos Lindenberg — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FLÁVIO BRITO — Com todo prazer.

O Sr. Carlos Lindenberg — Sr. Senador Flávio Brito, a situação da lavoura preocupa V. Ex.^a como preocupa todos aqueles que têm uma parcela de responsabilidade na vida do País e, sobretudo o povo em geral e, especialmente, os próprios agricultores. Sentimos que o Governo — dizia isso num discurso ontem — se preocupa muito com a industrialização do País, enquanto que a agricultura não tem tido a correspondente atenção em matéria de assistência. Vemos planos habitacionais que se estendem por todo o País, mas que atingem apenas os habitantes da cidade, enquanto que para o interior, propriamente dito, nada se fez a respeito. Então, o que está havendo é a atração de todos aqueles que querem melhorar, pelas cidades e seus arredores, seja das capitais ou cidades do interior, deixando o campo inteiramente abandonado. Assim, por falta de assistência, o lavrador não se fixa no interior. Quanto à questão de juros, V. Ex.^a tem razão. São exagerados, não só para crédito agrícola de safras e colheitas, como para aquisição de máquinas agrícolas. Nessas condições, estamos caminhando para uma situação, em que teremos que importar alimentos para sustentar a população brasileira. Estou de pleno acordo com Vossa Excelência, considerando que algo precisa ser feito antes que seja tarde demais.

O SR. FLÁVIO BRITO — Obrigado, Sr. Senador Carlos Lindenberg. Vossa Excelência que dirigiu um Estado agrícola, como o Espírito Santo, em que o Governo, com o próprio dinheiro do cafeicultor, pagou para que ele arrancasse seu café, hoje o vê praticamente sem o estímulo, abandonando uma produção número um para nossas divisas.

A respeito das causas, V. Ex.^a tem toda a razão. Hoje, o meio rural está cada vez mais sacrificado, por falta de mão-de-obra que ocorre para os grandes centros urbanos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, confesso, com a responsabilidade de dirigente da agricultura, que confio no Governo atual, no Ministro dos Transportes. Costumo dizer, toda vez que sou solicitado a falar sobre reforma agrária, que ela não consiste tão somente em dar terras. Reforma agrária é garantir condições de transporte, de comercialização. Nós, que representamos o Norte e o Nordeste, sabemos o quanto é triste trabalhar e produzir, sem meios de transporte para o escoamento do seu produto. Entretanto, sentimos que o Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andreazza, está preocupado com o assunto. A sua preocupação é terminar as estradas, para que dêem escoamento a todos os produtos.

Portanto, mais uma vez desta tribuna, reivindico melhores condições, para a nossa agricultura, que confia no Governo atual.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, continua incessante, e por que não dizer, inclemente a elevação de gêneros de consumo no Brasil.

Hoje notícia a imprensa e, com destaque, o *Diário de Notícias*, que os preços dos remédios, sem autorização da SUNAB, aumentaram da noite para o dia, em cerca de 100%. Esse órgão fiscalizador de preço recebendo denúncia, diz que vai adotar providências, reunindo o seu conselho. Mas, não tenho dúvidas de que o Conselho, reunido, homologará pura e simplesmente esse aumento escorçante do preço dos remédios.

Não adianta, Sr. Presidente, se afirmar que o INPS, no Brasil, assiste ao seu associado e dependentes, prestando-lhes assistência médica, pois o doente vai ao consultório do especialista que constata a sua enfermidade, formula-lhe uma receita e esse, de posse da mesma, indo à farmácia, se

vê impossibilitado de adquirir o remédio, em razão do seu elevado preço.

O **Diário de Notícias** exemplifica com o Laboratório Orthos, cujo remédio Enterobion subiu, de um dia para outro, de NCr\$ 2,70 para NCr\$ 4,36, significa dizer que este aumento orça em quase 100%. Ao mesmo tempo que deixa o Governo se elevar os preços a este ponto, na base de 100%, não hesita em enviar mensagem, para exame do Congresso Nacional, propondo aumento de 20% para o funcionalismo público, civil e militar, não permitindo, qualquer emenda porventura apresentada pelos parlamentares. Se a Comissão Mista acéltar qualquer emenda majorando determinada classe ou estabelecendo outros benefícios, imediatamente o rôlo compressor do Governo se faz sentir na reunião plenária do Congresso, através de pedidos de destaque, principalmente para aquelas emendas apresentadas na Comissão Mista.

Os operários sabem que, se o funcionalismo vai ser aumentado em 20%, o seu aumento não poderá ser superior. No entanto, os remédios foram majorados na base de 100%. O *filet mignon* foi aumentado para NCr\$ 6,30, o que corresponde a cerca de 40%, em relação à tabela fixada pela SUNAB. Há um desrespeito completo às autoridades fixadoras de preços.

O comércio varejista e atacadista não se preocupa com a existência da SUNAB, mesmo que esta fixe o aumento dos preços para os gêneros. Não há fiscalização alguma e, em seguida ao aumento, a SUNAB, se reúne para, pura e simplesmente, homologar esse aumento. Não poderíamos deixar de fazer um reparo a esse novo assalto à economia popular, tornando inacessíveis à maioria do povo, os remédios, dados os preços por que são vendidos nas drogarias e farmácias. Daí eu me capacito do que vai ocorrer, dentro de pouco tempo. O dólar foi reajustado há poucos meses, passando de NCr\$ 3,30 para NCr\$ 3,70, e agora sofreu nova majoração. Conseqüentemente, a gasolina será aumentada na mesma proporção, o que resultará num aumento do custo de vida para a população brasileira. Tenho mesmo a impressão de que o preço da gasolina ainda não

foi reajustado por causa das eleições que se estavam realizando em 11 Estados da Federação.

Aumentado o preço da gasolina, serão aumentados os preços dos transportes e, fatalmente, sofrerão também aumento todos os bens de consumo do País. Contudo, é de 20% o aumento concedido ao funcionalismo público. Aos militares parece que foi concedido um pouco mais. Segundo alguns cálculos, para certas categorias haverá um aumento até de 100% enquanto que para outras de 27 e para outras de 40%. São essas, pelo menos, as informações dadas pelos jornais.

Sr. Presidente, aqui fica o meu protesto. Infelizmente, não encontra eco o protesto de parlamentares no seio do Congresso Nacional. A própria SUNAB que tem à sua frente o Sr. Enaldo Cravo Peixoto, limita-se pura e simplesmente, a dizer que o aumento dos preços dos remédios é ilegal, que não podia se verificar, mas se reúne em seguida e homologa esse aumento.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Realmente, todos nós reconhecemos que o aumento, nos índices em que está sendo proposto, é pequeno. Não está na dimensão do aumento do custo de vida. Mas é o que a União pode dar. Não é possível dar mais. O Erário do Governo só pode dar esses 20%; mas se V. Ex.^a conseguir recursos com o Erário da honrada Oposição, para dar mais 10 ou 15%, nós poderemos oferecer ao funcionalismo perspectivas melhores. De modo que eu informo a V. Ex.^a, em termos de reiteração, que o Erário do Governo só pode dar isso. Se V. Ex.^a informar que o Erário da Oposição pode complementar, teremos condições de agradar sinceramente à laboriosa classe funcional deste País.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Ex.^a, nobre Senador e Líder em exercício da Maioria nesta Casa, está distorcendo os fatos. Não estou me preocupando com o problema do Erário, na concessão dos 20% ao funcionalismo. O que me preocupa é o aumento dos

remédios e de outros produtos em proporção muito maior. O Governo concede aumento de 20% ao funcionalismo porque o Erário não suporta encargo maior, muito embora V. Ex.^a saiba muito bem que os militares tiveram um aumento maior. Por que, então, o Governo permite que se aumente o preço dos remédios na base de 100%? Por que o próprio Presidente da SUNAB, Sr. Enaldo Cravo Peixoto, informa que não permite esse aumento e, ao mesmo tempo, o produto é vendido com o preço majorado?

O Sr. Eurico Rezende — Peço um esclarecimento: em que V. Ex.^a se baseia para fazer a afirmativa no sentido de que o preço dos remédios ascendeu a 100% de aumento?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — É uma reportagem do **Diário de Notícias**, jornal que merece todo o nosso conceito, e creio também de V. Ex.^a e da Casa, como outros órgãos da imprensa. Aliás, não se limitou esse jornal a declarar que os remédios seriam aumentados nessa base. Citou, exemplificou com inúmeros produtos. Passo a ler alguns deles:

(Lê)

Nas novas listas de preços consta o "Enterobion", que subiu de NCr\$ 2,70 para NCr\$ 4,36. Do mesmo fabricante — Laboratório Orthos — o "Bromocebril" passou de NCr\$ 3,52 para NCr\$ 4,05, na embalagem de comprimidos pequenos e de NCr\$ 4,86 para NCr\$ 5,40 na caixa maior. O "Alergato", de NCr\$ 3,26 foi a NCr\$ 3,78; o "Gripion", injetável, de NCr\$ 2,13 chegou a NCr\$ 2,56; o "Marson", injetável, de NCr\$ 4,90 subiu para NCr\$ 5,73, sendo que o infantil aumentou de NCr\$ 3,26 para NCr\$ 3,91; o "Marsonil", comprimidos, de NCr\$ 2,94 para NCr\$ 3,37; em gotas, de NCr\$ 3,26 para NCr\$ 3,78; e em xarope, de NCr\$ 2,76 para NCr\$ 3,30; o "Olocynan" líquido, de NCr\$ 4,23 para NCr\$ 4,86.

PRODUTOS

Embora o aumento tenha atingido a todos os produtos, pode-se destacar o "Cafilon", em drágeas, que passou de NCr\$ 5,55 para

NCr\$ 5,59; o "Carbo-Levedo", de NCr\$ 1,49 para NCr\$ 1,62; o "Gar-senil" de NCr\$ 2,12 para NCr\$ 2,30; e as "Gôtas Binelli", de NCr\$ 1,99 para NCr\$ 2,15.

De outros laboratórios os aumentos foram os seguintes: "Gadusan", de NCr\$ 3,67 para NCr\$ 4,40, vidro de 5cc; e de NCr\$ 3,63 para NCr\$ 4,36, de 10cc, sendo que os supositórios passaram de NCr\$ 3,33 para NCr\$ 4,00; "Lacolin Compôsto", de NCr\$ 4,41 para NCr\$ 5,29; "Vacipio", de NCr\$ 2,78 para NCr\$ 3,33; "Vacipio Treo", de NCr\$ 3,95 para NCr\$ 4,35; "Bordesina", de NCr\$ 2,78 para NCr\$ 3,33; "Bordesina Treo", de NCr\$ 3,59 para NCr\$ 4,13; "Dinaisser", de NCr\$ 2,78 para NCr\$ 3,33; "Dinaisser Treo", de NCr\$ 4,72 para NCr\$ 5,20, e "Abessol", de NCr\$ 1,66 para NCr\$ 2,00.

O Sr. Eurico Rezende — Agora vê V. Ex.^a, realmente em alguns produtos — e o nobre colega mencionou apenas três — houve 100% de aumento. Mas, se o nobre Senador estabelecer a média, verá que não foi tanto assim. Não estou negando razão a V. Ex.^a, mas apenas caracterizando o exagero assistencial do nobre colega. Não houve aumento de 100% nos remédios.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Cerca de 100%.

O Sr. Eurico Rezende — Houve aumento em alguns remédios...

O SR. AARÃO STEINBRUCH — E outros foram aumentados em 40, 50 e 60%.

O filé sofreu aumento de 40%, na Guanabara. O cafézinho, na próxima reunião da SUNAB, informa o mesmo Diário de Notícias, passará de NCr\$ 0,08 para NCr\$ 0,10.

O Sr. Eurico Rezende — Com a taxa flexível do dólar, vamos ter esses aumentos mesmo.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Também reconhece V. Ex.^a que, aumentado o preço da gasolina, subirá o preço dos outros produtos. Antigamente, quando outros produtos eram financiados pelo Governo, entendia eu que somente a gasolina o devia, porque é elemento primário, dela derivam todos os demais aumentos. Era

de opinião de que não precisaria ser financiado o trigo.

São poucos os produtos derivados do trigo: o pão, os doces, etc. O mesmo não acontece com a gasolina. Então, no nosso Brasil há este paradoxo: a gasolina dos automóveis, a comum, é paga pelo consumidor, enquanto a do avião, que é o transporte dos mais ricos, é financiada pelo Governo.

Veja V. Ex.^a o paradoxo a que se chega no Brasil: o avião transporta pessoas que dispõem de recursos para se locomover por esse tipo de transporte, já a gasolina dos carros e caminhões que transportam gêneros de primeira necessidade, é paga pelo próprio consumidor. Inegavelmente, o preço, dessa gasolina aumentando, o gênero transportado por esses caminhões, por esses carros também aumenta.

O Sr. Adalberto Sena — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Pois não.

O Sr. Adalberto Sena — Estou a recordar que, na legislatura passada, não me lembro se em 1963 ou 1964, o nosso Senador Nogueira da Gama apresentou um projeto a esta Casa que congelava o preço dos medicamentos, na base vigente em janeiro daquele ano. O projeto tramitou aqui e acabou sendo rejeitado, apenas pela diferença de um voto. Mas o que quero acentuar é que, naquela ocasião, vieram esclarecimentos do Ministério da Saúde, no sentido de que aquela Secretaria de Estado, estava fazendo estudos a respeito do assunto, estudos que não tinham chegado ainda a uma conclusão definitiva.

Por esse fato, creio, é que o Congresso Nacional, pela sua maioria, se inclinou a não aprovar o projeto, apesar das emendas que a proposição recebera, que atenuavam um pouco as exigências anteriores do Senador Nogueira da Gama. Agora era o caso de perguntar: decorridos tantos anos, que fez o Ministério da Saúde a respeito desses estudos, a que conclusão chegou? Em que pé estão esses estudos?

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Ex.^a tem toda razão.

Quando aqui se quer votar proposições de interesse popular, os órgãos governamentais se dirigem ao Congresso e dizem que estão estudando o assunto, como no caso específico a que V. Ex.^a se reportou, em que se procurava congelar o preço dos remédios. O Ministério da Saúde informou que estavam sendo ultimados os estudos para resolver o grave e momentoso problema. Nós, aqui rejeitamos a proposição crentes que os estudos seriam ultimados. E o que vimos? O aumento incessante e constante de preços dos remédios, além do de outros gêneros que, num ano só, aumentaram duas ou três vezes. Eu mesmo, ontem, fui adquirir dois remédios, aqui, e verifiquei que subiram de preço na base de 50%.

Há, ainda, a circunstância de que certos estabelecimentos que negociam com o ramo se aproveitaram do aumento para remarcar seus estoques, ganhando com isso verdadeiras fortunas, embora haja uma providência proibindo essa remarcação. Mas é muito fácil apagar o preço anterior e colocar o atual. Então, verificamos que certos estabelecimentos que comercializam com o ramo de farmácia e drogaria ganharam verdadeiras fortunas com a remarcação de estoques. Foi, aliás, também, o que aconteceu com a gasolina que, da noite para o dia, foi aumentada sem haver o prévio levantamento dos estoques nos depósitos dos distribuidores do produto. Estes ganharam, da noite para o dia, verdadeiras fortunas, mercê da inércia e incapacidade do Governo.

E o Senador pergunta quais os meios que poderíamos apresentar para que o Governo pudesse dar um aumento melhor para os funcionários públicos e, em consequência, para os próprios trabalhadores. Existem muitos meios. Primeiro, dispensarem as obras suntuosas. O próprio Jornal do Brasil, de ontem, em editorial, atacava tais obras. Em segundo lugar, a fiscalização dos impostos, por exemplo, o Imposto de Renda só é pago religiosamente por aquele que é descontado na fonte. Vemos, perfeitamente, que firmas importantes sonegam o imposto; dão-lhes depois anistia ou, então, a fiscalização não é feita corretamente nesses estabelecimentos.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador.) — Com relação a obras suntuosas, V. Ex.^a não aponta nenhuma. Com relação à arrecadação tributária, devo informar a V. Ex.^a que neste ano de 1968, em termos de confronto com o ano de 1967, a majoração da receita tributária foi a mais de 100%. V. Ex.^a não pode negar que foi o Governo da Revolução que tomou as primeiras medidas sérias em matéria de fiscalização na defesa dos interesses da Fazenda. Ninguém pode negar isso. Correção monetária, considerando a sonegação fiscal ilícita, sujeita a apenamento criminal, a cadeia. O aparelhamento fiscal da União, a compressão de despesas com os órgãos arrecadadores, cometendo à rede bancária a atribuição de arrecadar, de receber. Ninguém pode negar neste País que as providências mais sérias, no que diz respeito à defesa dos interesses da Fazenda, se deram no atual período revolucionário do Governo.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Ex.^a faz, de certa maneira, um repto para que eu aponte as obras suntuosas que se realizam no Brasil. Estamos em Brasília, Capital da República. Pergunto a V. Ex.^a se um País com um deficit que acusou agora o Orçamento de 69 era para fazer um palácio tão suntuoso como o Itamarati nosso. Pergunto a V. Ex.^a se em outros países desenvolvidos da Europa, que têm folgança econômica, que não têm deficit orçamentário, se eles se dispõem ao luxo da construção de um palácio como este que temos aqui no Brasil.

Devem ser construídos palácios no Brasil, mas desde que o erário permita, desde que tenhamos condições, desde que se possa apresentar o Brasil num quadro extraordinário. V. Ex.^a não desconhece que a renda per capita no Brasil é de 220 dólares por ano, inferior à da Guiana Inglesa.

V. Ex.^a percorra todos os países da América do Sul, a Venezuela, o Chile, cuja renda per capita é duas vezes maior do que a nossa, e veja se V. Ex.^a encontra um palácio com a suntuosidade que tem o nosso Itamarati.

O Sr. Eurico Rezende — Vou procurar responder com total tranqüilidade de consciência e de raciocínio.

Em primeiro lugar, quem inventou Brasília não foi o Governo Revolucionário. Foi a idéia salutar, patriótica do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, que procurou arrancar o nosso País daquela preguiçosa contemplação atlântica e colocar aqui as oficinas, da nacionalidade, realizando um trabalho de integração nacional...

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Não estamos contra a construção de Brasília...

O Sr. Eurico Rezende — ... constituindo o Brasil autêntico, conquistando o Brasil cipó, o Brasil embira, ocupando longos vazios econômicos que antes existiam. E quanto ao Itamarati, deve ser realmente um palácio suntuoso, porque Brasília, pela sua engenharia atrevida e pela sua fascinação arquitetônica, será sempre uma capital de ampliação imobiliária cara. Mas o Itamarati tem o seu lado reprodutivo. Saiba V. Ex.^a que, depois da sua inauguração, já foi contratada a construção de 36 embaixadas, aqui, na Avenida das Nações.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Mas, pergunto a V. Ex.^a, se fosse menos suntuoso esse prédio, menos luxuoso, não se instalariam as 36 embaixadas?

O Sr. Eurico Rezende — Mas como, Excelência? Brasília tem que manter a sua curiosidade fascinada na observação dos mercados do mundo. Tem que se destacar. Ou se construía Brasília ou não se construía. Já que se resolveu construir...

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Construir é uma coisa...

O Sr. Eurico Rezende — ... se ela iniciou-se em linha de liderança arquitetônica e engenharia, num descampado em que as matérias-primas da construção civil são escassas ou mesmo inexistentes, são realmente obras onerosas mas têm também o seu lado reprodutivo: graças à Brasília já estamos debruçados sobre o Nordeste, sobre a Amazônia, através da estrada que antes chamavam "a estrada de onças" e que hoje é a estrada de integração nacional. Falam Belém—Brasília, mas não é, é Anápolis—Belém. Quer dizer que V. Ex.^a tem que encarar o custo de Brasília como

uma fatalidade que já não se pode corrigir.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Eu não estou, Sr. Presidente e nobre Senador Eurico Rezende, contrário à construção de Brasília. Éramos Deputado naquela oportunidade e votamos favoravelmente à transferência, do Rio de Janeiro para Brasília. Mas o fato de se construir uma nova capital não significa dizer que se deve construir com os requintes de luxo com que foi construído esse prédio. Poder-se-ia construir a sede do Ministério das Relações Exteriores, aqui, como foram os outros Ministérios, como o da Fazenda, da Justiça e todos os Ministérios enfim que compõem essa esplanada dos 3 Podêres. Da mesma maneira.

E nem por isso as Embaixadas poderiam deixar de se transferirem para aqui porque as Embaixadas têm suas sedes na Capital da República. Se a Capital foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília, aqui devem ter suas novas sedes. Ao querer V. Ex.^a justificar que o luxo e a ostentação do prédio do Itamarati irá justificar a transferência das Embaixadas para Brasília, incorre num equívoco, ainda mais com a agravante de que, se o preço aqui é mais alto, mais razão haveria em fazer economia em virtude mesmo do preço elevado da matéria-prima que, inclusive, vem de fora.

Não estamos contra a construção de Brasília, Sr. Presidente, inclusive porque aqui vivemos e gostamos de viver em Brasília. Estamos contra certas obras suntuosas em um país terrivelmente pobre, carente de recursos, com o orçamento desequilibrado, cujo governo manda uma mensagem de aumento de vencimento a quem das necessidades do povo agrava as com a elevação do custo de vida. É a nossa temática, é o nosso pronunciamento neste discurso.

Estamos contra o aumento escorçante do preço dos remédios e, como acentuou o Sr. Senador Adalberto Sena, o Ministério da Saúde evitou, através de pronunciamento seu, que aqui se congelasse parcialmente o preço de certos remédios porque estavam fazendo estudos sobre esses produtos e, agora, a imprensa vem noticiar que o aumento foi de 100%

em certos artigos, sem que a SUNAB autorizasse esse aumento — quer dizer, num escárnio às autoridades do País.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.^a um aparte? (*Assentimento do orador.*) — A respeito, ainda, da suntuosidade do Itamarati, mesmo que pudéssemos considerar aquela construção um mal, seria um mal necessário e, mais do que necessário, útil, paradoxalmente.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Mal útil.

O Sr. Eurico Rezende — Paradoxalmente.

Brasília é conhecida no mundo todo, hoje, no ângulo do simbolismo, através de três construções: Palácio da Alvorada, Palácio do Congresso e Palácio do Itamarati.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Palácio do Planalto.

O Sr. Eurico Rezende — Não, Excelência, o Palácio do Planalto, em termos imobiliários, é uma favela. Aquilo não é palácio.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Ex.^a veja que temos razão quando denunciávamos essa suntuosidade do Itamarati.

O Sr. Eurico Rezende — Não, é necessário. Ele projeta o Brasil.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Eu gostaria de ter ido à festa da Rainha numa favela igual ao Palácio do Planalto.

O Sr. Eurico Rezende — Ai, eu protestaria, porque tive a oportunidade de ver V. Ex.^a envergando a tradicional casaca, na festa da Rainha, que V. Ex.^a tinha folgadas condições competitivas para enfrentar a elegância do Príncipe Phillips. De maneira que o lugar de V. Ex.^a é no Itamarati.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Ex.^a também estava lá, brilhando, com o cavalheirismo de todos.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a, agora, me elogia. Temos uma recíproca quitação sentimental, mas devo dizer a V. Ex.^a que temos de manter esse simbolismo de Brasília, porque isso atrai, inclusive, o turismo. O Itamarati se projeta de maneira fascinante lá fora, assim como o Palácio

da Alvorada e o Palácio do Congresso. Afora esses três Palácios, o que se faz aqui são obras de rotina: construção de blocos residenciais de apartamentos e obras públicas necessárias. De modo que o Palácio da Alvorada, o Palácio do Congresso Nacional e o Palácio do Itamarati são construções necessárias.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — De países ricos.

O Sr. Eurico Rezende — Não, Excelência. É o ônus de uma nova capital que se quer projetar. Mas fiquemos nisso só em matéria de suntuosidade; essa suntuosidade deve-se esgotar nesses três palácios. Mas eu volto a insistir: o erário do Governo só pode dar 20% de aumento de vencimento ao funcionalismo; se o erário da honrada Oposição estiver um pouco mais "folgado" e puder arranjar mais 20%, então nós daremos o aumento de 40%. Mas creio que todos ficaremos satisfeitos se o erário da Oposição der 10% ou 5%. Então, juntaremos esforços do erário do Governo com os esforços financeiros do erário da Oposição e poderemos exibir para o funcionalismo uma perspectiva melhor, em matéria de aumento...

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Ex.^a sabe que a Oposição, neste País, como se diz na gíria "não tem vez", não tem condições de opinar, de aconselhar, de informar. Quem decide é a Maioria, é o Governo — e quando o Governo decide num determinado sentido, nem mesmo um elemento integrante do Governo consegue demover o Executivo dessa iniciativa.

V. Ex.^a sabe, com mais razão do que eu, que estamos afirmando o óbvio.

V. Ex.^a fez um repto sobre obras suntuosas, mas se V. Ex.^a quiser, vou apresentar outras.

O Sr. Eurico Rezende — Permita-me V. Ex.^a O Governo ao elaborar a mensagem do aumento olhou para a esquerda e viu a simpatia; olhou para a direita e viu o patriotismo, a seriedade; adotou a segunda alternativa, Senador Aarão Steinbruch, e toda vez que um Governo adota uma medida antipática ele deve merecer o respeito, pois escancarar as portas do Erário, ou então arrombar as portas do Erário — e era isso o que se ve-

rificava anteriormente — é muito fácil. O difícil é suportar a impopularidade, em favor do interesse nacional. É isso que esse Governo está fazendo. Pode não merecer aplausos, pode não merecer as emoções do agradecimento do funcionalismo público, mas merece o profundo respeito porque está cumprindo, com seriedade e sem nenhuma preocupação de agrados demagógicos, a plenitude e a seriedade dos seus deveres e das suas obrigações.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — V. Ex.^a agora no seu brilhante aparte situou o problema ideologicamente: o Governo olhou para a direita, para a ARENA e...

O Sr. Eurico Rezende — Eu não disse isso.

O SR. AARÃO STEINBRUCH — ... disse que tinha que dar de acordo com o Erário; mas, olhando para a esquerda, não queria contemplar, digamos, a popularidade fácil.

V. Ex.^a situou parece-me que ideologicamente o assunto: esquerda ou direita. Não estamos discutindo o assunto ideologicamente.

O Sr. Eurico Rezende — Não tive essa intenção!

O SR. AARÃO STEINBRUCH — Estamos discutindo o problema sob o aspecto do aumento que se vem verificando nos preços. Se, de um lado, o Governo, nesta política, teria razão em querer congelar salários, querer continuar a política do chamado arrocho salarial, e de outro lado, como correspondente, não deveria permitir a elevação dos preços acima do aumento com que contempla o povo brasileiro. Esta é a questão. Se, de um lado, ele não permite que o funcionalismo ou o povo brasileiro seja reajustado na base do aumento do custo de vida, de outro lado — e tem todo o poder — deveria controlar os preços dos gêneros, do aluguel, dos remédios. Agora, com o novo aumento da gasolina, vão ser aumentados os gêneros de primeira necessidade. Portanto, o Governo usa dois pesos e duas medidas.

O Sr. Eurico Rezende — Quem decreta o aumento da gasolina é o Governo Federal.

O SR. AARAO STEINBRUCH — É o dólar.

O Sr. Eurico Rezende — Exato. É que nós importamos grande quantidade...

O SR. AARAO STEINBRUCH — O que aumenta não é o dólar, é o cruzeiro que se desvaloriza, acentuando a desvalorização que vem depois do famoso cruzeiro novo. Quando se baixou o decreto instituindo o cruzeiro novo, lembro-me bem de que a justificativa era de que, com isto, se estabilizaria a moeda, a moeda ficaria estável. Mas, desde que se instituiu o cruzeiro novo, verificamos, através deste período, que ele se desvaloriza dia a dia. É preciso nova moeda forte. Quem sabe, ao atual Presidente da República caberia a instituição dessa nova moeda forte, que tornaria a nossa moeda estável?!

Sr. Presidente, espero que a SUNAB, que tem à sua frente um homem de bem, tome as providências necessárias ao ser denunciado esse aumento escorchantemente dos remédios e não homologue na próxima reunião, quarta-feira, se não me falha a memória, esse aumento contra a bolsa do já sacrificado povo brasileiro. (Muito bem!)

O Sr. Eurico Rezende — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Tem a palavra V. Ex.^a

O SR. EURICO REZENDE (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ontem, nesta Casa, o nobre Senador Mário Martins reatou os seus pronunciamentos acusatórios contra o Governo Federal na pessoa do honrado Ministro da Justiça, Professor Gama e Silva.

Na oportunidade daquele discurso ofereci algumas intervenções e, ao final, ocupei a tribuna autonomamente e prometi a S. Ex.^a e à Casa trazer a resposta direta do ilustre titular da Pasta da Justiça.

Esta resposta está consubstanciada em carta, de ontem datada, cujo tex-

to vou reproduzir para o conhecimento geral:

Brasília, 21 de novembro de 1968

Excelentíssimo Senhor

Senador Eurico Rezende

Nesta

Prezado Amigo e Ilustre Líder: Mais uma vez me vejo na constrangedora contingência de pedir sua valiosa intervenção para contestar, formalmente, as maldosas insinuações contra mim levantadas, na sessão de hoje, do Senado Federal, pelo senhor Senador Mário Martins. E o faço, como anteriormente, antecipando-me ao recebimento de seu Pedido de Informações, a fim de que alguns fatos fiquem, desde logo, esclarecidos. Quanto aos demais, que aqui não vou referir, aguardo a remessa, a este Ministério, daquele Pedido, com a documentação que o acompanha, para dar a resposta que merecer.

Saliento, contudo, que o comportamento desse ilustre Senador não encontra nenhuma justificativa. E se seu Pedido de Informações, desta vez, é mais objetivo, lamento, profundamente, que um membro do Congresso Nacional, no diálogo mantido com Vossa Excelência, venha tentar, mais uma vez, atacar a dignidade de quem nada tem a temer, ou esconder, impugnando, integralmente, tudo quanto foi por ele dito ou comentado.

Realmente, meu Ilustre Líder, sou, há muitos anos, advogado da "Fábrica de Cigarros Sudan S/A" e da "Fundação Anita Pastore D'Angelo", ao lado de outros colegas de São Paulo, entre eles os professores Joaquim Canuto Mendes de Almeida, antigo Procurador-Geral da República, e José Frederico Marques, que dignificou, por longo tempo, o Poder Judiciário de São Paulo, como Juiz e Desembargador de nosso Tribunal de Justiça.

Assumindo, porém, o Ministério da Justiça, me afastei, espontaneamente, das funções de advogado dessas entidades e, desde então, não lhes prestei mais qual-

quer assistência, direta ou indireta, a qualquer título.

A circunstância de, em causas dessas antigas clientes, haver procurações com o meu nome, em nada altera o que acabo de afirmar, porque todos bem sabemos que é praxe, entre os advogados, quando se afastam, temporariamente, de seus encargos forenses, não renunciarem os mandatos judiciais, que lhes foram outorgados. E é por isso também que nas empresas, públicas ou particulares, e mesmo em órgãos administrativos de defesa dos interesses do Estado, sempre consta dos instrumentos do mandato o nome de todos os advogados, para as necessárias substituições. E afirmo mesmo que em outras causas, em Juízos e Tribunais do País, há procurações em meu nome, embora afastado das lides judiciais.

O que importa é verificar se o advogado praticou qualquer ato, no processo. E posso afirmar, desafiando qualquer contestação, que nenhum ato meu foi levado a Juízo, não só na causa referida no Pedido de Informações, como em qualquer outra. E mesmo naquela, salvo engano de minha parte, tenho impressão de que não funcionei, embora tivesse mandato para tanto. E se o fizesse, apenas cumpria com meu dever legal.

A existência, portanto, do fato alegado não comprova a suspeita, ou acusação. Estou afastado dessas entidades, como de outras empresas. E, acredito, não será diversa a situação de outros profissionais, tanto no Poder Executivo, como no Legislativo.

Chocou-me, porém, a leviandade com que se vem tentando envolver o meu nome em processos — administrativos e judiciais — em que se acusam aquelas entidades, ou mais propriamente a "Fábrica de Cigarros Sudan S/A", como se a um simples advogado, sem poderes de gestão e estranho, completamente, à administração da empresa, se pudesse atribuir a responsabilidade por atos de

seus diretores ou empregados. Nem a mais absoluta má-fé poderia justificar esse procedimento.

De nada sabia. De nada tinha ciência. E, em razão de minhas relações profissionais com a companhia, passava, às vezes, longo tempo, sem nenhum contato com os diretores ou altos funcionários da sociedade. E se infração fiscal houve, se violação ocorreu de normas penais, é evidente que ninguém vai consultar, previamente, um advogado, para se aconselhar sobre a prática de um ilícito administrativo ou de um crime.

Só soube do tão comentado hoje "affaire" SUDAN, quando, certa tarde, o senhor General Sylvio Correa de Andrade, Delegado Regional do D.P.F., em São Paulo, me trouxe ao conhecimento do que estava acontecendo com essa e outras firmas de São Paulo, acentuando que se procurava envolver o meu nome. Surpreso com mais essa infâmia, determinei a essa autoridade que agisse com o máximo rigor e que qualquer referência a mim deveria constar do processo, porque não necessitava de qualquer favor. Nessa oportunidade, se iniciavam as investigações fiscais e policiais e tais fatos, posteriormente, constaram de uma carta a mim dirigida a 5 de julho de 1968, da qual lhe encaminho uma cópia.

Mas a campanha insidiosa teve prosseguimento. Ao regressar do exterior, tomei conhecimento de uma notícia publicada no jornal *Última Hora*, de São Paulo, de 3 de junho de 1968, onde aquela manobra aparece.

Revoltado, mandei que a Polícia Federal, de São Paulo, procedesse a uma investigação reservada, com a finalidade de apurar a origem da falsa notícia, tendo chegado a conclusões positivas. E nos jornais do dia imediato a Delegacia Regional do D.P.F. deu as necessárias explicações, conforme consta do *Diário da Noite*, de 4 de junho de 1968 (cópias anexas).

E tal a maldade desse procedimento, que até no jornal *A Tar-*

de, de Salvador, Bahia, de 12 de julho de 1968, sob o título "Esclarece-se o caso do Cel. Campelo no D.P.F.", se agiu do mesmo modo, precisamente quando pretendia visitar aquele Estado, a convite de seu eminente Governador. E só não o fui porque tive de permanecer, no Rio de Janeiro, por motivos de ordem pública.

São, portanto, além de mentirosas e infamantes, destituídas de qualquer crédito, essas referências a possível intervenção minha naqueles fatos, desafiando quem quer que seja a provar o contrário.

Também, como Vossa Excelência, não tive conhecimento do "segundo consta" divulgado, em discurso, no Senado, pelo Senhor Senador Desiré Gurani e constante do item 6.º do pedido de informações.

Contesto-o. E o contesto, formal e inequivocamente, não tendo tido jamais com o senhor Coronel Florimar Campelo o encontro referido e nem lhe dei qualquer instrução sobre os processos aludidos por esse Senador. Na verdade, bem diversa foi a causa do afastamento de S.S. do cargo de Diretor-Geral do D.P.F. E jamais me utilizaria de processo tão vergonhoso, porque bem diferente minha formação moral. E a prova disto está na já referida carta do Senhor General Sylvio Correa de Andrade. Fica, agora para satisfação do senhor Senador Mário Martins, o meu desmentido.

Do mesmo modo, não tive nenhuma interferência e nem soube, previamente, da remoção para o Piauí do Delegado Roberto Mesquita Sampaio, assim como de outras substituições na Delegacia Regional de São Paulo, atos esses de competência do Diretor-Geral do D.P.F., senhor General José Bretas Cupertino, nos termos do item IX, do artigo 4.º, do Regulamento baixado com o Decreto n.º 56.510, de 28 de junho de 1965, como deve ser de ciência do senhor Senador Mário Martins.

Tive, pelos jornais, conhecimento do ato do Senhor Ministro da Fazenda, decretando a prisão administrativa dos diretores da "Fá-

brica de Cigarros Sudan S.A.". No entanto, é absolutamente falso que tenha, direta ou indiretamente, interferido para a soltura dos mesmos, sendo, nesse ponto, ainda inexato o discurso do senhor Senador Desiré Guarani, naturalmente mal informado por suas fontes.

Aí estão, meu ilustre Líder, estas indicações iniciais sobre o novo pedindo de informações e algumas das malsinadas interpretações constantes do discurso do Senhor Senador Mário Martins. E grande está sendo o meu desaponto em ter de perder tempo precioso e ser abusiva e maliciosamente atacado, quando coisas mais sérias há a serem tratadas no Senado, neste Ministério e no País. E lamento mais ainda ser obrigado a este novo e formal desmentido, tomando o valioso tempo de Vossa Excelência e dos Senhores Senadores, para demonstrar a que se reduz a prometida "corrupção" que, por certo, se tornará em títulos pomposos de alguns jornais. Ao responder ao pedido de informações, em todos os seus itens, darei os esclarecimentos que se tornarem ainda necessários, porque muitos se referem a documentos que, em sua maioria, desconheço, necessitando analisá-los para que o senhor Senador Mário Martins fique suficientemente e bem esclarecido.

Agradecendo a Vossa Excelência a gentileza de dar ciência ao Senado Federal desta minha informação preliminar, renovo os protestos de meu apreço e alta consideração.

Luis Antônio da Gama e Silva —
Ministro da Justiça.

A epístola reproduzida conduz, por fotocópias, três documentos que peço a V. Ex.ª, Sr. Presidente, passem também a integrar a publicação da resposta que o Sr. Ministro da Justiça ofereceu ao pedido de informações e às acusações ou insinuações do ilustre Senador Mário Martins. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
SENADOR EURICO REZENDE EM SEU
DISCURSO.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
FEDERAL

Delegacia Regional — São Paulo

São Paulo, 5 de julho de 1968.

Exm.^o Sr. Prof.

Dr. Luís Antônio da Gama e Silva

DD. Ministro da Justiça

Nesta

Excelentíssimo Senhor Ministro:

Tendo em vista notícias que têm sido veiculadas, deturpando os fatos e procurando envolver o nome de V. Ex.^a, desejo, a bem da verdade, declarar o seguinte, relativamente a investigações sobre sonegação de imposto e outras faltas, que teriam sido praticadas por algumas firmas desta capital, inclusive a Fábrica de Cigarros Sudan S/A.

Com efeito, tão logo tais fatos chegam ao conhecimento desta Delegacia Regional e tendo verificado, através de expressões de um agente fiscal, que se pretendia envolver o nome de Vossa Excelência, sob alegação de ser advogado daquela firma, me dirigi à sua residência e recebido por V. Ex.^a, lhe dei ciência desses fatos que, até então, não eram de seu conhecimento.

Após ter ouvido meu relatório, V. Ex.^a me determinou que, no caso, agisse com o máximo rigor, procurando apurar a responsabilidade de todos quantos tivessem agido contra os interesses da Fazenda Pública Federal, sem levar em consideração quem quer que fosse. Determinou, ainda, V. Ex.^a, que repelisse qualquer intervenção de terceiro, notadamente se estivesse usando do nome de V. Ex.^a, assim como me solicitou que qualquer referência a seu nome fosse devidamente lançada nas peças do processo, porque V. Ex.^a nada temia e nada devia.

Finalmente, me declarou V. Ex.^a, que de fato, há muitos anos era advogado daquela companhia, tendo se afastado dessas funções quando, a 15 de março de 1967, assumira as funções de Ministro de Estado da Justiça.

Sendo tais fatos absolutamente verdadeiros, não me seria possível omiti-los a V. Ex.^a, cujo nome e cuja ação merecem o máximo respeito de todos nós.

Renovo, nesta oportunidade, a V. Ex.^a, os protestos de minha alta estima e real admiração. — Gen. R-1 Sylvio Correa de Andrade, Delegado Regional.

Comparecem mais os Srs. Senadores:

José Guimard — Lobão da Silveira — Petrólio Portella — Sigefredo Pacheco — Wilson Gonçalves — Argemiro de Figueiredo — João Cleofas — Leandro Maciel — José Leite — Antônio Balbino — Carlos Lindenberg — Aurélio Vianna — João Abrahão — Filinto Müller — Adolpho Franco — Mello Braga — Antônio Carlos — Guido Mondin — Daniel Krieger — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador José Guimard. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Clodomir Millet.

O SR. CLODOMIR MILLET (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, chegou-me de São Luís a infausta notícia do falecimento ali, na madrugada de hoje, de um dos homens mais eminentes, de uma das figuras mais representativas de meu Estado.

Trata-se, Sr. Presidente, do Dr. Djalma Caldas Marques, abalizado médico que, durante 50 anos, exerceu na Capital do Estado a clínica privada, sendo indiscutivelmente, dentro da sua classe, uma das figuras exponenciais.

Sr. Presidente, o Dr. Djalma Caldas Marques foi sempre médico. Durante algum tempo, talvez porque na Interventoria do Estado estivesse um seu amigo, o Dr. Paulo Ramps, desviou-se um pouco para outras atividades, exercendo a Presidência do Conselho Técnico Administrativo e a Presidência da Caixa Econômica, sem todavia abandonar, um dia sequer, o exercício da nobilitante profissão.

Para que o Senado possa avaliar dos altos méritos e do conceito do

eminente facultativo hoje desaparecido, eu poderia dizer, Sr. Presidente, que os representantes do Maranhão, nesta Casa e na outra Casa do Congresso, para si mesmos ou para pessoas de suas famílias, tiveram como médico particular o Dr. Djalma Caldas Marques. Entre funcionários maranhenses que trabalham aqui, e na Câmara dos Deputados, é difícil não encontrar-se um que não tenha tido, para si mesmo ou para pessoa de sua família, como médico, o Dr. Djalma Caldas Marques. Isso pode muito bem evidenciar como era, como médico, querido e acatado no meu Estado, o ilustre maranhense que hoje desaparece.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CLODOMIR MILLET — Ouço o aparte de V. Ex.^a.

O Sr. Victorino Freire — V. Ex.^a faz justiça, e eu me associo ao pesar de V. Ex.^a na homenagem que presta, com o brilho de sua reconhecida inteligência, ao Dr. Djalma Marques. O pesar de V. Ex.^a é o pesar de todo o Estado. Amigo do Dr. Djalma Marques, foi ele médico de minha família, como aliás, da família de quase todo maranhense. Peço a V. Ex.^a registrar no seu discurso a minha solidariedade, acompanhando-o no pesar e luto que cobre nosso Estado.

O SR. CLODOMIR MILLET — Agradeço o aparte de V. Ex.^a que bem traduz o sentimento de nós todos, representantes do Estado, diante do infausto acontecimento que estou transmitindo ao Senado.

Sr. Presidente, o Dr. Djalma Marques formou-se em 1914 pela gloriosa Faculdade de Medicina da Bahia, clinicando, durante dois ou três anos, no interior daquele Estado. Foi, depois, para São Paulo. Como disse, até dois anos atrás, exercia em toda a plenitude suas atividades, sendo médico de toda gente, desde os mais abastados até os mais humildes, na Capital Maranhense.

Foi médico do antigo Serviço de Profilaxia Rural, único emprego que teve em sua vida e, durante algum tempo, talvez, tenha pretendido militar na política, mas nunca chegou, em termos concretos, a disputar qualquer cargo eletivo na minha ter-

ra. Era amigo de todos, aceito e recebido com prazer e com o maior interesse em todas as casas; não tinha inimigos e, como ressaltou o Senador Victorino Freire, a perda é considerável para o meu Estado, que tinha, repito, no Dr. Djalma Caldas Marques uma das suas figuras mais expressivas, uma das suas figuras mais eminentes.

Deixando, com este simples registro, Sr. Presidente, a notícia do falecimento do Dr. Djalma Caldas Marques, em São Luís, quero testemunhar o meu pesar, o pesar da representação do meu Estado, e fazer consignar nos Anais desta Casa a tristeza que a todos nos domina. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofício n.º 276, de 6 do mês em curso, do Sr. Governador do Estado de Goiás, solicitando autorização do Senado para contrair empréstimo, no valor de US\$ 10.000.000,00, com **The Deltec Banking Corporation Ltd.**, de Nassau, Bahamas, pelo prazo de cinco anos.

O ofício será encaminhado às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, requerimento de urgência que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 1.559, DE 1968

Requeremos urgência, nos termos do art. 326, n.º 5 b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 135, de 1968, que retifica, sem ônus, a Lei n.º 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1968.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1968. — **Manoel Villaza** — **Adalberto Sena**.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — O requerimento será votado ao fim da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Co-

missão de Redação em seu Parecer n.º 1.059, de 1968) do Projeto de Lei da Câmara n.º 158, de 1968 (n.º 1.748-B/68, na Casa de origem), que altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e revoga as Leis n.ºs 4.066, de 28 de maio de 1962, e 5.472, de 9 de julho de 1968, que dispõe sobre a validade de pedido de demissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar fazer uso da palavra, encerra-
rei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Encerrada a discussão e não havendo emendas nem requerimentos, para que a mesma seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados. Para acompanhá-la designo o Sr. Senador Adolpho Franco, relator da mesma nesta Casa.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 1.059, DE 1968

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 158, de 1968 (n.º 1.748-B, de 1968, na Casa de origem).

Relator: Sr. Nogueira da Gama

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 158, de 1968 (n.º 1.748-B/68, na Casa de origem), que altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e revoga as Leis n.ºs 4.066, de 28 de maio de 1962, e 5.472, de 9 de julho de 1968, que dispõem sobre a validade de pedido de demissão ou recibo de quitação contratual, firmado por empregado.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1968. — **José Feliciano**, Presidente — **Nogueira da Gama**, Relator — **Lobão da Silveira**.

ANEXO AO PARECER N.º 1.059/68

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 158, de 1968 (n.º 1.748-B, de 1968, na Casa de origem).

EMENDA N.º 1

(Corresponde à Emenda n.º 1-CF)

Ao § 1.º mencionado no art. 1.º do projeto.

Onde se lê:

“... 90 (noventa) ...”;

Leia-se:

“... 300 (trezentos) ...”

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)

Item 2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 1.060, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 1968 (n.º 93-A/68, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-Lei n.º 357, de 23 de setembro de 1968.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar fazer uso da palavra, encerra-
rei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Encerrada a discussão e não havendo emendas nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como aprovada, independentemente de votação, nos termos do artigo 316-A, do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

PARECER N.º 1.060, DE 1968

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 1968 (n.º 93-A/68, na Casa de origem).

Relator: Sr. Nogueira da Gama

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 1968 (n.º 93-A/68, na Casa de origem), que aprova o texto

do Decreto-Lei n.º 357, de 23 de setembro de 1968.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1968. — José Feliciano, Presidente — Nogueira da Gama, Relator — Lobão da Silveira.

ANEXO AO PARECER
N.º 1.060/68

Redação final do Projeto de
Decreto Legislativo n.º 47, de 1968
(n.º 93-A/68, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 58, parágrafo único, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
N.º , DE 1968

Aprova o texto do Decreto-Lei
n.º 357, de 23 de setembro de 1968.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-Lei n.º 357, de 23 de setembro de 1968, que prorroga o prazo previsto no art. 1.º do Decreto-Lei n.º 7, de 13 de maio de 1966, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)

Item 3

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 185, de 1965 (n.º 282-B/63, na Casa de origem), que cria o Fundo de Assistência e Previdência do Seringueiro, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob n.ºs 897, 898, 899, de 1968, das Comissões

- de Constituição e Justiça, pela rejeição;
- de Legislação Social, pela rejeição, com voto vencido do Senador Josaphat Marinho;
- de Finanças, pela rejeição.

Projeto em tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado n.º 133/63.

Sobre a mesa, emenda que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 1

Ao Projeto de Lei da Câmara n.º 185, de 1965, que cria o Fundo de Assistência e Previdência do Seringueiro, e dá outras providências.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

PROJETO DE LEI
N.º 185, DE 1965

Dispõe sobre a assistência e previdência do seringueiro, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Considera-se “Seringueiro” aquele que trabalha na colheita, beneficiamento e guarda da borracha, na indústria extrativa e vegetal, sendo o mesmo, para os fins desta lei, classificado como “trabalhador rural”, segurado obrigatório da previdência social rural.

Art. 2.º — A assistência médico-social do seringueiro será, nos termos do Decreto-Lei n.º 276, de 1967, atendida por conta do “Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL)”, ficando os demais benefícios a cargo do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Art. 3.º — Nenhuma operação de financiamento ou de empréstimo de qualquer natureza será realizada com os seringueiros, proprietários, parceiros ou meeiros nas diversas formas de exploração da borracha natural, pelos estabelecimentos oficiais de crédito, federais ou estaduais, sem que seja feita a prova, por parte dos mesmos, de que todos os “seringueiros”, com os quais trabalham, estejam inscritos na previdência social e de que efetuaram o pagamento da importância contributiva que lhes corresponde, relativa ao último período.

Art. 4.º — O seringueiro poderá ser aposentado aos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade ou aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, não podendo o valor da aposentadoria, em nenhum caso, ser inferior ao salário-mínimo regional.

Art. 5.º — Para atender à acréscimo de despesa ocasionado pela aplicação do disposto no artigo anterior,

será cobrada, do produtor, uma taxa de 1% (um por cento) sobre o valor de cada quilo de borracha natural vendida, e depositada no Banco da Amazônia S. A., à ordem do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), em conta denominada “Fundo do Seringueiro”.

Parágrafo Único — O primeiro comprador do produto fica obrigado a cobrar do produtor a taxa a que alude este artigo e a depositá-la no Banco da Amazônia S. A., não podendo efetuar nenhuma operação comercial com o produto adquirido sem provar o recolhimento da referida taxa.

Art. 6.º — O quantum da contribuição do “seringueiro” será fixado, nas diversas regiões, pelo Departamento Nacional da Previdência Social, não podendo incidir sobre importância inferior a um, nem superior a cinco salários-mínimos regionais.

Art. 7.º — As contribuições, serão pagas, de uma só vez, anualmente, na época compreendida entre a colheita e a venda do produto.

Art. 8.º — O Poder Executivo, dentro de cento e vinte (120) dias, regulamentará o disposto nesta Lei, podendo, para a devida execução da mesma, baixar as instruções cabíveis para o credenciamento de médicos, serviços e instituições necessários à efetiva concessão dos benefícios assistenciais e previdenciários aos seringueiros, a cargo do FUNRURAL e do INPS.

Art. 9.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 — Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

As principais alegações contra o projeto são baseadas no fato de entenderem os ilustres relatores, nas Comissões Técnicas competentes, que o seringueiro é um “trabalhador rural” e, portanto, tem direito à assistência médico-social à conta do FUNRURAL (Decreto-Lei n.º 276, de 1967) e do INPS, em substituição ao IAPI, razão por que a matéria já está atendida em lei.

Não obstante, os seringueiros, segundo nos informaram, continuam à margem de qualquer proteção assistencial e previdenciária.

Dessa forma, nada obsta a que se defina, claramente, em lei, a situação do seringueiro, dando-lhe a classificação, para fins assistenciais e previdenciários, que lhe foi dada pela douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, como fazemos nos artigos 1.º e 2.º

Nada impede, também, que se obrigue, mediante uma sanção, os proprietários ou exploradores da cultura da borracha natural, a efetivarem a inscrição dos seringueiros no INPS, pagando a sua parte, conforme propomos no art. 3.º

O Art. 4.º **reduz** os limites normais para a concessão da aposentadoria aos seringueiros, de acordo com permissão constitucional, dada a natureza especialíssima dos serviços que executam.

Para atender ao aumento de despesa, oriundo dessa redução, propomos a taxa de 1% (um por cento) sobre o quilo de borracha natural, cobrada do produtor, pelo comprador, que fica obrigado a depositá-la no Banco da Amazônia S. A., à ordem do INPS, sob pena de não poder realizar quaisquer operações com o produto adquirido — art. 5.º e seu parágrafo único.

O “seringueiro” não recebe, como se sabe, “salário” mensal. O seu pagamento, que ocorre depois da colheita do produto, depende da quantidade de borracha extraída, **casu a casu**. Durante esse longo período, o “seringueiro” só recebe ajuda **in natura**, em mantimentos e apetrechos diversos.

Difícil portanto, fixar-se um **quantum** contributivo mensal — que sugerimos tenha incidência variável, entre um e cinco salários-mínimos regionais (art. 6.º) — bem como a maneira de efetuar-se o recolhimento da sua contribuição.

Impõe-se, no caso especial do “seringueiro”, um tratamento especial, como propomos no art. 7.º: que as contribuições sejam pagas, “de uma só vez, anualmente, na época compreendida entre a colheita e a venda do produto”.

Como se vê, nada existe de injurídico ou de inconstitucional no substitutivo, razão por que, atendido, ainda, o estabelecido no § 1.º do art. 158

da Carta Magna, estamos certos, merecerá a aprovação do Senado.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1968. — José Guimard.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Em discussão o Projeto com a Emenda.

Se não houver quem desejar discutir, vou dar por encerrada. (Pausa.)

Está encerrada.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça para se pronunciar sobre o projeto e a Emenda, às Comissões de Legislação e de Finanças sobre a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)

Item 4

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 133, de 1963, de autoria do Senador Edmundo Levi, que dispõe sobre o sistema de Previdência Social para os seringueiros da Amazônia, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob n.ºs 900, 901 e 902, de 1968, das Comissões

— de **Constituição e Justiça**, pela rejeição;

— de **Legislação Social**, pela rejeição, com declaração de voto do Senador Josaphat Marinho;

— de **Finanças**, pela rejeição.

Projeto em tramitação conjunta com o PLC n.º 185/65.

Em discussão o Projeto.

Tem a palavra o Sr. Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, este projeto foi apresentado à Casa em outubro de 1963, sob o regime constitucional da Carta promulgada em 1946. Não encontrava, na ocasião, nenhum óbice à sua tramitação. Também sob a Carta atual parece-me que não haveria nenhuma indicação, nenhum empecilho que estorvasse a sua marcha, tanto assim, que todos os pareceres que constam da Ordem do Dia concluem pela sua rejeição em face de, segundo o item 7 do parecer da Comissão de Constituição e Justiça,

entenderem que a matéria se encontra atendida pela legislação em vigor, em decorrência da criação do Instituto Nacional de Previdência Social.

A Comissão de Legislação Social entende que o seringueiro estaria já amparado em face do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural instituído pelo Decreto-Lei n.º 276, de 1967, bem como pelo Decreto-Lei n.º 72, de 1966, que unificou a Previdência Social, criando o Instituto Nacional de Previdência Social.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, lamento discordar dos pareceres técnicos porque, em verdade, todos aqueles que conhecem a vida do seringueiro e têm conhecimento de como se executa a Previdência Social, sabem que, até hoje, os benefícios dirigidos, sustentados e orientados pelo Instituto Nacional de Previdência Social não chegaram ao homem que labuta nos seringais. Também o Fundo Rural não só não dispõe de condições econômicas para atender às exigências assistenciais do trabalhador do campo, como, em verdade, não enquadrou, na sua sistemática, o trabalhador dos seringais. Tanto que o ilustre Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, segundo publicação de **O Globo**, de 19 de novembro, está ultimando a redação de um projeto de lei que pretende criar, regular e fazer executar a Previdência Rural, para assistir diretamente os trabalhadores do campo.

O projeto que apresentei em 1963 dirigia-se diretamente ao seringueiro. Alguns pareceres, louvando-se nas informações de uma Federação patronal consultada a respeito, cujo nome não me ocorre, entendem que o projeto, se aprovado, seria discriminatório e instituiria a previdência apenas para o seringueiro, ensejando que também viessem reclamar o mesmo direito os trabalhadores dos cacauais, dos babaquais e de todos aqueles que, como párias, labutam no extrativismo sem, ao final, receber a devida assistência que o Estado deve conceder aos seus subordinados.

Tal argumento não resiste a uma simples análise. Então discriminatórios teriam sido todos os Institutos existentes anteriormente à criação do Instituto Nacional de Previdência So-

cial; discriminatória teria sido a lei que criou o Instituto dos Comerciantes; discriminatória teria sido a lei que criou o Instituto dos Bancários; discriminatória teria sido a lei que criou o Instituto dos Industriários; discriminatória teria sido a lei que criou o Instituto de Assistência aos Trabalhadores Portuários e, finalmente, todas as leis que criaram os seis grandes Institutos pré-existent ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Ainda assim, o argumento é falho, não só porque não haveria nenhuma discriminação mas apenas se estaria cumprindo, por parte, uma obrigação imposta pela consciência nacional ao próprio Estado. E felizes seremos todos nós, se os outros trabalhadores que existem por este País afora, sem nenhuma assistência, pudessem também, baseados no exemplo da assistência aos seringueiros, vir reclamar do Governo a sua participação nos benefícios de um estado securitário.

Ora, Sr. Presidente, o projeto prevê uma série de medidas mínimas em benefício do trabalhador dos seringais. Não exorbita nem cria despesas, porque dá a fonte de previdência e cumpre, assim, dispositivo constitucional. Não incide sobre o orçamento da União.

Talvez fôsse oportuno que, ao invés de se arquivar este projeto, sob o pretexto de que as medidas consubstanciadas teriam sido atendidas, quando em verdade não o foram, ao invés disso seria conveniente que esses dois projetos, tanto o de minha autoria como o do Governador Jorge Kalume aguardassem a chegada da prometida mensagem do Executivo sobre o assunto, a fim de que fossem estudados conjuntamente e dessas proposições pudessemos tirar as conclusões e indicar as soluções necessárias a um bom enquadramento, a um bom equacionamento desse magno problema do trabalhador da Amazônia.

É o apelo que faço à Casa, especialmente às comissões técnicas que irão estudar essas proposições. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Como mais nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, vai o projeto à Comissão para a qual foi distribuído o Projeto de Lei da Câmara n.º 185, conexo a este.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)

Item 5

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1966, de autoria do Sr. Senador Nelson Maculan, que estabelece diretrizes para concessão de licença para serviço de transporte coletivo de passageiros em rodovias da União (aprovado em 1.º turno, com emendas, em 9-11-67), tendo

PARECER, sob n.º 1.018, de 1968, da Comissão

— de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

Reconheço, entretanto, que, agora, face às transformações havidas, não só no sistema previdenciário, mas sobretudo na legislação que se intitulou "Legislação da Operação Amazônia". O projeto deveria sofrer uma nova redação, deverá ser reexaminado para, atualizado, poder então enquadrar-se nas condições atuais não só da legislação específica da Amazônia, mas da própria previdência social.

Sr. Presidente, estou certo de que este projeto sofrerá novo exame, em face de estar tramitando juntamente com outro de autoria do atual Governador do Acre, o então Deputado Jorge Kalume. Estou certo de que este projeto será reexaminado em face da emenda que acaba de ser lida, apresentada ao projeto daquele ex-parlamentar. Vale ressaltar, entretanto, que o projeto de minha autoria data de 1963 e o do ilustre atual Governador do Acre, inspirado nos mesmos propósitos de amparar o homem da Amazônia, foi apresentado à Câmara em setembro de 1965.

Apelaria, portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para que as Comissões

Técnicas, sobretudo a de Legislação Social, reexaminassem os dois projetos e deles extraíssem as medidas fundamentais capazes de constituir o arcabouço de um projeto de lei que possa conter as medidas necessárias para proporcionar assistência previdenciária aos trabalhadores dos seringais e seus familiares. Acredito que o projeto que o ilustre Senador Jarbas Passarinho, na qualidade de Ministro do Trabalho, mandou elaborar sobre o assunto, traga alguma solução, porque conversei algumas vezes com S. Ex.ª e ele me prometeu examinar o problema para posterior providência.

Entretanto, segundo os jornais anunciam, o estudo está sendo feito, o projeto está sendo elaborado e talvez só para o ano o tenhamos aqui, com mensagem do Governo, com o objetivo de atender não só à Amazônia, mas, globalmente, todas as populações que labutam no meio rural.

REQUERIMENTO **N.º 1.560, DE 1968**

Nos termos dos arts. 212, letra l e 274, letra b, do Regimento Interno, requiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1966, a fim de ser feita na sessão de 27 do corrente.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1968. — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Aprovado o requerimento, o projeto voltará à Ordem do Dia de 27 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)

Item 6

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 90, de 1968, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que declara de utilidade pública o "Real Gabinete Português de Leitura", com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, tendo

PARECERES, sob n.ºs 979, 980 e 981, de 1968, das Comissões

— de Constituição e Justiça, pela juridicidade e constitucionalidade;

- de Educação e Cultura, favorável; e
- de Finanças, favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Encerrada a segunda discussão, sem emendas, nem requerimento para que o projeto seja submetido a votos, é *ele dado como definitivamente aprovado*, independente de votação, nos termos do art. 272-A do Regimento Interno.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO.
N.º 90, DE 1968

Declara de utilidade pública o "Real Gabinete Português de Leitura", com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública o "Real Gabinete Português de Leitura", com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Vamos passar à apreciação do projeto de Decreto Legislativo, lido no expediente, que autoriza o Sr. Vice-Presidente da República, Pedro Aleixo, a ausentar-se do País, para representar o Brasil na posse do Presidente eleito dos Estados Unidos, Sr. Richard Nixon.

O projeto depende de parecer das Comissões de Justiça e de Relações Exteriores.

Solicito o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, a ser proferido por seu Relator o Sr. Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE (Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Câmara dos

Deputados nos remete o seguinte texto de decreto legislativo:

(Lê)

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Vice-Presidente da República autorizado a ausentar-se do País, a fim de representar o Brasil nas cerimônias de posse do novo Presidente dos Estados Unidos da América, Senhor Richard M. Nixon.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição corresponde ao atendimento de uma exigência constitucional, qual seja a que ocorre quando o Sr. Vice-Presidente da República deseja afastar-se do País.

Merece ser mencionada, também, a circunstância de que o Brasil, ao enviar como seu representante àquela cerimônia o Vice-Presidente da República, e Presidente do Congresso Nacional, exprime à grande nação do Norte o apelo não apenas do Poder Executivo mas também do Poder Legislativo.

Este órgão técnico, por via de consequência, é pela concessão da licença.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Solicito o parecer da Comissão de Relações Exteriores, cujo Relator é o Sr. Senador Filinto Müller.

O SR. FILINTO MÜLLER — (Sem revisão do orador — Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, o comparecimento de um representante do nosso Governo à posse do Presidente eleito dos Estados Unidos, Sr. Richard Nixon, constitui ato de cordialidade internacional e corresponde à nossa tradição.

A ida do Sr. Vice-Presidente da República para representar o País nessa posse tem um alto significado. Nestas condições, e considerando as relações de amizade e de interesse que nos ligam aos Estados Unidos, a Comissão de Relações Exteriores manifesta-se favoravelmente à concessão da licença.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Os pareceres são favoráveis. Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-lo, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, redação final que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte redação final:

PARECER

N.º 1.080, DE 1968

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49/68 (n.º 94/68, na Casa de origem).

Relator: Sr. Filinto Müller

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1968 (n.º 94/68, na Casa de origem), que autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1968 — Clodomir Millet, Presidente. — Filinto Müller, Relator. — Edmundo Levi.

ANEXO AO PARECER

N.º 1.080, DE 1968

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1968 (n.º 94/68, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, inciso III, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º , DE 1968

Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Vice-Presidente da República autorizado a ausentar-se

do País, a fim de representar o Brasil nas cerimônias de posse do novo Presidente dos Estados Unidos da América, Senhor Richard M. Nixon.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Em discussão a redação final.

Se não houver quem desejar discutir-la, vou encerrar a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovada. A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Passa-se à votação de Requerimento n.º 1.559, lido ao término do Expediente, de autoria do Senador Manoel Villaça, como Líder da ARENA e do Senador Adalberto Sena, como Líder do MDB, solicitando urgência, nos termos do art. 326, III.2, n.º 5.b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 135, de 1968 (n.º 1.067/68, na Casa de origem), que retifica, sem ônus, a Lei n.º 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1968, tendo

PARECER, da Comissão

— de **Finanças**, favorável, com as emendas que oferece sob n.º 1-CF, 2-CF e 3-CF.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

Em consequência, passa-se à discussão o projeto com as emendas.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discutir-los, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA **N.º 135, DE 1968**

(N.º 1.067, DE 1968, NA ORIGEM)

Retifica, sem ônus, a Lei número 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1968.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Fica retificada, sem ônus, a Lei n.º 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na forma seguinte:

5.10.00 — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Adendo "A"

PARÁ

Onde se lê:

Fundação Educacional Infanto-Juvenil — Belém — NCr\$ 25.000,00.

Leia-se:

Federação Educacional Infanto-Juvenil — Belém — NCr\$ 25.000,00.

Onde se lê:

Creche do Hospital da Ordem Terceira — Belém — NCr\$ 5.000,00.

Leia-se:

Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência —
NCr\$ 5.000,00.

Onde se lê:

Berço de Belém — NCr\$ 7.000,00.

Leia-se:

Associação Berço de Belém —
NCr\$ 7.000,00.

ESPIRITO SANTO

Onde se lê:

Diocese de São Mateus, para obras sociais São José — Água Branca — NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Diocese de São Mateus, para obras sociais São José — Água Branca — NCr\$ 4.000,00.

Onde se lê:

Casa da Criança — Guaçu —
NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Casa da Criança de Veneranda — Guaçu — NCr\$ 3.000,00.

Onde se lê:

BAHIA

Orfanato Nossa Senhora dos Humildes — Santo Amaro —
NCr\$ 5.000,00.

Leia-se:

Recolhimento Nossa Senhora dos Humildes — Santo Amaro —
NCr\$ 5.000,00.

Onde se lê:

Aprendizado Manoel Clemente Caldas — Nazaré — NCr\$ 5.000,00.

Leia-se:

Ginásio Clemente Caldas — Nazaré — NCr\$ 5.000,00.

Onde se lê:

Asilo de Menores Abandonados de Nazaré — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Asilo de Meninos Desvalidos da Cidade de Nazaré — Nazaré —
NCr\$ 3.000,00.

Onde se lê:

Asilo de Menores da Cidade de Nazaré — NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Asilo de Meninos Desvalidos da Cidade de Nazaré — NCr\$ 4.000,00.

Onde se lê:

Associação Protetora da Velhice e Infância Desamparada — Irará — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Sociedade Protetora da Infância e da Velhice Desamparada — Irará — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Orfanato do Recolhimento do Con-
vento dos Humildes Santo Amaro
— NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Recolhimento Nossa Senhora dos
Humildes — Santo Amaro — ...
— NCr\$ 2.000,00.

GUANABARA

Onde se lê:

União dos Operários de Jesus, para
assistência ao Menor —
NCr\$ 9.000,00.

Leia-se:

União das Operários de Jesus —
NCr\$ 9.000,00.

Onde se lê:

Educandário Santa Cruz, mantido
pelos Irmãos Oblatas de S. S. Re-
demptor — NCr\$ 10.000,00.

Leia-se:

Educandário da Santa Cruz, man-
tido pelas Religiosas Oblatas do
Santíssimo Redemptor —
NCr\$ 10.000,00.

Inclua-se:

Escola Gratuita da Paróquia de
Nossa Senhora Consoladora de
Mangueira, mantida pela Socie-
dade Missionária de Nossa Senho-
ra Consoladora — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Total — NCr\$ 525.000,00.

Leia-se:

Total — NCr\$ 527.000,00.

MINAS GERAIS

Onde se lê:

Associação de Proteção à Materni-
dade e à Infância — Leopoldina
— NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação de Assistência e Prote-
ção à Infância — Leopoldina —
NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Asilo de Órfãos Sagrados Corações
de Jesus e Maria — Barbacena —
NCr\$ 13.000,00.

Leia-se:

Asilo dos Sagrados Corações de Je-
sus e de Maria — Barbacena —
NCr\$ 13.000,00.

Onde se lê:

Asilo S.S. Coração de Jesus —
Barbacena — NCr\$ 5.000,00.

Leia-se:

Asilo dos Sagrados Corações de Je-
sus e de Maria — Barbacena —
NCr\$ 5.000,00.

Onde se lê:

Associação Ponte-novense de Assis-
tência à Criança — Ponte Nova
— NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação Ponte-novense de Prote-
ção à Criança — Ponte Nova —
NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Granja Menino Jesus, da Associa-
ção de Proteção à Criança de Pon-
te Nova — NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Associação Ponte-novense de Prote-
ção à Criança de Ponte Nova —
NCr\$ 4.000,00.

MATO GROSSO

Onde se lê:

Abrigo dos Menores Necessitados de
Dourados — Lar Santa Rita de
Cássia — NCr\$ 6.000,00.

Leia-se:

Abrigo dos Menores Necessitados de
Dourados — NCr\$ 6.000,00.

PERNAMBUCO

Onde se lê:

Orfanato Bom Conselho — Bom
Conselho — NCr\$ 8.000,00.

Leia-se:

Orfanato Nossa Senhora do Bom
Conselho — Bom Conselho — ..
NCr\$ 8.000,00.

RIO DE JANEIRO

Onde se lê:

Asilo do Carmo — Campos —
NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação Mantenedora do Asilo
Nossa Senhora do Carmo — Cam-
pos — NCr\$ 2.000,00.

RIO GRANDE DO SUL

Onde se lê:

Clube de Saúde Dr. Mário Totta —
Caxias do Sul — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação dos Pais e Amigos dos
Excepcionais — Clube de Saúde
Dr. Mario Totta — Caxias do Sul
— NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Instituto Vicente Paloti — Pôrto
Alegre — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Instituto Beneficente e Educacional
Vicente Paloti — Pôrto Alegre —
NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Orfanato Lar Bom Abrigo de Ijuí
— NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Instituto Lar Bom Abrigo de Ijuí
— NCr\$ 2.000,00.

SANTA CATARINA

Onde se lê:

Asilo de Órfãos São Vicente de Pau-
lo — Florianópolis —
NCr\$ 7.000,00.

Leia-se:

Asilo de Órfãos São Vicente de Pau-
lo, a cargo da Irmandade do Di-
vino Espírito Santo — Florianó-
polis — NCr\$ 7.000,00.

Onde se lê:

Asilo das Órfãs da Irmandade do
Divino Espírito Santo — Floria-
nópolis — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Asilo de Órfãos São Vicente de
Paulo a cargo da Irmandade do
Divino Espírito Santo — Floria-
nópolis — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Irmandade do Divino Espírito San-
to e Asilo de Órfãos São Vicente
de Paulo — Florianópolis —
NCr\$ 6.000,00.

Leia-se:

Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo a cargo da Irmandade do Divino Espírito Santo — Florianópolis — NCr\$ 6.000,00.

Onde se lê:

Escola Gratuita São Canísio — Itapiranga — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Instituto de Assistência e Educação São Canísio — Capela — Itapiranga — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Instituto Coração de Maria para Assistência a Menor — Piratuba — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Instituto Coração de Maria para Assistência a Menor — Pirituba — (ex-Piratuba) — NCr\$ 2.000,00.

SÃO PAULO

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — Capivari — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância — Capivari — NCr\$ 2.000,00.

MENSAGEM

Onde se lê:

Casa dos Menores de Consórcio Intermunicipal da Alta Araraquarense, para Assistência a menores — Inhadeara — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Casa de Menores de Inhadeara, mantida pelo Consórcio Intermunicipal da Alta Araraquarense — São José do Rio Preto — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Berçário Creche São Francisco de Assis — Lins — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Berçário São Francisco de Assis — Lins — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Lar Caminho da Verdade — Campinas — NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Associação Espírita Caminho da Verdade — Campinas — NCr\$ 4.000,00.

Onde se lê:

Abrigo dos Menores Desamparados dos Frades — Piracicaba — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Lar Franciscano de Menores — Piracicaba — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Sociedade Civil Beneficente Creche Anita Ferreira Braga, da Sociedade Casa da Criança de Caçapava — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Sociedade Casa da Criança — Caçapava — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Educandário São José — Assistência a Menores — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Educandário São José, de São José do Rio Pardo — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Educandário São Paulo da Cruz — Quatá — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Educandário São Paulo da Cruz — Quatá — NCr\$ 2.000,00.

Exclua-se:

Escola Gratuita da Paróquia de Nossa Senhora Consoladora de Mangueira, mantida pela Sociedade Missionária de Nossa Senhora Consoladora — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Total — NCr\$ 1.334.000,00.

Leia-se:

Total — NCr\$ 1.332.000,00.

PARANÁ

Onde se lê:

Lar Infantil Amélie Boudet — Mandaguaçu — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Lar Infantil Amélie Boudet — Mandaguari — NCr\$ 3.000,00.

5.03.00 — MINISTÉRIO DA

AGRICULTURA
Adendo "E"

PARAÍBA

Onde se lê:

2) Sindicato Rural de Campina Grande, para o Serviço Genealógico do Estado da Paraíba, em convênio com a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro — NCr\$ 10.000,00.

Leia-se:

2) Sindicato Rural de Campina Grande, para manutenção do Serviço Genealógico no Estado — NCr\$ 10.000,00.

5.05.00 — MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO E CULTURA

Adendo "A" — Conselho Nacional de
Desportos

BAHIA

Onde se lê:

Federação de Tênis da Bahia — NCr\$ 7.000,00.

Leia-se:

Federação Baiana de Tênis — NCr\$ 7.000,00.

Adendo "B" — Subvenções Ordinárias

01 — ACRE

Rio Branco

Onde se lê:

Sociedade Beneficente dos Operários de Rio Branco (SBORBA) — NCr\$ 11.800,00.

Leia-se:

Sociedade Beneficente dos Operários de Rio Branco (SBORBA), sendo NCr\$ 2.000,00 para a Escola Maria Olívia Sá de Mesquita — NCr\$ 11.800,00.

05 — BAHIA

Onde se lê:

Guandu

Associação de Assistência à Infância e Adolescentes de Guandu — NCr\$ 1.700,00.

Hospital Regional de Guandu — NCr\$ 1.300,00.

Santa Casa de Misericórdia de Guandu, para o Hospital — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Guandu.

Associação de Assistência à Infância e Adolescentes de Guandu — NCr\$ 1.700,00.

Hospital Regional de Guandu — NCr\$ 1.300,00.

Santa Casa de Misericórdia de Guandu, para o Hospital — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Paripiranga (nome de Município)

Leia-se:

Paripiranga

Santa Maria da Vitória

Suprima-se:

Instituição Jesus Cristo — NCr\$ 300,00.

Santana

Onde se lê:

Instituto Jesus Cristo — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Instituição Jesus Cristo — NCr\$ 3.300,00.

Paramirim

Onde se lê:

Ginásio Paramirim — NCr\$ 2.000,00

Leia-se:

Fundação 16 de Setembro para o Ginásio de Paramirim — NCr\$ 200.000,00.

Salvador

Onde se lê:

Colégio das Órfãs do Sagrado Coração de Jesus — 3.000,00.

Colégio dos Órfãos do Sagrado Coração de Jesus — NCr\$ 3.400,00.

Colégio das Órfãs do Santíssimo Coração de Jesus — 1.000,00.

Orfanato Coração de Jesus — NCr\$ 1.000,00.

Órfãos do Coração de Jesus — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Colégio das Órfãs do Sagrado Coração de Jesus — NCr\$ 9.400,00.

Onde se lê:

Devoção do Senhor do Bonfim, para obras sociais — NCr\$ 13.800,00.

Leia-se:

Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, para obras sociais — .. NCr\$ 13.800,00.

Onde se lê:

Instituto Baiano de Investigação de Tuberculose (IBIT) — NCr\$ 4.400,00.

Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose — NCr\$ 3.700,00.

Leia-se:

Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose — NCr\$ 8.100,00.

Cansanção

Onde se lê:

Associação Beneficente Senhora Santana — NCr\$ 2.000,00.

Sociedade Beneficente Senhora Santana — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Sociedade Beneficente Senhora Santana — NCr\$ 3.000,00.

Salvador

Onde se lê:

Sociedade de Engenharia da Bahia — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Sociedade de Engenheiros da Bahia — NCr\$ 3.000,00.

06 — CEARÁ

Icó

Onde se lê:

Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Icó — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Sociedade de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância de Icó — NCr\$ 2.000,00.

07 — DISTRITO FEDERAL

Onde se lê:

Associação Assistencial e Educacional da Paróquia S. José — NCr\$ 400,00.

Associação Educacional e Assistencial S. José (Asa Norte) — NCr\$ 3.800,00.

Obras Sociais da Paróquia S. José (Asa Norte) — Cr\$ 2.100,00.

Leia-se:

Associação Educacional e Assistencial São José (Asa Norte) — .. NCr\$ 6.300,00.

Onde se lê:

Instituto Mãe da Igreja — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — NCr\$ 1.000,00.

Exclua-se:

Associação Beneficente Progressista — Planaltina — NCr\$ 9.000,00.

Onde se lê:

Total — NCr\$ 1.446.400,00.

Leia-se:

Total NCr\$ 1.437.400,00.

08 — ESPÍRITO SANTO

Onde se lê:

Ibiam

Instituto Comboniano de Ibiam — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Ibiraçu

Instituto Comboniano de Ibiraçu — NCr\$ 1.000,00.

Vitória

Onde se lê:

Colégio Santa Luiza de Marília — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Colégio Santa Luiza de Marillac — NCr\$ 1.000,00.

10 — GOIÁS

Goiânia

Onde se lê:

Legionárias do Bem-Estar Social — NCr\$ 12.000,00.

Leia-se:

Fundação Legionárias do Bem-Estar Social — NCr\$ 12.000,00.

Morrinhos
Onde se lê:
Escolas Seminário Luz e Liberdade
— NCr\$ 5.000,00.

Leia-se:
Escola Primária Luz e Liberdade —
NCr\$ 5.000,00.

Planaltina
Inclua-se:
Associação Beneficente Progressista
do Povoado de Água Fria —
NCr\$ 9.000,00.

Onde se lê:
Total — NCr\$ 1.287.100,00.

Leia-se:
Total — NCr\$ 1.296.100,00.

11 — GUANABARA

Onde se lê:
Colônia dos Pintores do Brasil —
NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:
Colmeia dos Pintores do Brasil —
NCr\$ 1.000,00.

Onde se lê:
Congregação Redentorista —
NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:
Congregação Redentorista —
NCr\$ 3.000,00.

Onde se lê:
Casa do Estudante Pobre do Bra-
sil — NCr\$ 200,00.

Leia-se:
Caixa do Estudante Pobre do Bra-
sil — NCr\$ 200,00.

12 — MARANHÃO

Inclua-se:
Fortuna (nome de município) —
imediatamente após "Associação de
Proteção à Maternidade e à Infân-
cia de Fortaleza dos Nogueiras".

13 — MATO GROSSO

Rondonópolis
Onde se lê:
Ação Social dos Pescadores de Ron-
donópolis — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:
Associação dos Pescadores de Ron-
donópolis — NCr\$ 1.000,00.

14 — MINAS GERAIS

Onde se lê:
Pompéia (nome de município).

Leia-se:
Pompéu (nome de município).

Ouro Fino
Onde se lê:
Sociedade São Vicente de Paulo —
NCr\$ 1.300,00.
Asilo São Vicente de Paulo —
NCr\$ 600,00.

Leia-se:
Sociedade São Vicente de Paulo,
sendo NCr\$ 600,00 para o Asilo
São Vicente de Paulo —
NCr\$ 1.900,00.

Juiz de Fora
Onde se lê:
Associação Beneficente Mãe dos
Pobres — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:
Associação Beneficente Nossa Se-
nhora Mãe dos Pobres —
NCr\$ 2.000,00.

Alfenas
Onde se lê:
Serviço de Assistência ao Adulto e
à Infância — NCr\$ 500,00.

Leia-se:
SARAI — Serviço de Assistência e
Recuperação do Adulto e da In-
fância — NCr\$ 500,00.

15 — PARÁ

Belém
Onde se lê:
Associação Beneficente São Brás —
NCr\$ 5.000,00.

União Beneficente de São Brás —
NCr\$ 300,00.

Leia-se:
Sociedade Beneficente São Brás —
NCr\$ 5.300,00.

16 — PARAÍBA

Cabaceiras
Onde se lê:

Conferência Vicentina N. S. da
Conceição — NCr\$ 400,00.

Sociedade São Vicente de Paulo —
NCr\$ 1.400,00.

Leia-se:
Conferência Vicentina Nossa Se-
nhora da Conceição —
NCr\$ 1.800,00.

Campina Grande

Onde se lê:
Casa da Criança Felix Araújo —
NCr\$ 1.500,00.

Leia-se:
Casa da Criança Felix Araújo —
NCr\$ 500,00.

Onde se lê:
Casa de Caridade Padre Ibiapina —
NCr\$ 2.900,00.

Leia-se:
Casa de Caridade Padre Ibiapina —
NCr\$ 3.900,00.

Onde se lê:
Escola de Artes — NCr\$ 500,00.

Leia-se:
Escola de Artes (Fundação Univer-
sidade Regional do Nordeste) —
NCr\$ 500,00.

Onde se lê:
Centro Acadêmico da Faculdade de
Ciências Econômicas —
NCr\$ 1.500,00.

Leia-se:
Centro Acadêmico Faculdade de
Ciências Econômicas —
NCr\$ 1.500,00.

Onde se lê:
Fraternidade Espírita (para a Casa
dos Velhos Desamparados) — ..
NCr\$ 300,00.

Fraternidade Espírita Luz e Ver-
dade — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:
Fraternidade Espírita Luz e Verda-
de — NCr\$ 2.300,00.

Onde se lê:

Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica —
NCR\$ 400,00.

Leia-se:

Fundação Universidade Regional do Nordeste — NCR\$ 400,00.

Onde se lê:

Colégio Alfredo Dantas —
NCR\$ 500,00.

Ginásio Alfredo Dantas —
NCR\$ 600,00.

Leia-se:

Ginásio Alfredo Dantas —
NCR. 1.100,00.

Exclua-se:

Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — NCR\$ 24.500,00.

Lagoa Seca

Onde se lê:

Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — NCR\$ 2.000,00.

Leia-se:

Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand — NCR\$ 26.500,00.

Princesa Isabel

Onde se lê:

Hospital São Vicente de Paulo —
NCR\$ 2.500,00.

Sociedade de Assistência Hospitalar para a manutenção do Hospital São Vicente de Paulo —
NCR\$ 1.000,00.

Leia-se:

Sociedade de Assistência Hospitalar, para manutenção do Hospital São Vicente de Paulo —
NCR\$ 3.500,00.

17 — PARANA

Antonina

Onde se lê:

Lar Santa Luzia — NCR\$ 1.500,00.

Leia-se:

Lar Santa Luiza — NCR\$ 1.500,00.
Clevelândia

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Posto de Pue-

ricultura de Clevelândia — ...
NCR\$ 29.000,00.

Leia-se:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — NCR\$
29.000,00.

Curitiba

Onde se lê:

Fundação Bonfin, para assistência médica — NCR\$ 1.000,00.

Leia-se:

Fundação Boutin, para assistência médica — NCR\$ 1.000,00.

Irati

Onde se lê:

Lar das Meninas São José — NCR\$ 200,00.

Leia-se:

Lar dos Meninos São José — NCR\$ 200,00.

Onde se lê:

Casa Escolar de Umbará — NCR\$..
1.000,00.

Leia-se:

Casa Escolar de Umbará — NCR\$..
1.000,00.

Foz do Iguaçu

Onde se lê:

Colégio das Irmãs de Foz do Iguaçu — NCR\$ 200,00.

Leia-se:

Instituto São José — NCR\$ 200,00.

17 — PERNAMBUCO

Macaparana

Onde se lê:

Sociedade Beneficente Tereza de Jesus — 2.000,00.

Leia-se:

Instituto Beneficente Tereza de Jesus — 2.000,00.

Bom Jardim

Onde se lê:

Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Jardim —
NCR\$ 15.800,00.

Leia-se:

Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Jardim, sendo

NCR\$ 7.700,00 para manutenção da Maternidade Mauricio de Me-deiros — NCR\$ 15.800,00.

Onde se lê:

Moreno

Fundação Maria do Carmo Maranhão — NCR\$ 25.000,00.

Leia-se:

Recife

Fundação Maria do Carmo Maranhão — NCR\$ 25.000,00.

Recife

Onde se lê:

Sociedade Lutadores do Bem —
NCR\$ 1.000,00.

Leia-se:

Sociedade Beneficente Lutadores do Bem — NCR\$ 1.000,00.

Onde se lê:

Ipojuca

Ginásio Nossa Senhora do Ó
(CNEG) — NCR\$ 1.000,00.

Instituto Fundação São José —
NCR\$ 2.000,00.

Leia-se:

Ipojuca

Ginásio Nossa Senhora do Ó
(CNEG) — NCR\$ 1.000,00.

Itaiba

Instituto Fundação São José —
NCR\$ 2.000,00.

18 — PIAUÍ

Onde se lê:

Cocal

Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo — NCR\$ 300,00.

Centro Social Imaculada Conceição — NCR\$ 3.200,00.

Educandário Dr. Lustosa Sobrinho — NCR\$ 200,00.

Ginásio São José — NCR\$ 500,00.

Corrente

Centro Social Imaculada Conceição — NCR\$ 2.000,00.

Educandário Dr. Lustosa Sobrinho — NCR\$ 1.000,00.

União Artística Operária Correntina — NCR\$ 1.000,00.

Leia-se:

Cocal

Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo — NCr\$ 300,00.

Corrente

Centro Social Imaculada Conceição — NCr\$ 5.200,00.

Educandário Dr. Lustosa Sobrinho — NCr\$ 1.200,00.

Ginásio São José — NCr\$ 500,00.

União Artística Operária Correntina — NCr\$ 1.000,00.

20 — RIO DE JANEIRO

Onde se lê:

Cacaé

Associação Social de Proteção e Assistência da Criança de Quissamã — NCr\$ 2.300,00.

Quissamã

Associação Social de Proteção e Assistência à Criança de Quissamã — NCr\$ 23.800,00.

Leia-se:

Quissamã

Associação Social de Proteção e Assistência da Criança — NCr\$.. 26.100,00.

22 — RIO GRANDE DO SUL

Campinas do Sul

Onde se lê:

Escola Normal Regional Nossa Senhora Aparecida — NCr\$ 400,00.

Leia-se:

Escola Normal Nossa Senhora Aparecida — NCr\$ 400,00.

Marcelino Ramos

Onde se lê:

Sociedade Marcelinense de Auxílio aos Necessitados — NCr\$ 1.500,00.

Sociedade Marcelinense de Proteção à Maternidade e à Infância — NCr\$ 300,00.

Associação Marcelinense de Proteção à Maternidade e à Infância — NCr\$ 600,00.

Leia-se:

Associação Marcelinense de Proteção à Maternidade e à Infância — NCr\$ 2.400,00.

Bento Gonçalves

Onde se lê:

Ginásio São Roque — NCr\$ 100,00.

Leia-se:

Ginásio Comercial de Monte Belo — NCr\$ 100,00.

Pelotas

Onde se lê:

Lar de Jesus — Fundação Filantrópica de Auxílio aos Necessitados — NCr\$ 2.200,00.

Leia-se:

Instituto Espirita "Lar de Jesus", para auxílio aos necessitados — NCr\$ 2.200,00.

Onde se lê:

Pontifícia Universidade Católica de Pelotas — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Universidade Católica de Pelotas — NCr\$ 1.000,00.

25 — SANTA CATARINA

Onde se lê:

Alto Paraguaçu

Escola São João Batista — NCr\$... 1.400,00.

Itaiópolis

Colégio São João Batista — Paraguaçu — NCr\$ 1.100,00.

Leia-se:

Itaiópolis

Escolas Reunidas São João Batista Alto Paraguaçu — NCr\$ 2.500,00.

Criciúma

Onde se lê:

Obras Sociais da Paróquia no Bairro São Cristóvão — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Obras Sociais da Capela de São Cristóvão — NCr\$ 1.000,00.

Jaraguá do Sul

Onde se lê:

Hospital São José — NCr\$ 8.900,00.

Leia-se:

Hospital e Maternidade São José — NCr\$ 8.900,00.

26 — SÃO PAULO

Capivari

Onde se lê:

Associação dos Trabalhadores da Região — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Associação dos Trabalhadores da Região de Capivari — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Mirandópolis

Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, para a Oficina Nossa Senhora das Neves — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

São Paulo

Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, para a Oficina Nossa Senhora das Neves — Bairro de Mirandópolis — NCr\$ 2.000,00.

Monte Alto

Onde se lê:

União Espirita Asilo Vicentino — NCr\$ 100,00.

União Espirita de Monte Alto, para o Albergue Noturno e Asilo Vicentino — NCr\$ 200,00.

Leia-se:

União Espirita de Monte Alto, sendo NCr\$ 100,00 para o Asilo Vicentino e NCr\$ 200,00 para o Albergue Noturno — NCr\$ 300,00.

Santa Cruz do Rio Pardo

Onde se lê:

Sociedade São Vicente de Paulo — NCr\$ 200,00.

Leia-se:

Lar São Vicente de Paulo — NCr\$ 200,00.

São Paulo

Onde se lê:

Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo — Paróquia de Santa Genoveva — NCr\$ 300,00.

Leia-se:

Associação das Damas de Caridades de São Vicente de Paulo — Paró-

quia de Santa Generosa — NCr\$ 300,00.	Onde se lê:	Onde se lê:
Onde se lê:	Sociedade dos Engenheiros da Ci- dade do Salvador — NCr\$ 2.000,00.	Legionárias do Bem Estar-Social de Goiânia — NCr\$ 4.000,00.
Associação Espírita Cristã Padre Zabeu Kauffman — NCr\$ 2.400,00.	Leia-se:	Leia-se:
Leia-se:	Sociedade dos Engenheiros da Ba- hia — NCr\$ 2.000,00.	Fundação Legionárias do Bem-Estar Social — NCr\$ 4.000,00.
Associação Cristã Padre Zabeu Kauffmann — NCr\$ 2.400,00.	07 — DISTRITO FEDERAL	11 — GUANABARA
Onde se lê:	Onde se lê:	Onde se lê:
Lar Escola Cairbar Schutel (Vila Morse) — NCr\$ 800,00.	Instituto Mãe da Igreja — NCr\$.. 1.500,00.	Centro de Recuperação do Rio de Janeiro — NCr\$ 2.000,00.
Lar Escola Cairbar Schidel — NCr\$ 1.000,00.	Leia-se:	Leia-se:
Leia-se:	Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — NCr\$ 1.500,00.	Centro de Reabilitação do Rio de Janeiro — NCr\$ 2.000,00.
Lar Escola Cairbar Schutel (Vila Morse) — NCr\$ 1.800,00.	Onde se lê:	Onde se lê:
Timburi	Caixa Escolar do Jardim de Infân- cia da SQ-403/4 — Asa Sul — NCr\$ 2.000,00.	Liga Brasileira contra os Acidentes do Tráfego — NCr\$ 1.000,00.
Onde se lê:	Leia-se:	Leia-se:
Asilo São Vicente de Paulo —..... NCr\$ 1.000,00.	Associação da Igreja Metodista — Jardim de Infância da Asa Sul — NCr\$ 2.000,00.	Liga Brasileira contra os Acidentes do Trabalho — NCr\$ 1.000,00.
Sociedade São Vicente de Paulo — NCr\$ 300,00.	Exclua-se:	Exclua-se:
Leia-se:	Associação Beneficente Progressis- ta — Planaltina — NCr\$ 18.000,00.	Sociedade Beneficente de Dorcas de Brasília, mantida pela Obra Edu- cacional e Assistência Social Ad- ventista — NCr\$ 5.000,00.
Sociedade de São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.300,00.	Onde se lê:	Onde se lê:
Franca	Total — NCr\$ 1.272.500,00.	Total do Estado da Guanabara — NCr\$ 1.236.000,00.
Onde se lê:	Leia-se:	Leia-se:
Sociedade Amigos de Franco da Ro- cha — NCr\$ 1.000,00.	Total — NCr\$ 1.254.500,00.	Total do Estado da Guanabara — NCr\$ 1.231.000,00.
Leia-se:	10 — GOIÁS	12 — MARANHÃO
Franco da Rocha	Onde se lê:	Balsas
Sociedade Amigos de Franco da Ro- cha — NCr\$ 1.000,00.	Goiânia	Onde se lê:
Adendo "C" — Subvenções	Associação de Santana da Catedral de Goiás — NCr\$ 6.000,00.	Prelazia Santo Antônio de Pádua — NCr\$ 5.000,00.
Extraordinárias	Leia-se:	Leia-se:
05 — BAHIA	Associação de Santana da Catedral de Goiás — NCr\$ 6.600,00.	Prelazia de Balsas — NCr\$ 5.000,00.
Salvador	Inclua-se:	Alto Parnaíba
Onde se lê:	Planaltina	Onde se lê:
Instituto Baiano de Investigações de Tuberculose (IBIT) — NCr\$ 1.000,00.	Associação Beneficente Progressis- ta do Povoado de Água Fria — NCr\$ 18.000,00.	Prelazia Santo Antônio de Pádua, para as obras sociais da Paróquia de Alto Parnaíba — NCr\$ 2.000,00.
Instituto Brasileiro para a Investi- gação de Tuberculose — NCr\$.. 6.500,00.	Onde se lê:	Leia-se:
Leia-se:	Total — NCr\$ 765.000,00.	Prelazia de Balsas, para as obras sociais da Paróquia de Alto Par- naíba — NCr\$ 2.000,00.
Instituto Brasileiro para Investiga- ção da Tuberculose (IBIT) — NCr\$ 7.500,00.	Leia-se:	
	Total — NCr\$ 783.000,00.	
	Goiânia	

São Raimundo Mangabeiras

Onde se lê:

Prelazia Santo Antônio de Pádua, para a Paróquia de São Raimundo das Mangabeiras — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Prelazia de Balsas, para a Paróquia de São Raimundo das Mangabeiras — NCr\$ 2.000,00.

14 — MINAS GERAIS

Ganhães

Onde se lê:

Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Conferência São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.000,00.

Poté

Onde se lê:

Conselho Particular Senhor Bom Jesus, da Sociedade São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Conferência Senhor Bom Jesus, da Sociedade São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.000,00.

Campo Belo

Onde se lê:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — NCr\$ 1.500,00.

Leia-se:

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância — NCr\$ 1.500,00.

16 — PARAÍBA

Soledade

Onde se lê:

Conferência de São Vicente de Paulo — NCr\$ 4.000,00.

Confraria São Vicente de Paulo — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Conferência de São Vicente de Paulo — NCr\$ 5.000,00.

17 — PARANÁ

Onde se lê:

Curitiba

Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Irati

Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social — NCr\$ 2.000,00.

18 — PERNAMBUCO

Recife

Onde se lê:

Centro Social de Santo Antônio — NCr\$ 15.000,00.

Leia-se:

Centro Social de Santo Amaro — NCr\$ 15.000,00.

Belo Jardim

Onde se lê:

Instituto Santana — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Bom Jardim

Instituto Santana — NCr\$ 2.000,00.

22 — RIO GRANDE DO SUL

Pôrto Lucena

Onde se lê:

Sociedade Hospitalar São José — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Sociedade Hospital São José — NCr\$ 1.000,00.

Santo Antônio da Patrulha

Onde se lê:

Escola Industrial Santo Antônio — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Ginásio Industrial de Santo Antônio — NCr\$ 2.000,00.

Viamão

Onde se lê:

União Brasileira de Educação e Ensino (Escola Medianeira de Aplicação de Viamão) — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE) — Colégio Nossa Senhora das Graças — NCr\$ 2.000,00.

Pôrto Xavier

Onde se lê:

Hospital de Caridade São Francisco Xavier — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Hospital de Caridade "Nossa Senhora dos Navegantes" — NCr\$ 3.000,00.

25 — SANTA CATARINA

Itaiópolis

Onde se lê:

Colégio São João Batista do Alto Paraguaçu — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Escolas Reunidas São João Batista — Alto Paraguaçu — NCr\$ 2.000,00.

Jaraguá do Sul

Onde se lê:

Hospital São José — NCr\$ 6.500,00.

Leia-se:

Hospital e Maternidade São José — NCr\$ 6.500,00.

Timbó

Onde se lê:

Escola São Vicente de Paulo — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Trze Tilias

Escola São Vicente de Paulo — NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Trze Tilias

Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó — NCr\$ 6.000,00.

Sociedade Recreativa e Cultural de Timbó — NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Timbó

Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó — NCr\$ 6.000,00.

Sociedade Recreativa e Cultural de
Timbó — NCr\$ 1.000,00.

26 — SÃO PAULO

Jardinópolis

Onde se lê:

Sociedade Educativa Sagrado Cora-
ção de Jesus — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Associação Educativa Sagrado Co-
ração de Jesus — NCr\$ 3.000,00.

Onde se lê:

São Paulo

Associação Canisiana de Escolas
Profissionais e Assistência Social
— NCr\$ 1.000,00.

Leia-se:

Aparecida

Associação Canisiana de Escolas
Profissionais e Assistência Social
— NCr\$ 1.000,00.

São Paulo

Inclua-se:

Sociedade Beneficente Dorcas de
Brasília, mantidas pela União Sul
Brasileira da Igreja Adventista
do Sétimo dia — NCr\$ 5.000,00.

Onde se lê:

Lar Escola Cairbar Schidel —
NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Lar Escola Cairbar Schutel —
NCr\$ 2.000,00.

Onde se lê:

Total do Estado de São Paulo —
NCr\$ 3.006.000,00.

Leia-se:

Total do Estado de São Paulo —
NCr\$ 3.011.000,00.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

Adendo "E"

CEARÁ

Onde se lê:

Bonfim de Icó — Escola Normal
Senhor do Bonfim —
NCr\$ 3.000,00.

Icó — Escola Normal Senhor do
Bonfim — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Icó — Escola Normal Senhor do
Bonfim — NCr\$ 6.000,00.

DISTRITO FEDERAL

Onde se lê:

Escola Nossa Senhora do Perpétuo
Socorro — NCr\$ 14.000,00.

Instituto Nossa Senhora do Perpé-
tuo Socorro — NCr\$ 940,00.

Leia-se:

Escola Normal do Instituto Nossa
Senhora do Perpétuo Socorro —
NCr\$ 14.940,00.

RIO GRANDE DO SUL

Onde se lê:

Pelotas — Escola Normal do Colé-
gio Diocesano — NCr\$ 10.000,00.

Leia-se:

Pelotas — Curso Científico do Co-
légio Diocesano —
NCr\$ 10.000,00.

SÃO PAULO

Onde se lê:

São Paulo — Instituto Nacional de
Filosofia, para o Congresso In-
ternacional de Filosofia, a reali-
zar-se em 1968 —
NCr\$ 100.000,00.

Leia-se:

São Paulo — Instituto Brasileiro de
Filosofia, para o Congresso Inter-
nacional de Filosofia, a realizar-
se em 1968 — NCr\$ 100.000,00.

Onde se lê:

São Carlos — Sociedade Educado-
ra e Beneficente Congregação das
Irmãs Missionárias de São Carlos
(Escola Normal Particular e Gi-
násio Santa Teresinha do Menino
Jesus) — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

São Paulo — Escola Normal Par-
ticular e Ginásio Santa Teresi-
nha do Menino Jesus —
NCr\$ 2.000,00.

Adendo "F"

Auxílios a Escolas e Ginásios Indus-
triais e Profissionais

MARANHAO

Onde se lê:

Carolina — Confederação das Clas-
ses Operárias e Agrícolas —
NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Carolina — Confraternização das
Classes Operárias e Agrícolas —
NCr\$ 4.000,00.

RIO GRANDE DO SUL

Onde se lê:

Santo Antônio da Patrulha — Es-
cola Técnica Industrial de Santo
Antônio — NCr\$ 11.000,00.

Leia-se:

Santo Antônio da Patrulha — Gi-
násio Industrial de Santo Antô-
nio — NCr\$ 11.000,00.

Adendo "G"

Auxílios a Escolas, Colégios e Ginásios
Agrícolas e Agrotécnicos

ACRE

Onde se lê:

Rio Branco — Escolas de Economia
Doméstica do Instituto Santa Te-
rezinha — NCr\$ 11.000,00.

Leia-se:

Cruzeiro do Sul — Instituto Santa
Teresinha, para a Escola de Eco-
nomia Doméstica —
NCr\$ 11.000,00.

BAHIA

Onde se lê:

Bonfim — Fundação Bonfinense de
Beneficência e Educação Rural —
NCr\$ 6.000,00.

Leia-se:

Senhor do Bonfim — Fundação
Bonfinense de Beneficência e
Educação Rural —
NCr\$ 6.000,00.

PARÁ

Onde se lê:

Ananindeua — Escola de Economia
Doméstica — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Ananindeua — Escola Doméstica
Nossa Senhora da Anunciação —
NCr\$ 2.000,00.

SÃO PAULO

Onde se lê:

São Paulo — Escola Pré-Vocacional Nossa Senhora Consoladora, para ensino agrícola — NCr\$ 2.000,00.

Leia-se:

Jaú — Escola Pré-Vocacional Nossa Senhora Consoladora, para ensino agrícola — NCr\$ 2.000,00.

Adendo "I" — Auxílios a Estabelecimentos de Ensino Superior

BAHIA

Onde se lê:

Faculdade de Filosofia de Feira de Santana — NCr\$ 50.000,00.

Leia-se:

Faculdade de Educação de Feira de Santana — NCr\$ 50.000,00.

5.09.00 — MINISTÉRIO DO INTERIOR

5.09.01.05 — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Adendo "A" — Auxílios a Entidades Educacionais

PARÁ

Ananindeua

Onde se lê:

Instituto Nossa Senhora da Anunciação — NCr\$ 5.000,00.

Leia-se:

Escola Doméstica Nossa Senhora da Anunciação — NCr\$ 5.000,00.

5.09.01.18 — Superintendência do Vale do São Francisco

Adendo "A"

BAHIA

Paramirim

Onde se lê:

Ginásio de Paramirim — NCr\$ 10.000,00.

Leia-se:

Fundação 16 de Setembro, para o Ginásio de Paramirim — NCr\$ 10.000,00.

5.14.00 — MINISTÉRIO DA SAÚDE

Adendo "C" — Departamento Nacional de Saúde

BAHIA

Onde se lê:

Centro de Recuperação Visual da Bahia — Salvador — NCr\$ 10.000,00.

Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira — Salvador — NCr\$ 60.000,00.

Leia-se:

Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira — Salvador — NCr\$ 70.000,00.

GUANABARA

Onde se lê:

Instituto Brasileiro de História da Medicina, para a comemoração do centenário de Osvaldo Cruz — NCr\$ 20.000,00.

Leia-se:

Instituto Brasileiro de História da Medicina, para a comemoração do cinquentenário da morte de Osvaldo Cruz — NCr\$ 20.000,00.

Onde se lê:

Hospital República da Croácia — Sepetiba — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Casa de Saúde República da Croácia — Sepetiba — NCr\$ 3.000,00.

GOIAS

Onde se lê:

Legionário do Bem-Estar Social, para a Maternidade — Goiânia — NCr\$ 20.000,00.

Leia-se:

Fundação Legionárias do Bem-Estar Social — Goiânia — NCr\$ 20.000,00.

MINAS GERAIS

Onde se lê:

Hospital da Conferência São Vicente de Paulo — Itanhomi — NCr\$ 3.000,00.

Hospital São Vicente de Paulo, de Itanhomi — NCr\$ 9.000,00.

Leia-se:

Hospital São Vicente de Paulo (da Conferência São Vicente de Paulo) — Itanhomi — NCr\$ 12.000,00.

Onde se lê:

Hospital do Instituto de Pesquisas Médico-Cirúrgicas de Minas Gerais — Belo Horizonte — NCr\$ 40.000,00.

Leia-se:

Instituto de Pesquisas Médico-Cirúrgicas de Minas Gerais — Belo Horizonte — NCr\$ 40.000,00.

PARANÁ

Onde se lê:

Santa Casa São Vicente de Paulo — Terra Boa — NCr\$ 7.000,00.

Santa Casa de Misericórdia de Terra Boa — NCr\$ 15.000,00.

Leia-se:

Santa Casa São Vicente de Paulo — Terra Boa — NCr\$ 22.000,00.

RIO DE JANEIRO

Onde se lê:

Centro de Assistência Santa Justina — Mangaratiba — NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Centro de Obras Assistenciais Santa Justina — Mangaratiba — NCr\$ 4.000,00.

Onde se lê:

Conferência São José do Avai (Hospital Regional) — Itaperuna — NCr\$ 37.000,00.

Leia-se:

Hospital São José do Avai (da Conferência de São José do Avai, da Sociedade São Vicente de Paulo) — Itaperuna — NCr\$ 37.000,00.

RIO GRANDE DO SUL

Onde se lê:

Sociedade Hospital de Caridade São José — Porto Lucena — NCr\$ 4.000,00.

Leia-se:

Sociedade Hospital São José — Porto Lucena — NCr\$ 4.000,00.

Onde se lê:

Associação Espirita Hospitalar Dr. Guaíba Rache — Rio Grande do Sul — NCr\$ 16.000,00.

Hospital Espírita Dr. Guaíba Rache
— Rio Grande — NCr\$ 10.000,00.

Leia-se:

Associação Espírita do Hospital Dr.
Guaíba Rache — Rio Grande do
Sul — NCr\$ 26.000,00.

Onde se lê:

Hospital Santo Antônio — Pôrto
Alegre — NCr\$ 40.000,00.

Hospital da Criança Santo Antônio,
da Santa Casa de Misericórdia de
Pôrto Alegre — NCr\$ 6.000,00.

Leia-se:

Hospital da Criança Santo Antônio,
da Santa Casa de Misericórdia —
Pôrto Alegre — NCr\$ 46.000,00.

Onde se lê:

Hospital São Roque — Faxinal do
Soturno — NCr\$ 20.000,00.

Hospital de Caridade São Roque —
Faxinal do Soturno — NCr\$...
6.000,00.

Leia-se:

Hospital de Caridade São Roque —
Faxinal do Soturno —
NCr\$ 26.000,00.

Onde se lê:

Hospital de Osório, da Sociedade
Beneficente São Francisco de
Paula — Osório — NCr\$ 10.000,00.

Sociedade Beneficente São Vicente
de Paulo — Osório — NCr\$
16.000,00.

Leia-se:

Sociedade Beneficente São Vicente
de Paulo mantenedora do Hospi-
tal São Vicente de Paulo — Osó-
rio — NCr\$ 26.000,00.

Onde se lê:

Hospital de Caridade São José —
Taquari — NCr\$ 34.000,00.

Sociedade Educação e Caridade,
mantenedora do Hospital de Ca-
ridade São José — Taquari —
NCr\$ 5.000,00.

Leia-se:

Hospital de Caridade São José —
Taquari — NCr\$ 39.000,00.

Onde se lê:

Hospital de Caridade de Alecrim —
Alecrim — NCr\$ 2.000,00.
Sociedade Hospital de Caridade —
Alecrim — NCr\$ 3.000,00.

Leia-se:

Hospital de Caridade de Alecrim —
Alecrim — NCr\$ 5.000,00.

Adendo "F" — Serviço Nacional de
Tuberculose

BAHIA

Onde se lê:

Instituto Brasileiro de Investigação
de Tuberculose (IBIT) —
NCr\$ 30.000,00.

Leia-se:

Instituto Brasileiro para Investiga-
ção da Tuberculose — NCr\$...
30.000,00.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vi-
gor na data da sua publicação, revo-
gadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Ma-
rinho) — Em votação as Emendas n.ºs
1-CF, 2-CF e 3-CF.

Os Senhores Senadores que as
aprovam queiram permanecer senta-
dos. (Pausa.)

Estão aprovadas.

A matéria vai à Comissão de Reda-
ção.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Ma-
rinho) — Sobre a mesa, redação final
que será lida pelo Sr. 1.-Secretário.

É lida a seguinte:

PARECER

N.º 1.081, DE 1968

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final das emendas do
Senado ao Projeto de Lei da Câ-
mara n.º 135, de 1968
(n.º 1.067/68, na Casa de origem).

Relator: Sr. Filinto Müller.

A Comissão apresenta a redação
final das emendas do Senado ao Pro-
jeto de Lei da Câmara n.º 135, de 1968
(n.º 1.067/68, na Casa de origem),
que retifica, sem ônus, a Lei n.º 5.373,
de 6 de dezembro de 1967, que estima
a Receita e fixa a Despesa da União
para o exercício financeiro de 1968.

Sala das Sessões, em 22 de novem-
bro de 1968. — Clodomir Millet, Presi-
dente — Filinto Müller, Relator —
Edmundo Levi.

ANEXO AO PARECER N.º 1.081, DE 1968

Redação final da emenda do Senado ao Pro-
jeto de Lei da Câmara n.º 135, de 1968 (n.º 1.067/68,
na Casa de origem), que retifica, sem ônus, a Lei
n.º 5.373, de 6 de dezembro de 1967, que estima a
Receita e fixa a Despesa da União, para o exer-
cício financeiro de 1968.

EMENDA N.º 1-CF

Inclua-se no artigo 1.º:

a) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — ADENDO "F"

Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Associação dos Pequenos Agricultores de Cor-
tado para Mudas e Sementes 5.000,00

Leia-se:

Associação dos Pequenos Agricultores do Mu-
nicípio de Cachoeira do Sul, com sede em
Cortado, Distrito de Paraíso do Sul 5.000,00

b) MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

Brasília

Onde se lê:

"Creche Pão de Santo Antônio"

Leia-se:

"Casa da Criança Pão de Santo Antônio"

c) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
ADENDO "B" — SUBVENÇÕES ORDINÁRIAS

Acre — Tarauaca

Onde se lê:

Centro Operário e de Agricultores Taraua-
caense 1.600,00

Leia-se:	
Centro Operário Beneficente Tarauacaense ..	1.600,00
Onde se lê:	
Sociedade dos Trabalhadores Tarauacaenses	1.000,00
Leia-se:	
Centro Operário Beneficente Tarauacaense ..	1.000,00
Maranhão — Pedreiras	
Onde se lê:	
Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima	2.000,00
Leia-se:	
Obras Sociais da Paróquia de Santo Antônio de Pádua	2.000,00
Bahia — Itapicuru	
Onde se lê:	
Ginásio Municipal Senador Pinto Dantas ...	15.000,00
Leia-se:	
Ginásio Senador Pinto Dantas	15.000,00
Espírito Santo — Itaguaçu	
Onde se lê:	
Departamento de Assistência Social do Esporte Clube Itaguaçu	2.000,00
Leia-se:	
Departamento de Assistência Social do Centro Cívico e Recreativo Esporte Clube de Itaguaçu	2.000,00
São Paulo — Itatiba	
Onde se lê:	
Asilo de São Vicente de Paulo	2.200,00
Abrigo dos Velhos	100,00
Leia-se:	
Asilo de São Vicente de Paulo	2.300,00
Brasília — Distrito Federal	
Onde se lê:	
Obras Sociais da Paróquia Nossa Senhora de Fátima	2.100,00
Leia-se:	
Ação Social Nossa Senhora de Fátima	2.100,00
Onde se lê:	
Sociedade Educadora e Beneficente, para a Escola São Carlos — Guanabara	
Leia-se:	
Sociedade Educadora e Beneficente, para a Escola São Carlos — Brasília	
Onde se lê:	
Associação de Pais e Mestres da Superquadra 114	1.000,00

Leia-se:	
Associação de Pais e Mestres do Jardim de Infância da Superquadra 114	1.000,00
Onde se lê:	
Escola Remington de Datilografia — Natal	
Leia-se:	
Escola Remington de Datilografia — Caicó	
ADENDO "C"	
SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	
Acre — Tarauaca	
Onde se lê:	
Sociedade de Proteção ao Agricultor de Tarauaca	4.000,00
Leia-se:	
Centro Operário Beneficente Tarauacaense	4.000,00
Onde se lê:	
Sociedade dos Trabalhadores Tarauacaenses	3.000,00
Leia-se:	
Centro Operário Beneficente Tarauacaense	3.000,00
Bahia — Itapicuru	
Onde se lê:	
Ginásio Municipal Senador Pinto Dantas ..	15.000,00
Leia-se:	
Ginásio Senador Pinto Dantas	15.000,00
Brasília — Distrito Federal	
Onde se lê:	
Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima	
Leia-se:	
Ação Social Nossa Senhora de Fátima	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	
Onde se lê:	
258.2.0519 — Fundação Nacional de Material do Ensino	
Leia-se:	
258.2.0519 — Fundação Nacional de Material do Ensino	
ADENDO "E"	
Bahia — Itapicuru	
Onde se lê:	
Ginásio Coberto para o Ginásio Municipal Senador Pinto Dantas	6.000,00
Leia-se:	
Ginásio Senador Pinto Dantas, para Ginásio Coberto	6.000,00

Minas Gerais — Aymorés

Onde se lê:

Colégio Comercial Pan-Americano 3.000,00

Leia-se:

Escola Técnica de Comércio Pan-Americano. 3.000,00

Rio Grande do Sul — Ijuí

Onde se lê:

Escola de Belas Artes 4.000,00

Leia-se:

Instituto de Belas Artes 4.000,00

ADENDO "G"

Pará — Maracanã

Onde se lê:

Maracanã — Escola Agrícola de Maracanã. 11.000,00

Leia-se:

Maracanã — Fundação Educacional de Maracanã "Presidente Kennedy" 11.000,00

Paraíba — João Pessoa

Onde se lê:

Hospital Elísio de Souza — João Pessoa 25.000,00

Leia-se:

Fundação do Hospital Elísio de Souza das Sociedades Benéficas Associadas da Paraíba — João Pessoa 25.000,00

Onde se lê:

Maternidade da Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Velhice de Teixeira 41.000,00

Leia-se:

Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Velhice de Teixeira 41.000,00

São Paulo

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia — Monte Alto. 18.000,00

Leia-se:

Irmandade de Misericórdia — Monte Alto.. 18.000,00

Onde se lê:

Sanatório Ismael Guerino Brunelli Amparo. 8.000,00

Leia-se:

Sanatório Ismael — Amparo 8.000,00

Onde se lê:

Hospital da Casa de Saúde Liberdade — São Paulo.

Leia-se:

União Sul-Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia — para assistência hospitalar.

Paraíba — João Pessoa

Onde se lê:

Hospital Elísio de Souza — João Pessoa 25.000,00

Leia-se:

Fundação do Hospital Elísio de Souza das Sociedades Benéficas Associadas da Paraíba — João Pessoa 25.000,00

Onde se lê:

Maternidade da Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Velhice de Teixeira 41.000,00

Leia-se:

Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Velhice de Teixeira 41.000,00

São Paulo

Onde se lê:

Hospital da Casa de Saúde Liberdade — São Paulo

Leia-se:

União Sul Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia — para assistência hospitalar.

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia — Monte Alto .. 18.000,00

Leia-se:

Irmandade de Misericórdia — Monte Alto .. 18.000,00

Onde se lê:

Sanatório Ismael Guerino Brunelli — Amparo 8.000,00

Leia-se:

Sanatório Ismael — Amparo 8.000,00

PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 135/68

EMENDA N.º 2—CF

Inclua-se no art. 1.º

A) NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Santa Catarina

Onde se lê:

Orfanato Nossa Senhora das Graças de Lajes 20.000,00

Leia-se:

Irmandade Nossa Senhora das Graças para o Orfanato Nossa Senhora das Graças de Lajes 20.000,00

Onde se lê:

Obras Assistenciais da Paróquia Nossa Senhora do Rosário — Lajes 2.000,00

Leia-se:

Obras Assistenciais da Paróquia Nossa Senhora do Rosário — Lajes, mantida pela

Congregação Missionária Redentorista sediada em Porto Alegre 2.000,00

B) NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ADENDO "A" — FEDERAÇÕES DESPORTIVAS

Onde se lê:

Federação Desportiva de Brasília para a Associação Atlética da Universidade de Brasília — 375.

Leia-se:

Federação Desportiva de Brasília para o Clube dos Servidores da Universidade de Brasília — 375.

**ADENDO "B"
SUBVENÇÕES ORDINÁRIAS**

Paraíba — Coremas

Onde se lê:

Ginásio Comercial Dom Mata 1.000,00

Leia-se:

Colégio Comercial Dom Mata — Cuité 1.000,00

Onde se lê:

Escola Comercial Professor Clovis Lima 2.000,00

Leia-se:

Ginásio Comercial Clovis Lima — Esperança. 2.000,00

Onde se lê:

Ginásio Comercial Olímpia Souto 500,00

Leia-se:

Colégio Comercial Olímpia Souto — Natuba. 500,00

Onde se lê:

Ginásio Municipal de Natuba 2.500,00

Leia-se:

Ginásio Comercial de Natuba — Pirpirituba. 2.500,00

Onde se lê:

Escola Comercial 600,00

Ginásio Comercial de Pirpirituba 500,00

Leia-se:

Colégio Comercial de Pirpirituba — Serraria. 1.100,00

Onde se lê:

Ginásio Comercial Antonio Bento 100,00

Leia-se:

Colégio Comercial Antonio Bento — Solânea. 100,00

Onde se lê:

Escola Comercial Pedro Augusto de Almeida. 2.000,00

Leia-se:

Colégio Comercial Pedro de Almeida — Uiraúna 2.000,00

Leia-se:

Ginásio Afonso Pereira 200,00

Onde se lê:

Colégio Professor Afonso Pereira 200,00

Paraná

Onde se lê:

Hospital Regional Diocesano de Campo Mourão 3.100,00

Leia-se:

"Instituto Social Lar Paraná" de Campo Mourão — Curitiba 3.100,00

Onde se lê:

Caixa Escolar de Umbará, bairro Umbará .. 1.000,00

Leia-se:

Casa Escolar de Umbará, bairro Umbará 1.000,00

Rio de Janeiro

Onde se lê:

Centro Espírita Pai José Cambinda (para a Maternidade da Mão Pobre) — Barra do Pirai 5.100,00

Centro Espírita Pai Manoel e Felício — Barra Mansa 500,00

Tenda Espírita Pai Cambinda 1.000,00

Leia-se:

Centro Espírita Pai José Cambinda (para a Maternidade da Mãe Pobre) — Barra do Pirai 6.600,00

Onde se lê:

Associação Casa de Caridade Santa Rita de Cássia 6.300,00

Casa de Caridade Santa Rita 500,00

Lar da Criança 1.800,00

Lar da Criança da Loja Maçônica José Bonifácio 6.500,00

Leia-se:

Associação Casa de Caridade Santa Rita ... 6.800,00

Lar da Criança, mantido pela Loja Maçônica José Bonifácio 8.300,00

São Paulo

Onde se lê:

Santos — Instituto Psicopedagógico Especializado — Ipe 2.000,00

Leia-se:

Santos — Instituto Psiquiátrico Psicopedagógico Especializado — Ipe 2.000,00

**ADENDO "C"
SUBVENÇÕES EXTRAORDINÁRIAS**

Paraná

Onde se lê:

Hospital Regional Diocesano de Campo Mourão 1.000,00

Leia-se:

"Instituto Social Lar Paraná" de Campo Mourão 1.000,00

ADENDO "F"

Minas Gerais

Onde se lê:

Manhumirim — Colégio Oficial Orientado para o Trabalho, mantido pelo Estado de Minas Gerais 9.000,00

Leia-se:

Manhumirim — Ginásio Orientado para o Trabalho, do Colégio Estadual de Manhumirim 9.000,00

ADENDO "G"

Rio Grande do Sul

Pôrto Alegre

Onde se lê:

Escola Agrícola da Sociedade Educadora e Beneficente do Sul 5.000,00

Leia-se:

Escola Doméstica da Sociedade Educadora e Beneficente do Sul 5.000,00

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SUDESUL — ADENDO "B"

Mato Grosso

Onde se lê:

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância — Dourados 5.000,00

Leia-se:

Abrigo de Menores Necessitados de Dourados 5.000,00
5.14.00

MINISTÉRIO DA SAÚDE

ADENDO "C" — DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE

São Paulo

Onde se lê:

Sanatório Cândido Ferreira — Campinas ... 4.000,00

Leia-se:

Sanatório Dr. Cândido Ferreira — Campinas. 4.000,00

ADENDO "C" — DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE

Minas Gerais

Onde se lê:

Associação Cruzeiro para o Sanatório Infantil de Paralisia Cerebral Recuperável — Indianópolis 3.000,00

Leia-se:

Associação Cruz Verde — Pró Sanatório Infantil de Paralisia Cerebral Irrecuperável — Indianópolis 3.000,00

Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Hospital Beneficente N. S. Aparecida — Muçum 10.000,00
Hospital N. S. Aparecida — Muçum 6.000,00

Leia-se:

Hospital Beneficente Nossa Senhora Aparecida — Muçum 16.000,00

Santa Catarina

Onde se lê:

Hospital e Maternidade Samaria — Rio do Sul 18.000,00

Leia-se:

Comunidade Evangélica de Rio do Sul, mantenedora do Hospital e Maternidade Samaria — Rio do Sul 18.000,00

Bahia

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia de Canavieiras, para o Hospital 15.000,00

Leia-se:

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Canavieiras — Canavieiras 15.000,00

Paraná

Onde se lê:

Hospital N. S. Milagres — Antônio Olinto 3.000,00

Leia-se:

Irmandade do Hospital N. S. Milagrosa de Antônio Olinto 3.000,00

Onde se lê:

Irmandade Santa Casa de Misericórdia, de Uraí 4.000,00

Leia-se:

Irmandade da Santa Casa de Uraí 4.000,00

Onde se lê:

Sociedade Hospitalar Beneficente de Bandeirantes — Bandeirantes 27.000,00

Leia-se:

Sociedade Hospitalar Beneficente Bandeirantes — Bandeirantes 27.000,00

Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Hospital Beneficente São Carlos — Farroupilha 6.000,00

Leia-se:

Hospital São Carlos — Farroupilha 6.000,00

Onde se lê:

Hospital de Caridade de Cangussu — Júlio Limeira — Cangussu 20.000,00

Leia-se:		Onde se lê:	
Hospital de Caridade (Coronel Júlio Limeira)		Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo,	
— Cangussu	20.000,00	mantenedora do Hospital São Braz, de Pôr-	
		to União	4.000,00
Santa Catarina		Leia-se:	
Onde se lê:		Sociedade Beneficente São Vicente de Paula,	
Hospital de Caridade da Irmandade de Se-		mantenedora do Hospital São Braz — Pôrto	
nhor Jesus dos Passos — Florianópolis	39.000,00	União	4.000,00
Leia-se:		Minas Gerais	
Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Hos-		Onde se lê:	
pital de Caridade de Florianópolis — Flo-		Santa Casa de Misericórdia de Oliveira	22.500,00
rianópolis	39.000,00	Leia-se:	
Onde se lê:		Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de	
Hospital Frei Rogério — Curitibaanos	5.000,00	Oliveira	22.500,00
Leia-se:		Onde se lê:	
Sociedade Beneficente Frei Rogério — Curi-		Santa Casa de Misericórdia de Paracatu	3.200,00
tibanos	5.000,00	Leia-se:	
Onde se lê:		Santa Casa de Caridade de Paracatu	3.200,00
Hospital Frei Rogério — Anita Garibaldi	2.000,00	Onde se lê:	
Leia-se:		Santa Casa de Misericórdia de Guaxupé	5.000,00
Hospital Frei Rogério de Lajes (Sediado		Leia-se:	
em Anita Garibaldi)	2.000,00	Irmandade de Misericórdia (Santa Casa),	
Onde se lê:		Guaxupé	5.000,00
Hospital Nossa Senhora dos Prazeres — Lajes	50.000,00	Onde se lê:	
Leia-se:		Hospital Nossa Senhora do Carmo — Res-	
Hospital de Caridade, também conhecido por		plendor	27.000,00
Hospital Nossa Senhora dos Prazeres de La-		Leia-se:	
jes — Lajes	50.000,00	Sociedade São Vicente de Paulo, mantenedo-	
Onde se lê:		ra do Hospital Nossa Senhora do Carmo —	
Hospital Nossa Senhora Imaculada Concei-		Resplendor	27.000,00
ção — Nova Trento	29.000,00	Onde se lê:	
Leia-se:		Hospital Cônego Monterase — Baependi ...	5.000,00
Hospital Nossa Senhora da Imaculada Con-		Leia-se:	
ceição — Nova Trento	29.000,00	Santa Casa de Misericórdia de Baependi	5.000,00
Onde se lê:		Onde se lê:	
Hospital São José — Bocaina — Lajes	5.000,00	Hospital São Vicente de Paulo, de São Tiago	5.000,00
Leia-se:		Leia-se:	
Ação Social Beneficente da Diocese de Lajes		Hospital de São Vicente de Paulo de São Tia-	
— Lajes (Para o Hospital São José de Bo-		go — São Tiago	5.000,00
caina — Lajes)	5.000,00	Onde se lê:	
Onde se lê:		Santa Casa de Caridade, de Caxambu	2.000,00
Maternidade de Asilo Irmãos Joaquim — Flo-		Leia-se:	
rianópolis	3.000,00	Casa de Caridade de São Vicente de Paulo —	
Leia-se:		Caxambu	2.000,00
Associação Irmão Joaquim, mantenedora da		São Paulo	
Maternidade de Florianópolis e do Asilo de		Onde se lê:	
Mendicidade Irmão Joaquim — Florianó-		Hospital de Caridade Anita Costa — Santo	
polis	3.000,00	Anastácio	2.000,00

Leia-se:

Hospital Anita Costa — Santa Casa de Misericórdia — Santo Anastácio 2.000,00

Onde se lê:

Hospital de Caridade de Rancharia — Rancharia 3.000,00

Leia-se:

Santa Casa de Misericórdia de Rancharia (Hospital e Maternidade) — Rancharia .. 3.000,00

Onde se lê:

Hospital e Maternidade Santa Izabel — Santa Casa de Misericórdia — Jaboticabal 2.000,00

Leia-se:

Hospital Santa Izabel — Jaboticabal 2.000,00

Onde se lê:

Hospital São Francisco, de Americana 5.000,00

Leia-se:

Irmandade de Misericórdia, mantenedora do Hospital São Francisco — Americana 5.000,00

Onde se lê:

Irmandade de Misericórdia de Pôrto Ferreira — Hospital Dona Balbina — Pôrto Ferreira 3.000,00

Leia-se:

Hospital Dona Balbina da Irmandade de Misericórdia de Pôrto Ferreira — Pôrto Ferreira 3.000,00

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Como não houve manifestação da Casa, dou a discussão por encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovada. A matéria volta à Câmara dos Deputados. Para acompanhar a tramitação da matéria na outra Casa designo o Sr. Senador Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão, designando, antes, para a sessão ordinária, a realizar-se se-

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia — Santa Rita do Passa Quatro 5.000,00

Leia-se:

Santa Casa de Misericórdia de Santa Rita — Santa Rita do Passa Quatro 5.000,00

EMENDA N.º 3-CF

Suprima-se

No art. 1.º

Ministério da Educação e Cultura
Adendo B — Subvênções

PARAÍBA

Campina Grande
as seguintes expressões:

Onde se lê:

Casa da Criança Felix Araujo 1.500,00

Leia-se:

Casa da Criança Felix Araujo 500,00

Onde se lê:

Casa de Caridade Padre Ibiapina 2.900,00

Leia-se:

Casa de Caridade Padre Ibiapina 3.900,00

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente — Bezerra Neto, Relator — João Cleofas — Sigefredo Pacheco — Leandro Maciel — Lobão da Silveira — Mello Braga — Manoel Villaga — Paulo Torres — Júlio Leite — José Leite — Clodomir Millet.

gunda-feira, dia 25 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 104, DE 1968

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 104, de 1968, de autoria do Sr. Senador Mário Martins, que considera de utilidade pública a Sociedade Brasileira Chaim Weizmann de Incentivo à Ciência, estabelecida na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, tendo

PARECERES, sob números 1.038, 1.039 e 1.040, de 1968, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela juridicidade e constitucionalidade;

— de Educação e Cultura, favorável;

— de Finanças, favorável.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 120, DE 1968

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 120, de 1968, de autoria do Sr. Senador Nogueira da Gama, que dispõe sobre os limites da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob números 1.027, 1.028, 1.029 e 1.030, de 1968, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Economia, favorável;

- dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento, favorável, e
- de Finanças, favorável.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 97, DE 1968

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 97, de 1968, de autoria do Sr. Senador Daniel Krieger, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno ao Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estiva de Minérios em Porto Alegre, tendo

PARECERES, sob números 1.041 e 1.042, de 1968, das Comissões

- de Constituição e Justiça, nos termos do substitutivo que apresenta; e
- de Finanças, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

CONGRESSO NACIONAL
PROJETOS EM TRAMITAÇÃO

1

Projeto de Lei n.º 36, de 1968 (CN), que “reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, e dá outras providências”.

(Comissão Mista — Presidente: Senador Aurélio Vianna — Vice-Presidente: Deputado Padre Nobre — Relator: Deputado Luiz Braga.)

Calendário

Dia 25-11 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do relator, às 21 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 26-11 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 27-11 — Publicação do parecer; e

Dia 28-11 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21 horas.

Prazo — Início: 14-11-68. Término: 24-3-69.

2

Projeto de Lei n.º 37, de 1968 (CN) que “estende o direito ao salário-fa-

mília instituído pela Lei n.º 4.266, de 3 de outubro de 1963, e dá outras providências”.

(Comissão Mista — Presidente: Deputado Tourinho Dantas — Vice-Presidente: Senador Flávio Brito — Relator: Senador Aarão Steinbruch.)

Calendário

Dias 20, 21, 22, 23, 25-11 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 28-11 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do relator, às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; e

Até o dia 30-11 — Apresentação do parecer, pela Comissão.

A publicação do parecer e a sessão para discussão do projeto serão feitas em datas a serem oportunamente marcadas, tendo em vista a elaboração daquele pela Comissão Mista.

Prazo — Início: 18-11-68. Término: 28-3-69.

CALENDÁRIO DOS VETOS A SEREM APRECIADOS

Dia 26 de novembro:

— Projeto de Lei n.º 1.394/68, na Câmara, e n.º 109/68, no Senado, que “modifica dispositivo da Lei n.º 4.908, de 17 de novembro de 1965, e transfere ações da União para a ELETROBRÁS” (veto parcial);

— Projeto de Lei n.º 23/68 (CN), que “dá nova redação ao inciso IV do parágrafo único do art. 174 do Decreto-Lei n.º 37, de 18 de novembro de 1968” (veto total);

— Projeto de Lei n.º 496/67, na Câmara, e n.º 125/68, no Senado, que “altera os arts. 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações, e dá outras providências” (veto total);

Dia 27 de novembro:

Projeto de Lei n.º 3.283/65, na Câmara, e n.º 79/66, no Senado,

que “concede isenção de tributos a equipamentos importados para instalação, ampliação e manutenção de estações e aparelhos de radioamador” (veto total);

— Projeto de Lei n.º 214/67, na Câmara, e n.º 122/68, no Senado, que “estabelece norma para o cálculo do salário dos trabalhadores mensalistas, diaristas e horistas, e dá outras providências” (veto total);

— Projeto de Lei n.º 28/68 (CN), que “institui adicional sobre o Imposto de Renda devido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no estrangeiro, a ser utilizado no financiamento de pesquisas relevantes para a tecnologia nacional, e dá outras providências” (veto total); e ...

— Projeto de Lei n.º 46/61, no Senado, e n.º 2.089/64, na Câmara, que “regula a revenda de material pecuário” (veto total).

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 16 horas e 50 minutos.)

PORTARIA N.º 104,
DE 22 DE NOVEMBRO DE 1968

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 213, item IV da Resolução n.º 6, de 1960 e tendo em vista a comunicação n.º 59/68 do Senhor Chefe do Serviço de Transportes,

RESOLVE

suspender por 8 (oito) dias o funcionário AIRTON TRAVASSOS DE MOURA, Motorista, PL-9, por falta de exatidão no cumprimento do dever, de acordo com o disposto no art. 208 da Resolução n.º 6, de 1960, a partir de 21 de novembro de 1968.

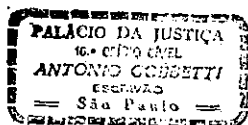
Secretaria do Senado Federal, em 22 de novembro de 1968.

Evandro Mendes Vianna — Diretor-Geral.



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

ANTONIO GOBBETTI, Escrivão do Cartório do 16º Ofício Cível desta comarca da Capital do Estado de São Paulo, da República dos Estados Unidos do Brasil.



CERTIFICA

em virtude do pedido verbal feito por pessoa interessada, que revendo no Cartório a seu cargo, os autos da ação ORDINÁRIA requerida por JOSÉ D'ANGELO contra URSULINA D'ANGELO e ANITA PASTORE D'ANGELO, d'elles, às fls. 1.627 (6º volume), verificou constar uma procuração outorgada pela Fundação Anita Pastore D'Angelo aos advogados Drs. Joaquim Canuto Mendes de Almeida, Celso Neves, Luiz Antonio da Gama e Silva, Oswaldo Estanislau do Amaral Filho e Carlos Angelo Mendes de Almeida. CERTIFICA MAIS E FINALMENTE, que dos mesmos autos, não consta qualquer revogação dos mandatos supra referidos. NADA MAIS. Todo o referido é verdade e da fé. São Paulo, 25 de junho de 1968.

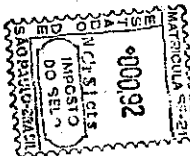
Eu, [assinatura] Escrevente, a datilografei e subscrevi. E eu, [assinatura] Escrivão, a subscrevo e assino.

DESTAQUES 092

NOTA: O presente documento não possui qualquer valor de curso e não representa o recebimento da quantia acima mencionada.



53461



PROCURAÇÃO

A Fundação Anita Pastore D'Angelo, entidade de beneficência, com sede em Itaquera, à rua Comendador Sabado D'Angelo, 385, nesta Capital, representada pelo seu primeiro provedor, sr. Agostinho Janequine, brasileiro, casado, industrial, domiciliado e residente à Avenida Angelica, 324, nesta Capital, Agostinho Janequine e sua mulher, Dña. Argemira Virginia Bandeira de Mello Janequine, ele já qualificado e ela de prendas domesticas, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores solidarios os advogados Professores Dr. Celso Neves, brasileiro, casado, com escritório à Avenida Dr. Vieira de Carvalho, 172-2º andar, 201, Dr. Luiz Antonio da Gama e Silva, brasileiro, casado, com escritório à rua Florencio de Abreu, 181, Dr. Oswaldo Estanislau do Amaral Filho, brasileiro, casado, com escritório à rua São Bento, 58-1º andar, conj. 10B e Dr. Carlos Angelo Mendes de Almeida, brasileiro, casado, com escritório à rua Benjamim Constant, 138-4º andar, aos quais conferem os poderes constantes em a cláusula "ad judicium" para o foro em geral, inclusive poderes para substabelecer.

São Paulo, 6 de Julho de 1968

FUNDACAO ANITA PASTORE D'ANGELO

Agostinho Janequine
Argemira Virginia Bandeira de Mello Janequine



Argemira Virginia Bandeira de Mello Janequine
Agostinho Janequine

ATA DAS COMISSÕES

**COMISSÃO DO DISTRITO
FEDERAL**

**Relatório correspondente
ao mês de outubro de 1968**

Presidente: Senador João Abrahão
Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo
Júnior.

PARECERES PROFERIDOS**Número e ementa**

Projeto de Lei do Senado n.º
115-DF/68 — Dispõe sobre a orga-
nização do Tribunal de Con-
tas do Distrito Federal, e dá ou-
tras providências.

Relator: Senador Eurico Rezende

Conclusão: Parecer favorável com 7
emendas. Aprovado.

24-10-68

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º
60/68 — Autoriza órgãos oficiais
a conceder financiamento para
construção ou aquisição de mora-
dias, no Distrito Federal.

Relator: Petrônio Portella

Conclusão: Parecer contrário. Apro-
vado contra voto em separado do Se-
nador Adalberto Sena.

24-10-68

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º
36/67 — Fixa o horário de fun-
cionamento do comércio nas su-
perquadras do Plano-Piloto, Dis-
trito Federal.

Relator: Petrônio Portella

Conclusão: Parecer favorável. Apro-
vado.

24-10-68

Projeto de Lei do Senado n.º
121-DF 68 — Autoriza o Poder
Executivo do Distrito Federal, a
abrir crédito especial de NCr\$
150.000,00 (cento e cinquenta mil
cruzeiros novos), para o fim que
especifica.

Relator: Senador Manoel Villa

Conclusão: Parecer favorável. Apro-
vado.

30-10-68

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º
14/68 — Considera, para efeito de

registro e desapropriação, zona
de pecuária leiteira e área que
especifica.

Relator: José Feliciano

Conclusão: Parecer contrário. Apro-
vado.

30-10-68

**Relatório correspondente
ao mês de outubro de 1968**

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas	2
Projetos relatados	5
Pareceres proferidos	5
Emendas apresentadas	7
Voto em separado	1

Brasília, 31 de outubro de 1968. —
Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Se-
cretário.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E
CULTURA**

**Relatório correspondente
ao mês de outubro de 1968**

Presidente: Senador Menezes Pimen-
tel

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues
Costa

PARECERES PROFERIDOS**Número e ementa**

Projeto de Lei do Senado n.º
89, de 1968 — Dá nova redação ao
artigo 6.º da Lei n.º 4.024, de 20
de dezembro de 1961 (Lei de Di-
retrizes e Bases da Educação Na-
cional).

Relator: Senador Adalberto Sena

Conclusão: Contrário, aprovado em
3/10/68.

Projeto de Lei da Câmara n.º
132, de 1968 — Dispõe sobre o
exercício da profissão de médico-
veterinário e cria os Conselhos
Federal e Regionais de Medicina
Veterinária.

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Favorável, aprovado em
3-10-68

Projeto de Lei do Senado n.º
95, de 1968 — Reconhece as ca-
dernetas escolares expedidas por

estabelecimentos estrangeiros de
ensino.

Relator: Senador Adalberto Sena

Conclusão: Por audiência da SUNAB,
aprovado em 3-10-68.

Projeto de Lei do Senado n.º
90, de 1968 — Declara de utilida-
de pública o "Real Gabinete Por-
tuguês de Leitura", com sede na
Cidade do Rio de Janeiro, Estado
da Guanabara.

Relator: Senador Edmundo Levy

Conclusão: Favorável, aprovado em
10-10-68.

Projeto de Lei do Senado n.º
91, de 1968 — Acrescenta pará-
grafo ao artigo 69 da Lei n.º 4.024,
de 20 de dezembro de 1961 (Lei de
Diretrizes e Bases da Educação
Nacional).

Relator: Senador Adalberto Sena

Conclusão: Por emenda substitutiva
e anexação ao presente o PLS n.º
88, de 68, aprovado em 17-10-68.

Projeto de Lei do Senado n.º
88, de 1968 — Altera o item I do
artigo 3.º da Lei n.º 4.024, de 20 de
dezembro de 1961 (Lei de Diretri-
zes e Bases da Educação Nacio-
nal).

Relator: Senador Adalberto Sena

Conclusão: Por emenda substitutiva,
aprovado em 17-10-68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 23-10-68

Ao Senador Antônio Carlos

Projeto de Lei da Câmara n.º 156,
de 1968 — Altera a alíquota do Im-
pôsto sobre Produtos Industrializados
para o conhaque de vinho, e dá outras
providências.

Em 28-10-68

Ao Senador Júlio Leite

Projeto de Decreto Legislativo n.º
47, de 1968 — Aprova o Decreto-Lei
n.º 357, de 23 de setembro de 1968,
que prorroga o prazo previsto no art.

1.º do Decreto-Lei n.º 7, de 13 de maio de 1966, e dá outras providências.

Em 30-10-68

Ao Senador Sebastião Archer

Projeto de Lei do Senado n.º 120, de 1968 — Dispõe sobre os limites da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, e dá outras providências.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões ordinárias	2
Reunião extraordinária	1
Projetos relatados	3
Projetos distribuídos	3
Emendas apresentadas	25
Ofícios expedidos	7
Projetos em diligência	6

Brasília, 31 de outubro de 1968 —

Cláudio Carlos Rodrigues Costa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Relatório correspondente ao mês de outubro de 1968.

Presidente: Senador José Feliciano
Secretária: Beatriz Brandão Guerra

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Decreto Legislativo n.º 26/68 (n.º 45-B/67, na Câmara), que aprova o texto do Acórdão para Aplicação de Salvaguardas, assinado em Viena, a 10 de março de 1967, entre a República Federativa do Brasil, os Estados Unidos da América e a Agência Internacional de Energia Atômica (redação final).

Relator: Senador Lobão da Silveira

Conclusão: Aprovado em 8-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 127/68 (n.º 1.528-B/68, na Câmara), que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio (redação do substitutivo, para turno suplementar).

Relator: Senador Nogueira da Gama
Conclusão: Aprovado em 8-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 128/68 (n.º 1.549-B/68, na Câmara), que dispõe sobre a inscrição de médicos militares em Conselho Regional de Medicina, e

dá outras providências (redação final das emendas).

Relator: Senador Nogueira da Gama

Conclusão: Aprovado em 8-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 102/68 (n.º 488-C/67, na Câmara), que dá nova redação ao art. 8.º do Decreto-Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências (redação do substitutivo, para turno suplementar).

Relator: Senador Leandro Maciel

Conclusão: Aprovado em 8-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 80/68 (n.º 823-E/68, na Câmara), que dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagem nos aeroportos do País (redação final das emendas).

Relator: Senador Leandro Maciel

Conclusão: Aprova em 9-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º PDL/44/68 (n.º 78-A/68, na Câmara), que autoriza o Presidente da República a dar a adesão do Governo brasileiro a quatro Convenções sobre o Direito do Mar, concluídas em Genebra, a 29 de abril de 1958 (redação final).

Relator: Senador Clodomir Millet

Conclusão: Aprovado em 10-10-68.

Número e ementa

Projeto de Decreto Legislativo n.º 46/68, que aprova o texto do Decreto-Lei n.º 356, de 15 de agosto de 1968 (redação final).

Relator: Senador Clodomir Millet

Conclusão: Aprovado em 10-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 75/68, que reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS) e o Departamento Nacional de Salário (DNS) do Mi-

nistério do Trabalho e Previdência Social (redação final).

Relator: Senador Clodomir Millet

Conclusão: Aprovado em 14-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 111/68 (n.º 928-C/67, na Câmara), que retifica, sem ônus, a Lei n.º 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício de 1967 (redação final da emenda).

Relator: Senador Clodomir Millet

Conclusão: Aprovado em 14-10-68.

Número e ementa

Projeto de Resolução n.º 61/68, que autoriza a Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a realizar operação de financiamento externo com a empresa C.H.F. Mueller G.m.b.H., de Hamburgo, República Federal da Alemanha, no valor de DM 92.340,00 (noventa e dois mil, trezentos e quarenta marcos alemães), destinado à aquisição de equipamentos hospitalares para o Hospital Municipal "Getúlio Vargas" (redação final).

Relator: Clodomir Millet

Conclusão: Aprovado em 15-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 105/63, que dá nova redação aos artigos 47, 51 a 56, 75, 120 146, 223, 347, 351, 364, 401, 434 a 436, 553, 598, 722, 724, 726, 729, 730 e 733 da Consolidação das Leis do Trabalho. (Redação do vencido, para segundo turno).

Relator: Senador Clodomir Millet

Conclusão: Aprovado em 15-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 41/68, que regula a distribuição do material escolar, e dá outras providências (redação final).

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Aprovado em 17-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 81/68, que considera de uti-

lidade pública a Fundação de Ensino Superior de Londrina — FESULON, localizada em Londrina, Estado do Paraná (redação final).

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Aprovado em 17-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 63/68 (n.º 539-C/67, na Câmara), que define e pune atos de fraude nas competições esportivas, e dá outras providências (redação final do substitutivo do Senado).

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Aprovado em 17-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 77/68, que declara de utilidade pública o Instituto de Medicina Infantil de Pernambuco, com sede em Recife, Estado de Pernambuco (redação final).

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Aprovado em 17-10-68

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 136/68 (n.º 1.571-B/68, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Interior, em favor da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, o crédito especial de NCr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros novos), para fins que especifica, e dá outras providências (redação final da emenda).

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Aprovado em 17-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 93/68, que estende às comarcas de Sabará, Santa Luzia e Caeté a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte (redação final).

Relator: Senador Nogueira da Gama

Conclusão: Aprovado em 22-10-68.

Número e ementa

Projeto de Resolução n.º 62/68, que proíbe, pelo prazo de dois anos, a emissão e o lançamento de obrigações, de qualquer natu-

reza, dos Estados e Municípios (redação final).

Relator: Senador Filinto Müller

Conclusão: Aprovado em 23-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 40/68, que altera a redação do artigo 8.º da Lei n.º 5.107, de 13 de setembro de 1966 (redação final).

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Aprovado em 24-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 46/61 (n.º 2.089-B/64, na Câmara), emendado da Casa revisora — que regula a revenda de material pecuário (redação final).

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Aprovado em 24-10-68.

Número e ementa

Projeto de Decreto Legislativo n.º 38/66 (n.º 275-A/66, na Câmara), que aprova as contas gerais da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, relativas ao exercício de 1964 (redação final).

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Aprovado em 24-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 52/68 (n.º 4.604-B/62, na Câmara), que dispõe sobre a profissão de leiloeiro público (redação final das emendas).

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Aprovado em 30-10-68.

Número e ementa

Projeto de Resolução n.º 63/68, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a prestar garantia, como fiador e principal pagador do Departamento de Estradas de Rodagem, no contrato de financiamento com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, destinado à aquisição junto à firma International Harvester of Great Britain Limited, de Londres, de máquinas rodoviárias (redação final).

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Aprovado em 30-10-68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões Ordinárias	2
Reuniões Extraordinárias	11
Projetos Distribuídos	23
Projetos Relatados	23

Brasília, em 31 de outubro de 1968.

— Beatriz-Brandão Guerra, Secretária

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Relatório correspondente ao mês de outubro de 1968.

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga

Presidente: Senador Petrônio Portella

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 99, de 1968 — “Dispõe sobre a concessão do auxílio-funeral, devido por morte do segurado, cônjuge e dependente, alterando a redação do art. 44 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (redação dada pelo art. 11 do Decreto-Lei n.º 66, de 1966).”

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Parecer no sentido de que seja solicitada audiência prévia do Ministério do Trabalho. Aprovado. Relatado em 9-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 100, de 1968 — “Altera a redação do item I do artigo 11 da Lei n.º 3.807, de 1960 (nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 66, de 1966), classificando como dependente do segurado as filhas, de qualquer condição, que vivam sob a sua dependência exclusiva, e não possuam qualquer fonte de renda própria.”

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Relatado em 9-10-68. Parecer no sentido de que seja solicitada audiência prévia do Ministério do Trabalho. Aprovado.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 93, de 1968 — “Estende às Comarcas de Sabará, Santa Luzia e Caeté a jurisdição das Juntas de

Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.

Relator: Senador José Leite

Conclusão: Relatado em 9-10-68. Parecer favorável. Aprovado.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 67, de 1968 — “Dispõe sobre o cálculo das indenizações por despedida sem justa causa e dá outras providências.”

Relator: Senador Attilio Fontana

Conclusão: Relatado em 9-10-68. Parecer pelo arquivamento. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1959 — “Acrescenta alíneas à letra b do artigo 102 do Decreto-Lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946.”

Relator: Senador Josaphat Marinho

Conclusão: Relatado em 22-10-68. Parecer pelo arquivamento. Aprovado.

Número e ementa

Emenda de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n.º 52, de 1968, que “dispõe sobre a profissão de leiloeiro público”.

Relator: Senador Josaphat Marinho

Conclusão: Relatado em 22-10-68. Parecer favorável. Aprovado.

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 107, de 1968 — “Permite ao segurado, em gozo de auxílio-doença, continuar contribuindo para a Previdência Social, e dá outras providências.”

Relator: Senador Mello Braga

Conclusão: Relatado em 22-10-68. Parecer pela audiência prévia do Ministério do Trabalho. Aprovado.

PROJETOS DISTRIBUIDOS

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 152, de 1968 — “Dispõe sobre o exercício da atividade de Conduutor Autônomo de Veículo Rodoviário, e dá outras providências.”

Relator: Senador Mello Braga

Conclusão: Distribuído em 18-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 154, de 1968 — “Equipara aos segurados autônomos do INPS, os Ministros de confissão religiosa e membros de congregação religiosa, de filiação facultativa, e dá outras providências.”

Relator: Senador Duarte Filho

Conclusão: Distribuído em 18-10-68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas	2
Projetos relatados	7
Projetos distribuídos	2

Diretoria das Comissões, em 31 de outubro de 1968. — Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário da Comissão de Legislação Social.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

ATA DA 26.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1968

Às dez horas do dia trinta e um de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Presidente, Mem de Sá, Carlos Lindenberg, José Ermírio, Paulo Torres e Petrónio Portella, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo, na Sala das Comissões.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Eurico Resende, Antônio Carlos, Waldemar Alcântara, Carvalho Pinto, Mário Martins e Aurélio Vianna.

É lida e sem debates aprovada a Ata da reunião anterior.

Dos projetos constantes da pauta são relatados os seguintes:

Pelo Senador Petrónio Portella:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 151, de 1968, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas, e dá outras providências.

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 159, de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de zootecnista.

Em discussão e votação, são os pareceres aprovados. Quando da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 159, de 1968, o Senhor Senador Mem

de Sá solicitou pedido de vista e alteração da pauta para que este projeto fosse votado como última matéria.

Pelo Senador Paulo Torres:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 157, de 1968, que altera a Lei n.º 5.353, de 8 de novembro de 1967, que dispõe sobre a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de 9 (nove) Prêmios Literários Nacionais.

Em discussão e votação, a Comissão aprova o parecer.

Pelo Senador Carlos Lindenberg: Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 158, de 1968, que altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 e revoga leis que dispõem sobre a validade de pedido de demissão ou recibo de quitação contratual firmado por empregado.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade, pela Comissão.

Pelo Senador Mem de Sá:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 165, de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de químico pelos portadores de carteira expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, até o advento da Lei n.º 2.800, de 18 de junho de 1956.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Junior, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ATA DA 49.ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 1968.

As 10 horas do dia 5 de novembro de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, Vice-Presidente no exercício da presidência, presentes os Se-

nhores Senadores Clodomir Millet, Nogueira da Gama, Carlos Lindenberg, Bezerra Neto, Eurico Rezende, Menezes Pimentel e Benedito Valla-dares.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Milton Campos, Antônio Carlos, Wilson Gonçalves, Petrônio Portella, Antônio Balbino e Edmundo Levi.

É aprovada a Ata da reunião anterior.

Instalados os trabalhos, o Sr. Senador Aloysio de Carvalho passa a presidência ao Sr. Senador Nogueira da Gama e relata o Projeto de Resolução n.º 64/68 — Dispõe sobre a estrutura administrativa e provimento de cargos privativos da Diretoria da Assessoria Legislativa, concluindo pela aprovação com 4 emendas e solicitando a audiência da Comissão de Serviço Público Civil. O parecer é aprovado por unanimidade.

Reassumindo a presidência, o Sr. Senador Aloysio de Carvalho dá a palavra ao Sr. Senador Nogueira da Gama que lê seu Parecer ao Projeto de Lei do Senado n.º 65/67 — Dispõe sobre a aposentadoria e o abono de permanência em serviço do aeronauta, e dá outras providências, dando pela sua juridicidade e constitucionalidade.

Submetido a discussão e votação é o parecer aprovado sem qualquer restrições.

A seguir, o Sr. Senador Bezerra Neto devolve o Projeto de Lei do Senado n.º 115-DF/68 — Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências, cuja vista lhe fôra concedida, apresentando uma declaração de voto favorável ao parecer do Sr. Relator, Senador Clodomir Millet, proferido oralmente em reunião anterior. Com a palavra, o Senador Clodomir Millet passa a ler o seu parecer sobre a matéria, concluindo pela aprovação das Emendas n.ºs 1 e 6 da Comissão do Distrito Federal e contrário às de n.ºs 1, 3, 4, 5 e 7 da mesma Comissão. Submetido a discussão em votação o parecer é aprovado, vencido o Sr. Senador Eurico Rezende quanto às emendas de parecer contrário.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria

Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Relatório correspondente
ao mês de outubro de 1968.

Presidente: Senador José Ermírio
Secretário: J. Ney Passos Dantas

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 134, de 1968, que "Dispõe sobre a aquisição de propriedade rural por estrangeiro, e dá outras providências."

Relator: Senador José Ermírio

Conclusão: Pela aprovação, com as Emendas de n.ºs 1 e 2 (CA). Aprovado, em 2-10-68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas	1
Pareceres proferidos	1
Projetos em tramitação	4
Ofícios expedidos	3
Ofícios recebidos	2

Senado Federal, em 1.º de novembro de 1968. — J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

ATA DA 13.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 1968.

(Extraordinária)

Aos sete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às onze horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Eurico Rezende, Presidente, presentes os Senhores Senadores Adalberto Sena, Carlos Lindenberg, João Abrahão, Leandro Maciel e Paulo Torres, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Arnon de Mello, José Guimard e Ruy Carneiro.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, dada como aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente.

Abrindo os trabalhos o Senhor Presidente, Senador Eurico Rezende, como relator do Projeto de Lei da Câmara n.º 153, de 1968, convida o Senhor Senador Carlos Lindenberg, Presidente eventual, a fim de oferecer parecer à citada proposição.

A seguir, com a palavra, o Senhor Senador Eurico Rezende emite parecer ao Projeto de Lei da Câmara n.º 153, de 1968 (Projeto de Lei número 851-B/67 — na Casa de origem), que "Modifica a denominação de cargos do Quadro do Ministério da Fazenda, e dá outras providências", concluindo, pela aprovação do projeto, nos termos das Emendas de n.ºs 1 e 2-CSPC, que apresenta.

A Comissão, sem restrições, aprova o parecer.

Reassumindo a presidência, o Senhor Senador Eurico Rezende comunica estar esgotada a matéria constante da pauta.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Relatório correspondente
ao mês de outubro de 1968

Presidente: Senador Eurico Rezende

Secretário: J. Ney Passos Dantas

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 98, de 1968, que "garante vencimentos integrais em caso de licença relativa a doença de filho ou dependente menor, e dá outras providências (Autor: Senador Vasconcelos Tôrres)."

Relator: Senador Leandro Maciel

Conclusão: Parecer, pela aprovação, com as Emendas de n.ºs 1 a 3-CSPC. Aprovado em 16-10-68.

Número e Ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 146, de 1967, que "dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e sô-

bre o abono de faltas não justificadas, e dá outras providências."

Relator: Senador Carlos Lindenberg

Conclusão: Parecer, pela aprovação na forma do substitutivo. Concedida vista ao Sr. João Abrahão.

Número e Ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 83, de 1968, que "dispõe sobre a proteção à tecnologia nacional (Autor: Senador Lino de Mattos)."

Relator: Senador Eurico Rezende

Conclusão: Parecer favorável ao Projeto e às emendas da CCJ. Aprovado em 16-10-68.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reunião realizada 1 (uma)
Projetos relatados 2 (dois)
Pareceres proferidos 3 (três)
Projetos em tramitação .. 5 (cinco)
Ofícios expedidos 4 (quatro)

Senado Federal, em 30 de outubro de 1968. — J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Relatório correspondente ao mês de outubro de 1968.

Presidente: Senador Josaphat Marinho

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Requerimento n.º 922, de 1968 — Do Sr. Senador Mário Martins, e outros Senhores Senadores, em que, "nos termos do art. 40 da Constituição, é solicitada a presença do Ministro de Estado da Marinha, a fim de que o mesmo preste informações, no Plenário do Senado, sobre o Decreto número 62.837, de 6 de junho de 1968".

Relator: Senador José Leite

Conclusão: Relatado em 16-10-68. Parecer pelo arquivamento. Aprovado.

Número e ementa

P.L.C. n.º 66, de 1968 — "Disciplina a extração de calcário e estabelece normas para a produção

de corretivo cálcico para uso agrícola."

Relator: Senador José Leite

Conclusão: Relatado em 16-10-68. Parecer, concluindo pela apresentação de uma emenda substitutiva. Aprovado.

Número e ementa

P.L.S. n.º 111, de 1968 — "Revoga o Decreto n.º 57.843, que institui a "hora de verão."

Relator: Senador José Ermírio

Conclusão: Relatado em 30-10-68. Parecer pelo arquivamento. Aprovado.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas 2
Projetos relatados 3

Diretoria das Comissões, em 31 de outubro de 1968. — Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Secretário da Comissão de Minas e Energia.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

Relatório correspondente ao mês de outubro de 1968

Presidente: Senador Antônio Carlos

Secretário: Maria Helena Bueno Brandão

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Ofício S-16/68 da Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul — RS, solicitando a aprovação do Senado, para contrair empréstimo externo, equivalente a DM 93.340,00, com "CHF Mueller, GmbH H. Hamburgo, Alexanderstrasse", para fornecimento de equipamentos hospitalares — Hospital Getúlio Vargas

Relator: Senador Milton Trindade

Conclusão: Aprovado Projeto de Resolução da Comissão de Finanças. 2-10-68

Ofício S-14/67 do Governador de Santa Catarina, submetendo à aprovação do Senado o contrato com a "International Harvester Company of Great Britain" de

Londres, para a compra de 33 máquinas rodoviárias.

Relator: Senador Antônio Carlos

Conclusão: Aprovado Projeto de Resolução da Comissão de Finanças 22-10-68

DISTRIBUIÇÃO

Em 1-10-68

Ao Senador Milton Trindade:

Ofício S-16/68, da Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul — RS

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões: Ordinárias —
Extraordinárias 2
Projetos Relatados 2
Projetos Distribuídos 1

Brasília, 31 de outubro de 1968. — Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-5, Secretária da Comissão dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Relatório correspondente ao mês de outubro de 1968.

Presidente: Senador Attilio Fontana
Secretária, Maria Helena Bueno Brandão

PARECERES PROFERIDOS

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 83/68 — Dispõe sobre a proteção à tecnologia nacional.

Relator: Senador João Cleofas

Conclusão: Aprovado parecer favorável, em 2-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 52/68 — Dispõe sobre a profissão de leiloeiros públicos.

Relator: Senador Nogueira da Gama

Conclusão: Aprovado parecer favorável, em 22-10-68.

Número e ementa

Projeto de Lei da Câmara n.º 148/68 — Dispõe sobre o emprêgo, pela indústria, da palavra seda e seus compostos.

Relator: Senador Nogueira da Gama

Conclusão: Aprovado parecer favorável, em 30-10-68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 11-10-68

Ao Senador Nogueira da Gama:

Projeto de Lei da Câmara n.º 148/68 — Dispõe sobre o emprêgo, pela indústria, da palavra sêda e seus compostos.

Em 22-10-68

Ao Senador Nogueira da Gama:

Projeto de Lei da Câmara n.º 52/68 — Dispõe sobre a profissão de leiloeiros públicos.

Em 30-10-68

Ao Senador Bezerra Neto:

Projeto de Lei do Senado n.º 122/68 — Dispõe sobre o comércio e industrialização de carne animal em locais ou recintos indevasíveis.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões: Ordinárias	—
Extraordinárias	3
Projetos distribuídos	3
Projetos relatados	3

Brasília, em 31 de outubro de 1968.
— **Maria Helena Bueno Brandão**, Secretária da Comissão de Indústria e Comércio.

COMISSÃO DE ECONOMIA

Relatório correspondente ao mês de outubro de 1968

Presidente: **Senador Carvalho Pinto**

Secretário: **Cláudio Carlos Rodrigues Costa**.

Pareceres Proferidos**Número e ementa**

Mensagem n.º 542, de 1968 — Aprova o Decreto-Lei n.º 356, de 15 de agosto de 1968, que estende benefícios do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências.

Relator: Carlos Lindenberg**Conclusão:** Favorável. Aprovado.

2-10-68

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 13, de 1968 — Autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de moradias.

Relator: Senador Attilio Fontana

Conclusão: Por diligência ao Conselho Superior das Caixas Econômicas. Aprovado.

17-10-68

Número e ementa

Projeto de Lei do Senado n.º 54, de 1967 — Disciplina a atividade das Cooperativas (Lei Orgânica do Cooperativismo).

Relator: Senador José Ermírio

Conclusão: Pela aprovação do projeto com 23 emendas. A Comissão resolveu estudar o projeto e emendas.

DISTRIBUIÇÃO

Em 3 de outubro de 1968

Ao Senador Aloysio de Carvalho

Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1968 — Reconhece a profissão de Sociólogo, e dá outras providências.

Em 23 de outubro de 1968

Ao Senador Duarte Filho

Projeto de Lei da Câmara n.º 155, de 1968 — Modifica o § 2.º do art. 51 da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 30 de outubro de 1968

Ao Senador Mem de Sá

Projeto de Lei da Câmara n.º 104, de 1968 — Considera de utilidade pública a Sociedade Brasileira Chaim Weizmann de incentivo à ciência, estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões ordinárias	3
Projetos relatados	6
Projetos distribuídos	3
Ofício expedido	1
Projeto em diligência	1
Substitutivos apresentados	2

Brasília, 31 de outubro de 1968. — **Cláudio Carlos Rodrigues Costa**, Secretário.

ASSINATURAS DO

Diário do Congresso

(SEÇÃO II)

Devem ser solicitadas, diretamente, ao

Serviço Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1503

Brasília, DF

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO,
ORDEN DE PAGAMENTO OU VALE-POSTAL, PAGAVEIS EM BRA-
SÍLIA, A FAVOR DO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

VIA SUPERFÍCIE:

semestre — NCr\$ 20,00

ano — NCr\$ 40,00

VIA AÉREA:

semestre — NCr\$ 40,00

ano — NCr\$ 80,00

MESA

Presidente: Gilberto Marinho (ARENA-GB)
 1.º-Vice-Presidente: Pedro Ludovico (MDB-GO)
 2.º-Vice-Presidente: Rui Palmeira (ARENA-AL)
 1.º-Secretário: Dinarte Mariz (ARENA-RN)
 2.º-Secretário: Victorino Freire (ARENA-MA)
 3.º-Secretário: Aarão Steinbruch (MDB-RJ)
 4.º-Secretário: Cattete Pinheiro (ARENA-PA)
 1.º-Suplente: Guido Mondin (ARENA-RS)
 2.º-Suplente: Vasconcelos Tôrres (ARENA-RJ)
 3.º-Suplente: Lino de Mattos (MDB-SP)
 4.º-Suplente: Raul Giuberti (ARENA-ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA-RS)
 Vice-Líder — Eurico Rezende (ARENA-ES)
 Petrônio Portella (ARENA-PI)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)
 Vice-Líderes — Wilson Gonçalves (CE)
 Petrônio Portella (PI) Manoel Villaça (RN)
 Antônio Carlos (SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)
 Vice-Líderes — Arthur Virgílio (AM)
 Bezerra Neto (MT) — Adalberto Sena (AC)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE
LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES

Arnon de Mello
 Domício Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

SUPLENTE

José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

José Ermírio
 Mário Martins

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R/245.
 Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMERCIO

ALALO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Mello Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

SUPLENTE

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portella
 Carlos Lindenberg
 Arnon de Mello
 Clodomir Millet

SUPLENTE

Alvaro Mala
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolpho Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.
 Reuniões: terças-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portella
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaça
 Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Mello Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolpho Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R/245.
 Reuniões: quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Attilio Fontana
Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres
Adolpho Franco
Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
Edmundo Levi
Sebastião Archer

José Ermírio
Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.
Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel
Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portella

MDB

Adalberto Sena
Antônio Balbino

Ruy Carneiro
Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R/247.
Reuniões: quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Moura Andrade
Waldemar Alcântara
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres

SUPLENTE

José Guimard
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Menezes Pimentel
Eurico Rezende
Lobão da Silveira
Petrônio Portella
Manoel Villaga

MDB

Arthur Virgílio
Antônio Balbino
João Abrahão

Adalberto Sena
Ruy Carneiro
José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES

João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José Ermírio

Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Attilio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Attilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela

SUPLENTE

Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Mello Braga

MDB

Antônio Balbino
Nogueira da Gama

Ruy Carneiro
Bezerra Neto

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R/247.
Reuniões: quartas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrónio Portella

Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULARES

Petrônio Portella
Domicio Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
José Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho

MDB

Arthur Virgílio
Josaphat Marinho

João Abrahão
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/245

Reuniões: terça-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

ARENA

TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Teotônio Vilela

MDB

Josaphat Marinho
José Ermírio

Sebastião Archer
Oscar Passos

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/245

Reuniões: quarta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULARES

Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Teotônio Vilela
José Leite
Domicio Gondim
.....
Leandro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Adalberto Sena

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/245

Reuniões: quinta-feira, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Waldemar Alcântara
Carvalho Pinto

SUPLENTE

José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger

MDB

José Ermírio
Aurélio Vianna
Mário Martins

Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — R/245.

Reuniões: quinta-feira, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Edmundo Levi

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: quinta-feira, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Fernando Corrêa
Arnon de Mello
José Cândido

SUPLENTE

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Teotônio Vilela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélio Vianna
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: terça-feira, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

TITULARES

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

M.D.B.

Adalberto Sena
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R/241.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARES

Paulo Torres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Filinto Müller
Attilio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Mário Braga

M.D.B.

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende

Vice-Presidente: Arnon de Mello

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Paulo Torres
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celson Ramos
Petrônio Portella
Leandro Maciel

M.D.B.

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Sena
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA

TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Domício Gondim
João Cleofas

SUPLENTE

Paulo Torres
Attilio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

M.D.B.

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard

Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA

TITULARES

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Álvaro Maia
Milton Trindade

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

M.D.B.

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
CAIXA POSTAL 1503
BRASILIA — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: NCr\$ 0,20